

Marisa Ganança Teixeira da Silva

IDENTIDADE(S) LINGÜÍSTICA(S) NO ESPAÇO DIGITAL

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Lingüística.

Orientadora: *Prof^ª Dr^ª Suzy Maria Lagazzi-
Rodrigues*

IEL / UNICAMP

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Si38i

Silva, Marisa Ganança Teixeira da.

Identidade(s) lingüística(s) no espaço digital / Marisa Ganança Teixeira da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi Rodrigues.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise de discurso. 2. Identificação. 3. Língua nacional. 4. Língua materna. 5. Internetês. I. Lagazzi-Rodrigues, Suzy Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Linguistic(s) identity(s) in the digital space.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analyse; Identification; National Language; Mother Language; Internet Language.

Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues (orientadora), Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, Prof^a. Dr^a. Cristiane Pereira Dias, Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto e Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

Data da defesa: 12/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

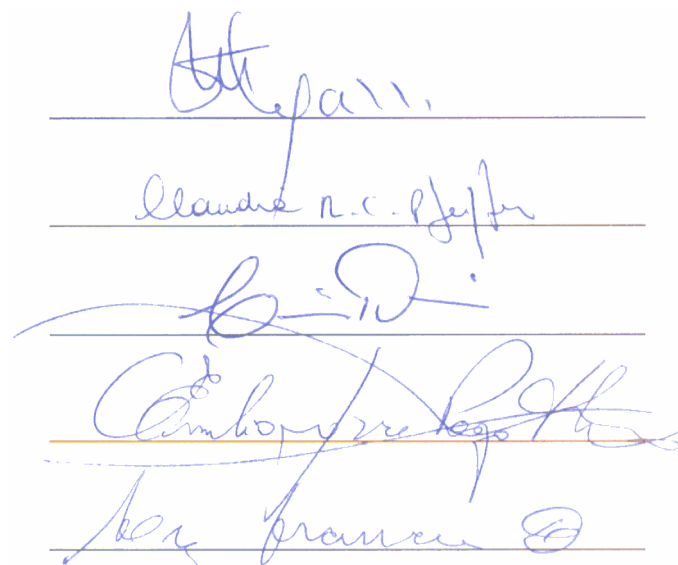
Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

Cristiane Pereira Dias

Emílio Gozze Pagotto

Luiz Francisco Dias



The image shows five handwritten signatures in blue ink, each on a separate horizontal line. The signatures are: 1. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues, 2. Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, 3. Cristiane Pereira Dias, 4. Emílio Gozze Pagotto, and 5. Luiz Francisco Dias.

Olímpia Maluf Souza

Tânia Pitombo de Oliveira

Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo

IEL/UNI CAMP
2009

A meus pais, Erminda e Carlos, *in memoriam*

Ao Abraão, meu esposo e eterno companheiro de todos os momentos

A minhas filhas queridas, Eliane, Andrea e Patrícia

Ao Gustavo, meu neto querido

A meus futuros netos ...

AGRADECIMENTOS

A Suzy, minha orientadora e amiga, por todos os momentos de reflexão, por seu cuidado com a minha questão, por seu trabalho, por sua amizade;

Às Prof^{as} Carmen Zink e Cláudia Pfeiffer, por compartilhar seu conhecimento nas reuniões da Teia do Saber, por sua amizade e carinho;

Às Prof^{as} Cláudia Pfeiffer e Carolina Rodríguez por suas aulas esclarecedoras na História das Idéias Lingüísticas;

À banca examinadora, pela atenção na leitura, por suas observações;

Às Prof^{as} Cláudia Pfeiffer e Cristiane Dias, pela qualificação da tese, por suas observações, por compreenderem os meus limites;

A Simone Hashiguti, pela amizade construída nas pesquisas, no trabalho, no descanso, por sua companhia;

A Marcos Barbai, pela tradução cuidadosa do resumo, por seu companheirismo;

A Rose e Cláudio, pela disposição no atendimento da secretaria;

A minhas filhas, por terem compreendido as minhas ausências, por sua ajuda;

A meu esposo, por seu companheirismo, por sua presença;

A meus pais.

*“Se alguém te perguntar o que quiseste dizer com um poema,
pergunta-lhe o que Deus quis dizer com este mundo...”*

Mário Quintana (jornalista, tradutor, poeta)

RESUMO

Nesta tese, busco compreender os modos de funcionamento da língua portuguesa, da língua brasileira e do internetês no espaço digital. O corpus do trabalho é composto de formulações de “donos” e “participantes” de comunidades do sítio de relacionamento *orkut*, que têm a questão da língua como foco central.

Como dispositivo teórico-analítico, tomo a Análise do Discurso – AD - formulada por Michel Pêcheux, na França, e por Eni Orlandi, no Brasil. A História das Idéias Lingüísticas – HIL – a partir das pesquisas de Sylvain Auroux a respeito do desenvolvimento do saber metalingüístico, e de Eni Orlandi sobre a constituição da língua portuguesa no Brasil, também sustentam minha reflexão nesta tese, no sentido de compreender os processos de identificação do sujeito com a língua no espaço digital.

A análise das formulações permitiu entrever a relação dos sujeitos com as línguas portuguesa e brasileira, em processos de identificação que remetem à língua institucionalizada, à imagem de língua portuguesa do Brasil que apresenta uma relação forte com a oralidade.

O percurso da análise também deixou entrever a identificação do sujeito com o internetês, pela língua nacional do Brasil. As formulações que compreendem o internetês como uma variedade da língua, a presença da acentuação na grafia do internetês e a relação forte com a oralidade da língua são alguns lugares onde pude compreender essa relação.

A análise das formulações sobre o internetês também permitiu observar um processo de identificação do sujeito com a língua materna. A brincadeira, na grafia do internetês junto à escrita do português, na proposta de uma das comunidades para a elaboração de um dicionário internetês/ português, na tradução de uma música e uma poesia para o internetês, na grafia do internetês que se aproxima da oralidade, são alguns lugares onde se materializa essa identificação.

Sobretudo, a análise deixou entrever, nos gestos de identificação dos sujeitos com as línguas e linguagens em circulação no ambiente digital, regiões de deslizamentos de sentidos. Este trabalho foi então importante para compreender esses espaços como lugares onde o real da língua mostra, na possibilidade de seus deslizamentos, a sua constitutividade poética.

Palavras-chave: 1. Análise de Discurso; 2. Identificação; 3. Língua Portuguesa; 4. Língua Brasileira; 5. Língua Materna; 6. Internetês; 7. Gramatização.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, je cherche à comprendre le fonctionnement de la langue portugaise, de la langue brésilienne et du langage internet dans l'espace numérique. Le corpus du travail c'est élargie des formulations de "maîtres" et des "participants" de la communauté orkut, qui focalise la langue comme une question essentielle.

Je prends comme dispositif théorique-analytique l'Analyse du Discours - AD - exposé par Michel Pêcheux, en France et par Eni Orlandi, au Brésil. Je soutiens aussi mon avis dans cette thèse: L'Histoire des Idées Linguistiques - HIL - dans les recherches de Sylvain Auroux, concernant le développement du savoir métalinguistique et celui d'Eni Orlandi sur la constitution de la langue portugaise au Brésil, pour comprendre le processus d'identification du sujet avec la langue dans l'espace numérique.

L'analyse des formulations a permis d'entrevoir la relation du sujet avec les langues portugaise et brésilienne, en processus d'identification, lequel remet à la langue institutionnalisée l'image de la langue portugaise au Brésil, en témoignant une relation assez forte avec l'oralité.

Le parcours de l'analyse a montré aussi l'identification du sujet avec le langage internet et la langue nationale du Brésil. Les formulations du langage internet comprennent une variation de la langue. J'ai compris cette relation, en remarquant l'accentuation dans l'orthographe du langage internet et son rapport avec l'oralité.

L'analyse des formulations du langage internet m'a permis d'observer un processus d'identification du sujet avec la langue maternelle. À cause du jeu de mots de l'orthographe du langage internet lié à l'écriture du portugais, l'une des communautés a proposé d'élaborer un dictionnaire internet-portugais, de traduire une chanson et une poésie en langage internet, parce qu'il se rapproche de l'oralité et l'identification s'y matérialise.

Surtout, l'analyse a permis d'apercevoir dans les gestes d'identification du sujet avec les langues et les langages utilisés dans l'espace numérique, des régions du déplacement du sens des mots. Ce travail était nécessaire pour comprendre ces régions où le réel de la langue montre, dans la possibilité de ses déplacements, la constitutivité poétique.

Mots-clés: 1. Analyse du Discours; 2. Identification; 3. Langue Portugaise; 4. Langue Brésilienne; 5. Langue Maternelle; 6. Langage internet ; 7. Grammatization.

SUMÁRIO

RESUMO	xi
RÉSUMÉ	xiii
I – INTRODUÇÃO	17
II – LÍNGUAS EM CONTRADIÇÃO NO PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DO BRASIL E DE CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DIGITAL	33
III – A POESIA APREENDIDA NO REAL DA LÍNGUA E NO REAL DA HISTÓRIA: BREVE PERCURSO PELA “LÍNGUA INATINGÍVEL”, DE FRANÇOISE GADET E MICHEL PÊCHEUX	45
IV – A MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA DO ESPAÇO DIGITAL	61
V – O INTERNETÊS NA HISTÓRIA	75
1. A “pré-história” do Internetês	75
2. As condições de produção do Internetês	78
3. O pré-construído sobre o Internetês	82
VI - SENTIDOS DAS LÍNGUAS NO JOGO IDENTIDADE/ DISTINÇÃO	87
VII – AS LÍNGUAS NO COTIDIANO DIGITAL	111
VIII – A GRAMATIZAÇÃO E O INTERNETÊS	121
IX – A RELAÇÃO PORTUGUÊS/ INTERNETÊS	131
X - CONCLUSÃO: UM RETORNO AO PERCURSO ANALÍTICO.....	139
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

IDENTIDADE(S) LINGÜÍSTICA(S) NO ESPAÇO DIGITAL

I - Introdução

Este trabalho é resultado de um olhar sobre um assunto que me toca desde que me decidi pelo magistério: a Língua Portuguesa. A partir de então, depois de alguns anos de dedicação ao trabalho com a língua, e pela necessidade de aprimoramento a que me vi obrigada, fui interpelada por uma busca incessante de especialização na área. Formada em Letras, a literatura foi meu ponto de partida para o aperfeiçoamento nos estudos sobre a língua. Talvez porque já observasse esse lugar como um espaço privilegiado de funcionamento da língua, espaço esse em que a história se mostra como fundamental nas condições de produção dos sentidos das produções literárias. A semiótica também me chamou a atenção, mais especificamente o estudo da relação dos signos, da sua representação nos enunciados. No entanto, nesse momento ainda trazia muito fortemente comigo a idéia de língua como sistema e, conseqüentemente, de sentidos colados às palavras.

Posteriormente, meu interesse pela continuidade nos estudos sobre a língua me conduziu para a teoria discursiva, desenvolvida na Análise de Discurso (AD) formulada por Michel Pêcheux, na França, e que tem como continuidade os estudos desenvolvidos no Brasil, a partir das pesquisas de Eni Orlandi. Sob o olhar discursivo, o tratamento sistemático das línguas não mais é suficiente para compreender o seu funcionamento.

A interpretação tem sido uma questão de grande interesse para os estudos sobre a linguagem. O processo de interpretação no trabalho de leitura que considera a unicidade dos sentidos tem como pressuposto a busca da coerência e da completude do texto. Essa é, de acordo com Orlandi (2004, p.148) a forma tradicional de interpretar textos, de que têm lançado mão as ciências humanas e sociais. A autora (idem, p. 148) lembra que essa forma tem sido muito útil para a leitura de documentos e o trabalho com entrevistas, e que os próprios pressupostos teóricos das disciplinas específicas dessas áreas se ancoram na análise dos conteúdos dos textos para a comprovação do que dizem. No entanto, o trabalho

de interpretação que focaliza o conteúdo considera a linguagem transparente e o sentido único.

Sob o ponto de vista da AD, a interpretação deve considerar a língua e o sentido. No processo de produção de sentidos é fundamental pensar a relação língua/ ideologia. Aqui, a língua é compreendida como um sistema sujeito a falhas e “se inscreve na história para poder significar” (ORLANDI, idem, p.149). O discurso é o lugar onde os efeitos dessa inscrição podem ser observados, é a instância em que se podem compreender como os sentidos se produzem.

O percurso pela AD me possibilitou compreender a questão da interpretação a partir da teoria discursiva. E foi a partir dessa noção que passei a trabalhar a interpretação, buscando observar os modos de significação dos objetos simbólicos; como os objetos simbólicos significam e produzem gestos de interpretação.

Nesta tese, busco compreender os modos de funcionamento do internetês, da língua portuguesa e da língua brasileira, no espaço digital, e os gestos de interpretação daí advindos. A partir do ponto de vista discursivo, observo que o modo de funcionamento da linguagem na informatização – a linguagem da máquina e dos programas de processamento de textos - entra na constituição dos sentidos do espaço digital. Dessa forma, compreendo o espaço digital como um lugar específico de circulação das línguas e das linguagens, como um espaço em que se pode observar a formulação de regularidades desse funcionamento e como materialidade discursiva que produz sentidos.

Para a AD, o texto não deve ser tomado como pretexto para o estudo da língua. O texto é uma unidade de significação que se constitui na interlocução. De acordo com Orlandi (1999), “os sentidos não se esgotam no imediato... fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores”. A interlocução é compreendida como constitutiva dos sentidos. O texto, nessa perspectiva, é compreendido como textualidade, definida por Orlandi (idem, p.68) como “forma material¹, manifestação concreta do discurso”.

Ainda de acordo com a autora (ibidem p.70), a textualidade é dispersão do sujeito porque é atravessada por diferentes formações discursivas. Em seu texto, Orlandi (1999) esclarece a noção de *formações discursivas* como lugares de inscrição dos sujeitos e dos

¹ Essa noção será melhor desenvolvida no decorrer do trabalho.

sentidos. Segundo a autora (idem, p.), “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”.

Neste trabalho, os objetos simbólicos são o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira, em funcionamento no espaço digital. E a análise considerará a sua interlocução como constitutiva dos sentidos. Este estudo tem em conta a inscrição dos sujeitos e dos sentidos em diferentes formações discursivas, sujeitos e sentidos que se constituem pela utilização dos recursos, das línguas e das linguagens disponíveis no espaço digital da informatização.

Em meu percurso pela AD, o estudo voltado para a História das Idéias Lingüísticas – HIL - também me tocou de maneira significativa. A teoria das idéias sobre o saber metalingüístico, inicialmente abordada por Sylvain Aurox em 1988 na França, tem a participação de Eni Orlandi no Brasil. O projeto HIL é resultado de um programa de pesquisas sobre a construção do saber metalingüístico. Com o objetivo de observar o modo como se compreende a língua portuguesa falada no Brasil, Orlandi propõe que a história da constituição da língua nacional fosse contemplada por esses estudos.

Segundo essas pesquisas, a unidade da língua está intimamente ligada à noção de Estado. De acordo com Orlandi (2002, p.21), os objetos simbólicos significativos na formação de um país são de muitas naturezas. A relação que se estabelece entre os sujeitos e essa produção resulta na constituição de sentidos para esse país e para os “sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos”. Orlandi (idem, p.21) chama a atenção para o fato de que esses sujeitos se definem na relação com a “formação de seu ‘país’, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história”. Ainda no dizer da autora (ibidem, p.21), “a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado”.

Orlandi (2002) aborda a relação língua/ Estado, ao falar da política das línguas e seus sentidos. Para além de uma forma geral da presença do político na linguagem, em que se dão as relações históricas e sociais de poder, a autora (idem, p. 95) reflete sobre o estabelecimento da política das línguas a partir de três posições, segundo ela distintas: como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão da unidade como valor; como razões que regem as relações entre os povos, as nações, os Estados, para as quais o

valor é a questão da dominação; como razões relativas aos que falam as línguas, para os quais é a questão da diversidade que é entendida como valor.

Orlandi (ibidem, p.96) lembra que no momento da descoberta do Brasil havia cerca de mil línguas e a imposição de uma unidade lingüística imaginária decidiu o destino da diversidade das línguas. Desde a época da colonização até a formação do Brasil como nação, a política lingüística foi praticada pela catequese e pelo governo português no Brasil. A política sobre a língua e a produção do conhecimento das línguas adquire em sua prática institucional na colonização do Brasil um sentido específico, em que a questão da unidade funciona como sustentáculo do movimento de dominação do colonizador.

No entanto, segundo a autora (2002, p. 96), a formação do Brasil como nação é mais complexa. Na constituição de um país, “a relação língua/ nação é modalizada por vários processos” (ORLANDI, 2002, p.96) e pode ser compreendida na relação histórica entre a língua e os que a falam.

A relação língua/ nação é também tratada por Carolina Rodríguez (2000). Em sua tese de doutoramento, a autora aborda os sentidos do bilingüismo Guarani/ Espanhol no processo de constituição do Estado paraguaio. Rodríguez (idem, p. 17) chama a atenção para o fato de o Espanhol não ter substituído o Guarani na colonização. A autora (ibidem, p.19) afirma que uma postura no sentido de erradicar a língua indígena e substituí-la pela língua do colonizador também existiu no Paraguai, assim como em outras regiões da América. No entanto, “a sociedade paraguaia não foi historicamente uma sociedade bilíngüe espanhol – guarani, mas praticamente monolíngüe em guarani”. (RODRÍGUEZ, 2000, p. 19)

No sentido de compreender esse fenômeno, para além de considerar as condições materiais que dificultaram a implantação do Espanhol, como os problemas decorrentes do isolamento do Paraguai no período de colonização, a escassa imigração espanhola e as dificuldades políticas e econômicas em criar instituições (escolas, bibliotecas), a autora (idem, p 17) analisa um número considerável de discursos nacionalistas mais recentes que retomam elementos da tradição romântica, e servem de base para as formulações dogmáticas, xenóforas e racistas, as quais “seriam a matriz dos nacionalismos totalitários” posteriores às últimas décadas do século XIX.

Rodríguez (ibidem, p. 19) lembra ainda que o ensino no Paraguai até “as mais recentes mudanças nas políticas oficiais (...) só funcionou em espanhol” e que a grande maioria da sociedade até o final do século XIX só falava guarani. Esse fato significa para a autora que a maioria monolíngüe esteve excluída das escolas. Esse contexto explicaria, segundo Rodríguez (2000, p. 19), “a manutenção do guarani não como uma *opção*, ou uma *atitude diferente*, mas como uma *necessidade*, já que a sociedade não conhecia outra língua que não fosse a materna”.

O objetivo de Rodríguez (ibidem, p. 19) não foi explicar o fenômeno historiográfico da manutenção do Guarani, mas o de “mostrar até que ponto a interpretação da questão da língua mobiliza, necessariamente, uma interpretação da história, dado o papel político que a língua (cultura)² desempenhou nesse processo”.

A autora (2000, p. 193, 194) questiona toda concepção de nação como um modo natural de existência das sociedades e formula o fenômeno nacionalista a partir da concepção histórica de sujeito e de sociedade. Rodríguez (idem, p.193) compreende a sociedade como comunidade político-histórica. Nesse sentido, a autora (ibidem, p. 193, 194) busca compreender o fenômeno nacionalista a partir de três postulados, a saber:

“1) as nações são modos de existência das sociedades historicamente determinados, constituídos segundo condicionamentos políticos e econômicos particulares; 2) o nacionalismo está vinculado a esse fenômeno: ele estabelece modos simbólicos de existência dos sujeitos no interior das sociedades nacionais, onde o que está em jogo é a definição da natureza da relação do sujeito com o Estado; 3) o nacionalismo lingüístico explica-se no interior da definição etno-cultural das sociedades, onde o que está em jogo é a definição da natureza da relação do sujeito com um Estado e dos Estados entre si”.

Dessa forma, a autora (2000, p. 194) entende o nacionalismo como um fenômeno político e a relação língua/ nação como histórica. Segundo suas próprias palavras,

“Consideramos a relação da nação com a língua como uma relação estabelecida historicamente, vinculada a processos de identificação associados aos requisitos político- administrativos dos Estados nacionais,

² A “cultura” aqui é compreendida discursivamente. Essa noção está desenvolvida no capítulo IV.

que determinam a necessidade da adoção de uma língua nacional (ou de mais de uma língua)”.

Ainda a respeito da relação língua/ nação, em sua tese de doutoramento, Luiz Francisco Dias (1995, p.77) aborda a questão da denominação da língua, mais especificamente as posições contraditórias em relação aos projetos de mudança da denominação da língua nacional no Brasil. A análise das formas enunciativas leva o autor (idem, p. 126) a compreender que a preocupação em relação à mudança de denominação da língua nacional “residia na identidade de uma referência que a nova denominação parecia apontar”, ou seja, o que estava em causa era a adequação entre a língua e um modo de ser da língua, que apontava para o caráter brasileiro.

Segundo Dias (ibidem, p. 127), a mudança da denominação da língua era compreendida pelos que a combatiam como algo que poderia desestabilizar o “ ‘caráter referencial’ da língua”. Ela seria “uma tentativa de desestabilizar todo um percurso de escrita em relação ao qual a sociedade letrada do país encontrava sua referência” (1995, p. 7). Quanto aos que defendiam a mudança da denominação, a imagem romântica da língua coadunava com a “natureza” brasileira. Segundo o autor (idem, p. 106, 107), a análise dos discursos favoráveis à mudança da denominação deixou entrever que a naturalização da língua brasileira justificaria a sua denominação ancorando-se na figura da natureza. Nas palavras de Dias (ibidem, p. 7), “ela significava uma forma de conceber, com uma forte carga de ufanismo, a brasilidade e a nação a partir da tradição positivista”.

As reflexões dos autores acima mencionados, a respeito da relação língua/ nação me levam a compreender o jogo político que se estabelece no processo de constituição de uma nação, pela língua. Essa questão me leva a pensar a relação língua/ comunidades lingüísticas do *orkut*. Nesse sentido, considero importante trazer aqui a questão da *comunidade* tratada por Carolina Rodríguez.

Rodríguez (2008) reflete sobre a questão da *comunidade* a partir da noção de *consenso*, para mostrar o jogo político de apagamento da diferença pelo consenso de homogeneização das relações sociais. Para refletir sobre essa questão, a autora (idem) lembra a etimologia da palavra *comunidade*, “do latim *communitas*, definido como grupo que tem um vínculo em comum”. Segundo Rodríguez (ibidem), “pessoas ou grupos que

agem em consenso têm um senso de afinidade mútuo e se encontram unidos por laços afetivos e preocupações ou interesses comuns.” Sobre essa questão, a autora (2008) afirma que “a diferença entre os grupos é uma forma de mantê-los separados”. Rodríguez (idem) afirma ainda que “a lógica consensual das políticas lingüísticas que pressupõem um vínculo social homogêneo impede que a diversidade se subjetive”. Ou seja, nas comunidades pensadas a partir da noção de consenso, em que se tem a homogeneização de pensamentos e sentimentos, a possibilidade da diferença é apagada.

Neste trabalho, observo que o espaço digital se constitui como um lugar específico de circulação de línguas que, pela sua natureza, possibilita a inter-relação de comunidades lingüísticas. Dessa forma, busco compreender a relação línguas/ comunidades na relação histórica entre as línguas e os que as “falam”. Isso significa dizer que este trabalho considera as comunidades lingüísticas no espaço digital como político- históricas, uma vez que, pelo seu funcionamento, deixam entrever a injunção dos sujeitos, em processos de identificação com as línguas e as linguagens utilizadas nesse espaço.

Esta tese também considera a questão da diversidade como fundamental para a compreensão do jogo que se estabelece nos processos de identificação do sujeito, pela língua. Para Orlandi (idem, p. 96), a unidade e a diversidade “são noções inseparáveis”, e por isso devem ser tratadas conjuntamente. A política das línguas deve, segundo a autora (ibidem, p. 96), observar o jogo contraditório que se estabelece entre a igualdade e a diversidade, por ser esse um princípio ético em uma sociedade como a nossa. Além da questão ética, Orlandi (2002, p. 97) lembra que a posição histórica, que leva em conta a relação língua/ discurso, compreende “a necessidade de acolher a dualidade unidade/ diversidade como constitutiva da relação entre línguas”.

Para pensar a unidade e a diversidade como uma questão concreta, é preciso, segundo a autora (idem, p. 97) ressaltar a importância dos instrumentos lingüísticos. Os instrumentos lingüísticos tiveram um papel fundamental na produção do saber sobre as línguas. Auroux (1995, p. 29), ao tratar do processo de gramatização dos vernáculos europeus, chama a atenção para as gramáticas e os dicionários que se constituem, a partir do século XIX, como instrumentos lingüísticos de regulamentação e de registro do funcionamento das línguas. Dessa forma, a gramática e o dicionário são compreendidos como duas tecnologias que servem de base para o processo de descrição e de

instrumentação das línguas. Sobre essa questão, Orlandi (2002, p. 97) afirma que a gramática desempenha um papel decisivo na política das línguas, particularmente em seu ensino.

Hoje, quando novos instrumentos lingüísticos são desenvolvidos, como os que são disponibilizados na informatização, enciclopédias digitais, tradutores on-line, os aparelhos de poder de nossa sociedade vêm se interessando cada vez mais pelas ciências que tratam da linguagem, pelo modo como esses instrumentos podem fazer parte de uma política da língua. Com o objetivo de proceder a uma reflexão sobre a questão da língua no espaço de sua automatização, observo neste trabalho que a informatização, o tratamento informatizado da linguagem, apresenta-se como espaço de funcionamento e registro de línguas, que se dá por meio dos instrumentos lingüísticos à disposição nesse lugar.

Segundo os estudos de Auroux (2001a, p. 289) sobre essa questão, atualmente as tecnologias informáticas da linguagem utilizam-se de gramáticas e dicionários para proceder a um tratamento automatizado da linguagem, como a tradução e a documentação automáticas. A respeito do tratamento digital dos textos, Auroux (idem p. 289) traz a questão do tratamento eletrônico da linguagem natural como a terceira grande revolução lingüística, depois da escrita e da gramatização das línguas. É fundamental observar que o tratamento eletrônico da informação se dá sob a forma da linguagem natural, em um processo de automatização da linguagem natural humana. Sobre essa questão, o autor (ibidem, p. 290) se refere à necessidade de os trabalhos de reflexão sobre a língua considerarem em suas análises, além dos elementos culturais, econômicos e sociais, a questão técnica. Segundo Auroux (2001, p. 290), é necessária uma reflexão filosófica sobre a questão da *Inteligência Artificial* e das “realizações técnicas no domínio do ‘Tratamento Automático das Línguas Naturais’”.

Pêcheux (1997^a, p. 55) trata também da informatização, ao mencionar o tratamento matemático e informático na leitura dos documentos textuais. Segundo o autor (idem, p.57), visando à garantia de interesses estatais ou comerciais, os arquivos textuais passam a receber um tratamento em massa para se tornarem mais facilmente comunicáveis e reproduzíveis. Nessa conjuntura, a questão da clareza e da objetividade se coloca como crucial, a ponto de a referência à ciência e à lógica matemática se impor como evidência no tratamento dos arquivos textuais.

Em seu texto, o autor (ibidem, p. 55) define o arquivo como um conjunto de documentos textuais sobre uma questão. A respeito da organização dos documentos textuais, Pêcheux (1997^a, p. 55) aborda a questão da importância em se “examinar o desenvolvimento atual das questões que envolvem a análise dos discursos, dos textos e arquivos”. O autor (idem, p. 57) diz que seria muito importante que os diferentes gestos de leitura do arquivo fossem estudados “a partir de seus efeitos na escritura”, com a observação das marcas “que organizam estas leituras”. Dessa forma, segundo Pêcheux (1997^a, p. 57), poder-se-ia criar um espaço mais polêmico de discussão a respeito das diferentes maneiras de ler o arquivo. Segundo suas palavras (idem, p. 57), esse trabalho “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras”. A análise discursiva é um lugar muito produtivo para essas reflexões, uma vez que o discurso é a instância em que se pode observar, pelas marcas materiais, a injunção dos sujeitos e dos sentidos a formações discursivas específicas.

No que se refere à questão do papel da ciência no tratamento dos textos, Pêcheux (idem, p. 58) menciona a necessidade da administração dos diferentes documentos textuais como impulso para a sua união com os projetos científicos. A administração dos documentos textuais se alia a projetos científicos e o interesse comum possibilita a construção das línguas lógicas artificiais.

Pêcheux (1997^a, p. 59) lembra ainda que, diante do tratamento automatizado da linguagem, tanto os gestos de leitura dos literatos, quanto o dos cientistas vêm tratando dos arquivos textuais de forma a livrá-los das ambigüidades, produzindo uma expansão das línguas lógicas de referentes únicos. O autor (idem, p. 59) chama a atenção para o fato de o tratamento informático da linguagem estar, dessa forma, reorganizando uma “expansão dos privilégios ‘literários’ da leitura interpretativa”.

De acordo com Pêcheux (ibidem, p. 60), os fatos discursivos que se constituem nos espaços das novas *tecnologias da linguagem*³ apontam para a necessidade de uma análise dos arquivos que não apenas reforce o tratamento lógico-matemático utilizado em sua leitura mas que considere as suas especificidades, a materialidade da língua e as relações

³ Tecnologias de linguagem, segundo as reflexões de Pêcheux, são máquinas lógicas de funcionamento da linguagem em que se pode observar uma reorganização do trabalho da leitura. Nesse texto, o autor observa uma reorganização da divisão do trabalho da leitura.

entre os aspectos histórico e psicológico ligados à construção e o modo de apreensão dos documentos.

É importante observar que para a análise discursiva a história não é compreendida somente como o contexto dos acontecimentos. Neste trabalho, considero a história como o lugar onde se constituem os sentidos. É fundamental também compreender que o aspecto psicológico é aqui deslocado de sua noção empírica. Pêcheux propõe, em sua teoria discursiva, uma ruptura crítica com o campo da psicologia social que, como outras ciências sociais, privilegia a reprodução das práticas científicas e a literalidade no trabalho de interpretação.

No que se refere à análise dos arquivos textuais, o autor (idem, p. 55) propõe que o processo de gerenciamento da memória coletiva pelos aparelhos de poder da nossa sociedade seja repensado. A constituição de uma leitura de arquivo que promove a divisão do trabalho intelectual tem imposto um apagamento do sujeito-leitor atrás da instituição à qual ele se filia. No contexto da informatização, segundo Pêcheux (1997a, p.61), essa divisão vem sendo mantida pelas culturas científica e literária. Cada uma dessas culturas, com sua leitura particular de arquivo, vem reforçando no efeito de literalidade dos sentidos a divisão social do trabalho de leitura.

Discursivamente, observa-se que o trabalho de interpretação compreendido nesse lugar funciona no efeito de busca da literalidade dos sentidos e de retomada dos sentidos pré-determinados. A organização dos textos veiculados pela informatização, de acordo com o interesse e a busca do usuário, deixa entrever um interesse dos administradores dessa ferramenta lingüística em completar as informações que se encontram à disposição nesse espaço. A possibilidade de “completar” a leitura por meio dos *links* disponíveis na ferramenta de busca traz em si a noção de língua como ferramenta perfeita.

A noção de *hipertexto* traz consigo a idéia de completude. De acordo com a enciclopédia digital Wikipedia, a palavra *hipertexto* foi criada pelo filósofo e sociólogo americano Ted Nelson. Formado a partir de uma justaposição da desinência grega *hyper* (sobre, além) com a palavra *texto*, o vocábulo *hipertexto* remete à superação dos limites lineares do texto escrito sob a forma tradicional. Segundo Palácios (2005, p. 134), a escrita hipertextual não pressupõe um caminho único, predeterminado, tornando-se a sua leitura multilinear. A critério do leitor, sua busca pode levá-lo a um novo texto ou lexia.

Hipertexto é, desse modo, o texto em formato digital, ao qual se agregam outros blocos de textos, cujo acesso é possível por meio de referências específicas denominadas *hyperlinks*, ou simplesmente *links*. O sistema de hipertexto mais conhecido atualmente é a World Wide Web.

O tratamento dos *hipertextos*, que leva em conta as marcas comuns dos textos em geral, pressupõe uma formalização do seu estudo, o que reforça que no contexto da informatização reorganizam-se a divisão do trabalho intelectual e o apagamento do sujeito por trás da institucionalização dos sentidos. Sobre o trabalho de interpretação, Pêcheux (idem, p.63) afirma que a organização das leituras de arquivo pode ser reconstituída em seus efeitos na escritura do texto. As marcas materiais que organizam os gestos de leitura podem ser reconhecidas e interpretadas. Considerando o discurso como estrutura e acontecimento, Pêcheux (ibidem, p.57) define o trabalho de análise como um dispositivo para se compreender, por meio de descrições de montagens discursivas, os gestos de interpretação como tomadas de posição.

Para o autor (1997, p.57), o trabalho de descrição do analista deve considerar o jogo dialético na constituição dos sentidos, a interpelação do sujeito e dos sentidos pela ideologia, a materialidade da língua implicada pela ordem do simbólico. Na perspectiva da Análise de Discurso, é preciso que o trabalho de interpretação do analista não se inscreva em uma formação discursiva específica, uma vez que a análise exige um certo distanciamento para que se possa observar e descrever os gestos de interpretação como resultado da filiação dos sujeitos a redes de significação.

O analista não deve se prender à evidência do sentido. A análise pressupõe um trabalho com a estrutura e com o acontecimento do discurso na atualidade e na memória. Segundo Orlandi (1999, p. 71), a análise deve buscar compreender as formulações como efeitos de sentidos decorrentes de filiações ideológicas. Ainda de acordo com a autora (1999, p. 65), para que as relações entre os sentidos possam se tornar visíveis, o analista deve se situar na posição que entremeia a descrição e a interpretação. O objeto da AD, o discurso, deve ser analisado no processo de constituição dos sentidos. Os processos e as condições de produção da linguagem são compreendidos pela análise da relação estabelecida entre língua, sujeito, história e ideologia.

Sustentando-me na fundamentação teórica da Análise de Discurso sobre a constituição dos sentidos e considerando os estudos desenvolvidos no projeto da História das Idéias Lingüísticas – HIL - sobre o desenvolvimento das metalinguagens, considero fundamental para a minha pesquisa observar o funcionamento discursivo dos diferentes gestos de leitura do *arquivo* na informatização. Na perspectiva da HIL, o “arquivo” é compreendido como um conjunto de monumentos textuais que mostram a estabilização de uma língua. Sobre essa questão, Pêcheux (1997^a, p. 57) propõe uma análise dos gestos de leitura que organizam os arquivos. Aqui, em um outro espaço de circulação da língua, o espaço digital, outros gestos de leitura do arquivo são possibilitados pela especificidade desse outro lugar. Neste trabalho, meu propósito é observar as marcas materiais que organizam os gestos de leitura no processo de identificação com a língua no espaço digital.

Quanto ao funcionamento da língua e a sua produção de sentidos, considero também fundamental observar a questão das materialidades distintas da língua portuguesa de Portugal e do Brasil, observada por Eni Orlandi. No capítulo *A Língua Brasileira*, constante em seu livro sobre a língua e o conhecimento lingüístico, Orlandi (2002, p. 22) trata da *Língua Imaginária* e da *Língua Fluida*. A *Língua Imaginária*, segundo a autora (idem, p. 22.), é a língua sistematizada, organizada sistematicamente, e que se espera servir de base para os falantes dessa língua. A língua portuguesa introduzida no Brasil pode ser um exemplo. Quanto à *Língua Fluida*, a autora entende ser aquela que funciona efetivamente por meio dos falantes e que nem sempre segue os padrões ditados em sua sistematização. Como um exemplo, Orlandi cita a língua falada no Brasil, à qual a autora se refere como Língua Brasileira.

Considerando a informatização como um espaço específico de funcionamento das línguas e das linguagens, observo lugares possíveis em que os sentidos de uma língua fluida se constituem diante da língua sistematizada. Para isso, tomo como material de análise as formulações sobre o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira, nas comunidades virtuais divulgadas no sítio de relacionamento *orkut*. Para a montagem do corpus, selecionei sete comunidades sobre a língua portuguesa, quatro comunidades a favor da língua brasileira, uma única comunidade contrária à língua brasileira - pelo fato de haver somente uma nesse espaço -, treze comunidades a favor do internetês e dezesseis comunidades contrárias ao internetês.

A enciclopédia livre digital Wikipedia fornece algumas informações sobre o *orkut*, seus usuários e comunidades. Criado em 19 de janeiro de 2004, o *orkut* é uma *rede social* filiada ao Google. Seu nome é originário do primeiro nome do engenheiro turco do Google, Orkut Büyükkökten. Esse serviço de rede social foi desenvolvido com o objetivo de ajudar os usuários a encontrar novos amigos e a manter os relacionamentos. No início, os Estados Unidos foram o principal alvo do *orkut*. Hoje, a maioria dos usuários é do Brasil e da Índia. Em agosto de 2007, o *orkut* contava com mais de sessenta milhões de usuários cadastrados, dentre os quais, 51% brasileiros. Devido ao grande número de usuários brasileiros, em agosto de 2008, o Google autorizou a operação do *orkut* pela Google do Brasil.

Ainda segundo a Wikipedia, uma *rede social* é uma forma de representação de relacionamentos afetivos ou profissionais de seres humanos entre si, ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos. Um grupo de discussão é composto por indivíduos que se identificam. Os usuários do *orkut* registram um perfil que contém desde informações básicas de acesso, que são obrigatórias, até informações secundárias, que são opcionais. O *orkut* permite conversas e trocas de arquivos, por meio do GTalk, um programa de mensagens instantâneas do Google. A interface do *orkut* também permite a divulgação de fotos e vídeos, assim como a organização de um calendário de eventos.

As *comunidades*, nesse espaço, são fóruns modificados, com o diferencial de que sua estrutura pressupõe a facilitação de seu uso, de modo que as pessoas possam aprender a lidar com os recursos de uma comunidade com relativa facilidade. Cada comunidade poderá ter uma imagem, que geralmente é relacionada ao seu tema, e uma descrição explicando como ela é. Os recursos oferecidos pelas comunidades são administrados por seus donos e por mediadores escolhidos por eles para ajudá-los. As pessoas mais jovens têm mais interesse no *orkut*. Aproximadamente, 60% são de pessoas que têm entre 18 e 25 anos, podendo esse número ser incorreto, pelo fato de as pessoas menores de idade omitirem sua verdadeira idade, uma vez que uma das condições dos Termos de uso do *orkut* é que a pessoa tenha idade legal para celebrar um acordo de efeito jurídico com o Google.

A princípio, os recortes nesse material se justificam pelo interesse em observar o funcionamento da língua portuguesa e da língua brasileira que passa pela cultura escolar, em regiões de significação dos espaços de relacionamento do *orkut*, no contraponto com o

funcionamento do internetês também nesses espaços, o qual mostra uma tendência à transgressão da norma padrão da língua.

A denominação da língua carrega em si os sentidos construídos historicamente. Diante disso, algumas questões se colocam aqui: Como é denominado e caracterizado o sistema lingüístico utilizado nas comunidades que tratam da questão da língua: língua portuguesa, língua brasileira, internetês? A língua portuguesa e língua brasileira são consideradas diferentes? O internetês e a língua brasileira constituem a língua portuguesa? Uma língua abriga a outra? Onde uma começa e a outra termina? Como se dão os processos de identificação com a língua nacional nesses espaços de significação? Qual é o perfil dos participantes dessas comunidades, idade, país, ocupação e interesses? Em que formações discursivas estão inscritos? Esses espaços podem ser considerados como lugares de legitimação da língua nacional? Podem ser considerados como espaços onde se defende a língua nacional? Espaços que trazem no bojo da necessidade de defesa e de manutenção da língua imaginária processos de identificação com a língua fluida?

O que se pode observar a princípio é que o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira se constituem diferentemente por uma injunção a discursividades distintas. Ao se escrever diferentemente a língua portuguesa, produzem-se diferentes sentidos. Há um jogo de memória da Língua Portuguesa de Portugal que toca com seus sentidos as outras línguas. E há também deslizamentos lingüísticos pelos quais as outras línguas se fazem presentes.

Dessa forma, a partir das considerações a respeito da importância de um trabalho de análise que tenha em conta os documentos textuais como unidades de significação, considero nesta tese a especificidade dos arquivos, a materialidade da língua na história, a relação do sujeito com o espaço digital submetido à língua.

Sem pretender esgotar a compreensão dos modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos no espaço digital de funcionamento das línguas, busco nesta tese responder a algumas das questões que organizam este trabalho. Com esse objetivo, recorro como material de análise algumas formulações sobre o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira, disponíveis em comunidades específicas no sítio de relacionamento *orkut*.

A análise segue uma orientação que foi se constituindo no processo. No capítulo inicial, observo o funcionamento contraditório das línguas no espaço digital na relação com o processo de constituição do Português como língua nacional do Brasil. A partir da

compreensão sobre a língua como um sistema passível de jogo, começo a pensar sobre a relação que se estabelece entre a língua oficial da unidade política e as línguas/ linguagens que se constituem no espaço digital. Dessa forma, estabeleço nesta tese um contraponto entre as línguas e as linguagens funcionando no espaço digital: a língua imaginária, que se sustenta como um sistema fechado (a língua portuguesa e a língua brasileira), e a linguagem fluida, aberta, que pode ser manuseada, teclada (o internetês). Nesse lugar, o sujeito submetido à língua imaginária significa a partir de um imaginário de língua pura, correta, que está associada às normas gramaticais. Por outro lado, o sujeito assume também uma fluidez de linguagem nas conversas instantâneas mediadas pelo computador, que não está preocupada com as regras da língua. Esse jogo deixa entrever a questão da incompletude como constitutiva da língua também no espaço digital. Para compreender esse funcionamento, elejo a poesia própria da língua como ponto de entrada de minha reflexão. Para tanto, faço no capítulo terceiro um passeio pela obra “A Língua Inatingível”, de Françoise Gadet e Michel Pêcheux, na qual os autores refletem sobre a constituição do real da língua. No capítulo quarto, esclareço a noção de materialidade para a AD e apresento a materialidade lingüística do espaço digital. No capítulo quinto, faço um percurso pela história do internetês, suas condições de produção e seus sentidos pré-construídos. No capítulo oitavo, faço uma reflexão sobre o processo de gramatização na relação com o internetês. Nos capítulos sexto, sétimo e nono, analiso o jogo de sentidos entre o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira no ambiente digital.

II – Línguas em contradição no processo de nacionalização do Brasil e de constituição do espaço digital

A abordagem a respeito da constituição da(s) língua(s)/ linguagem(s) no Brasil e no espaço digital, feita aqui pelo viés discursivo, significa considerar os efeitos de sentidos produzidos pela(s) língua(s) e linguagem(s), na relação com o(s) sujeito(s) que a(s) fala(m) e com os fatos sociais e políticos. Ou seja, neste trabalho, a língua é considerada como materialidade discursiva, materialização de um processo simbólico na história. A partir desse ponto de vista, a estrutura e a conformação de uma língua são a manifestação de um processo de inscrição dos falantes dessa língua em uma dada formação discursiva. Como qualquer outra materialidade simbólica, as línguas produzem diferentes sentidos, considerando-se os elementos que fazem parte de suas condições de produção.

No projeto HIL, a questão da língua é analisada pelo processo de sua institucionalização. A produção de instrumentos lingüísticos e a constituição de um saber sobre a língua são os lugares onde se podem observar as marcas materiais do processo de identificação do sujeito com sua língua nacional. Considerando a priori os estudos realizados nesse projeto, meu interesse, como já afirmado, se volta aqui para o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira, no espaço digital, e para os processos de identificação do sujeito com essas línguas/ linguagens, sendo meu foco o modo de sua representação em comunidades desse interesse no sítio de relacionamento *orkut*. E a análise considerará como corpus discursivo o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira em relação.

Como espaço de funcionamento da língua, o ambiente digital é um lugar muito interessante de observação. Por circular no espaço específico da informatização, a forma material lingüística que se impõe é diferente no seu modo de significar.

Em uma abordagem histórica, não só o confronto de línguas/ linguagens pode ser observado no ambiente digital. A especificidade do instrumento tecnológico induz à utilização de uma linguagem própria. Na constituição dessa materialidade, entram o modo de funcionamento da(s) máquina(s) e dos programas de processamento de textos. A máquina lógica é dotada de sistemas operacionais que pressupõem a comunicação. Sobre

essa questão, Dias (2004, p. 17 e 18) afirma que “a materialidade do ciberespaço é constituída do enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentidos”.

O espaço digital, lugar onde se dá a conexão entre os sujeitos, é palco da relação entre o internetês, a língua portuguesa e a língua brasileira. Essa relação deixa entrever os vestígios dos sujeitos nesse funcionamento. A configuração do ambiente digital permite tanto a utilização das línguas portuguesa e brasileira, como a criação de uma outra linguagem, o internetês, formado por palavras abreviadas, grafadas sob a forma de uma escrita silábica basicamente consonantal, e emoticons, caracteres grafados de acordo com determinadas seqüências, que compõem a mensagem e servem para traduzir o estado emocional do usuário.

Sobre essa questão, Dias, (idem, p. 138) define as máquinas tecnológicas de comunicação e informação como um lugar de produção de subjetividades que operam socialmente. De acordo com a autora (ibidem, p. 138), as máquinas lógicas não são apenas instrumentos maquínicos, mas subjetividades maquínicas. Para Dias, (2004, p.138), o ciberespaço é “uma nova maneira de ser no mundo, de pensar o mundo e de agir sobre ele, e, portanto, uma nova maneira de relação entre sujeitos”.

A linguagem criada para a comunicação na Internet configura o espaço digital. A tessitura dessa materialidade lingüística composta pela relação entre línguas revela a sua historicidade, os processos históricos de produção de sentidos. Nesta tese, observo que a relação entre as línguas/ linguagens deixa entrever processos de identificação com a língua nacional. No funcionamento das línguas/ linguagens nesse espaço, os sentidos que se produzem carregam os sentidos inscritos na memória discursiva da constituição do Brasil como nação, pela língua.

Como fato de linguagem, considero a *conversa grafada*⁴ como a forma material significativa do espaço digital e do *corpo* dos sujeitos que se relacionam, *teclam* na Internet. No que se refere ao relacionamento dos sujeitos nesse lugar, Dias (idem, p. 141) define o teclar como um gesto que inscreve o corpo. Segundo suas palavras (2007), “teclar é a inserção por fragmentários num espaço físico-referencial, que se dá sempre através de

⁴ O termo *conversa grafada* foi sugerido por Suzy Lagazzi, durante orientação, como um modo de representar a forma material da língua no contexto digital.

uma tentativa de inserir o outro nesse espaço”. É a partir dessa noção que compreendo a constituição do corpo textualizado no gesto do teclar.

Para compreender melhor essa questão, cito Dias (2007). Em seu trabalho sobre a produção das subjetividades nas salas de bate-papo hiv, a autora (ibidem) sustenta a idéia de que nesse contexto a subjetividade se constitui pela grafia que lhe confere um outro corpo, a corpo-grafia. Ao trazer a pergunta “como você é?”, formulada no bate-papo da sala hiv, Dias (2004, p.143) aborda a questão da constituição de um outro corpo, uma vez que este se textualiza de modo a não representar o corpo soropositivo estigmatizado socialmente, com o qual o sujeito não se identifica. Para ela (idem, p.147), a realidade criada nas salas de bate-papo “não responde a uma representação do real, mas simula uma realidade própria desengatada do mundo físico”. Dessa forma, Dias (ibidem) pensa a era tecnológica e a constituição do sujeito a partir da noção de *simulacro*, nos termos em que Deleuze a define, afirmando que “o mundo moderno é o dos simulacros” (DIAS, 2004, p. 135). Segundo a autora (idem, p. 137), as tecnologias numéricas condicionam a perda de espaço do mundo da representação para o mundo dos simulacros. Como exemplo, ela traz a questão da imagem produzida pela tecnologia numérica, pelo pixel⁵. Referindo-se ao trabalho de Couchot, a autora (ibidem, p. 147) reafirma que o que preexiste ao pixel e à imagem não é o real, mas o programa de cálculo do computador. Segundo suas palavras, “o simulacro não é representável e nem representa (...) ele não tem relação direta com o real”.

De acordo com o conceito de corpografia, formulado por Dias (2008, p. 12), a escrita na Internet “propõe em seus traços uma forma corpográfica do pensamento”. Com a forma material corpográfica, a escrita materializa a inscrição do corpo na língua, “pela composição do impossível do corpo e do impossível da língua”. A partir dessa noção, a autora pretende em seu trabalho “mostrar como o corpo se materializa na escrita, no encontro com o real da língua, a saber, o impossível” (DIAS, idem, p.12). A escrita digital é para a autora (ibidem, p.13), um “laço/traço” de pertencimento do sujeito a uma comunidade do ciberespaço.

A respeito da relação do sujeito com a escrita/ grafia no espaço digital, faço uma reflexão aqui sobre os gestos de *digitar* e de *teclar*. No que se refere à utilização dos

⁵ Pixel, de *picture element*, são pontos que juntos formam uma imagem.

recursos da máquina, pode-se observar que tanto no digitar quanto no teclar a relação com a escrita se dá intermediada pelas teclas à disposição no teclado da máquina. No entanto, observo que a escrita nesses dois lugares produz sentidos diferentes, uma vez que se constituem distintamente.

O gesto de digitar concerne, a meu ver, a uma escrita linear formalizada pelas regras gramaticais. A escrita que se produz nesse lugar é aquela que está inscrita ideologicamente nos padrões institucionais. A digitação é normativa. Ela não prevê espaços para a brincadeira com a língua.⁶ O gesto de digitar remete ao corpo físico, uma vez que é o dedo que comanda.⁷ Palacios (2005, p.133) lembra que “etimologicamente (...) ‘o mundo digital’ começa nos dedos de nossas mãos (*digitus* = dedo em latim)”. Nesse sentido, para mim, digitar é um gesto solitário, silencioso, que pressupõe um certo distanciamento do leitor. O gesto de teclar, por sua vez, remete aos bate-papos informais que não necessariamente seguem a normatização da língua. A escrita que se processa nesse espaço é aquela que tende a ser livre de determinações, que não está preocupada em transgredir a sua institucionalização. No gesto de teclar, a brincadeira com a língua é permitida, é a tecla que comanda. O gesto de teclar, dessa forma, remete à corpografia, à materialização do impossível do corpo e do real da língua. Nesse sentido, teclar é, para mim, um gesto de cumplicidade que prevê um interlocutor imediato que se inscreva na conversa grafada. Sobre o gesto de teclar, considero ainda que ele é um gesto ruidoso, não só pelo barulho que se produz com a velocidade do uso das teclas, mas sobretudo pelo fato de que o processo de criação do internetês permite pensar sobre a sua relação com o aspecto sonoro da língua, sobre o qual tratarei na análise do corpus discursivo.

A respeito da questão da escrita/ grafia na Internet, observo também, nos gestos de digitar e de teclar, um processo de identificação dos sujeitos com a língua imaginária e a língua fluida no espaço digital. O funcionamento da escrita das línguas portuguesa e brasileira deixa entrever a sua inscrição no gesto de digitar, que carrega em si os sentidos da língua normatizada. Por sua vez, a escrita do internetês se inscreve no gesto de teclar, que pela sua especificidade, produz sentidos de uma linguagem que é possibilitada pelos recursos disponíveis no teclado. No sentido de buscar compreender esse efeito, considero

⁶ Essa observação foi feita por Suzy Lagazzi, na qualificação desta tese.

⁷ Cristiane Dias chamou a atenção para essa questão, durante a qualificação deste trabalho.

importante tecer aqui uma reflexão a respeito da oralidade como uma característica da história cultural do Brasil.

Em seu trabalho sobre a língua brasileira, Orlandi (2002, p.28) descreve a aproximação da língua portuguesa do Brasil com a oralidade. De acordo com a autora (idem, p. 29), a tradição oral é um traço bastante forte da história cultural dos brasileiros. Segundo a autora (idem, p. 23), a relação do português de Portugal com a escrita é determinada historicamente de modo diferente da relação do português do Brasil com a escrita. Em Portugal ela se dá pelo latim no início e depois pelo romance português. No Brasil, a relação do português com a escrita se estabelece pelo latim escrito, pela língua geral e o português escrito. Orlandi (ibidem, p. 23, 24) lembra que a língua geral, apesar de falada em todo território nacional nos séculos XVII e XVIII, não se legitimou pela escrita. Ainda segundo a autora (2002, p. 25), esses sentidos se inscrevem na memória lingüística do Brasil. No processo de identificação com a língua nacional do Brasil, o que funciona é essa imagem da relação dos brasileiros com a língua portuguesa. A oralidade como traço forte da história cultural do Brasil “mostra porque os brasileiros têm – diferentemente dos europeus – uma relação frouxa com a escrita e um apego forte à oralidade”. (ORLANDI, 2002, p. 28)

A esse respeito, começo a pensar a constituição do espaço digital, a partir de sentidos da escrita e da oralidade, inscritos na memória lingüística do Brasil. Essa questão me leva a pensar que a identidade lingüística do espaço digital passa pela identidade lingüística nacional. A materialização desse efeito se dá sob a forma da escrita/ grafia na Internet, nos gestos de digitar e de teclar, na escrita institucionalizada e no bate-papo da *conversa grafada, teclada*, acima mencionada.

Para observar o funcionamento contraditório das línguas/ linguagens no ambiente digital, é fundamental rever o processo de constituição da língua portuguesa no Brasil e de identificação do sujeito brasileiro com a sua língua nacional. Esse procedimento pode ser produtivo, na medida em que o processo de constituição das línguas/ linguagens no espaço digital deixa entrever também um processo de identificação com a língua nacional como constitutivo na materialização desse objeto simbólico.

A questão política da constituição do Brasil como nação apresenta certas particularidades relevantes para a compreensão da história da língua no Brasil. Com o

objetivo de produzir um conjunto de fatos para uma análise materialista dos estudos sobre o Português no Brasil, Guimarães (1996, p.127) faz uma reflexão sobre o movimento de gramatização brasileira do Português. A história da constituição da língua nacional apresenta, segundo o autor (idem, p.127), momentos de debates e polêmicas sobre as construções lingüísticas consideradas inadequadas por escritores e gramáticos portugueses. A produção de gramáticas brasileiras da língua portuguesa, a fundação da Academia Brasileira de Letras, a fundação das faculdades de Letras no Brasil, a obrigatoriedade da Lingüística nos cursos de Letras e a implantação de cursos de Pós-graduação em Lingüística formam o conjunto de fatos significativos no processo de institucionalização da língua nacional.

Uma das condições necessárias para a constituição de qualquer Estado é a unidade lingüística. Nessa busca, a língua do colonizador pode se impor em um outro território. No entanto, no Brasil, uma diversidade lingüística se estabelece no confronto com a unidade lingüística do Estado brasileiro. A relação do sujeito brasileiro com sua língua se constrói nessas bases e passa pelo movimento de legitimação da língua. Dessa forma, considero fundamental fazer aqui uma referência à questão da ética e da política lingüística para se compreender a relação Estado/ nação/ sujeito.

Com esse objetivo, lembro o trabalho de Orlandi (1998, p. 7) que faz um percurso pela história da institucionalização da língua nacional no Brasil. Para a autora (idem, p. 7), a relação entre a língua, os processos identitários e a nacionalidade se dá de maneira indireta e complexa. Segundo suas próprias palavras, “não é preciso que um sujeito esteja claramente inscrito em uma língua para ter sua identidade configurada, dada esta plasticidade que o faz passageiro de várias ordens do simbólico” (ibid, p. 9).

De acordo com a autora (1998, p. 9), na relação com o português de Portugal imposto na colonização, o português do Brasil é afetado por diferentes ordens simbólicas, por distintos processos de identificação. A autora (idem, p. 7 e 8) lembra que a relação entre as línguas indígenas, as línguas produzidas pelos missionários e faladas pelos índios, os resíduos da Língua Geral falada nos séculos XVII e XVIII, os vestígios de dialetos africanos, os indícios das línguas de imigrantes italianos, alemães, japoneses, e o português de Portugal, foi fundamental no processo de constituição da língua no Brasil. Segundo suas

próprias palavras (ibidem, p. 9), “não há língua nacional, aliás, que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambigüidades, tensões com outras línguas”.

A autora (2000, p. 26) apresenta também um dado interessante a respeito do português falado no Brasil. Para o português do Brasil ganhar o estatuto de legitimidade, ele tem que se reconhecer pelo português de Portugal. Essa questão significa que é preciso que o português do Brasil se inscreva na formação discursiva em que o português de Portugal se encontra. No entanto, o português que é utilizado pelos falantes no Brasil adquire uma especificidade pela sua relação com o português de Portugal e também com outras línguas.

A língua é um dos elementos que definem a identidade das nações. Na constituição do Estado brasileiro, a diversidade e as variações lingüísticas se organizam como características do Brasil e são referidas à unidade da língua nacional. É interessante observar que essa unidade não é referida ao português de Portugal, mas ao do Brasil. Sobre essa questão, Orlandi (2002, p. 29) afirma que é fundamental compreender o deslocamento que preside a produção da identidade do brasileiro, a “brasilidade”, que passa pela constituição da língua nacional no Brasil.

A relação do sujeito brasileiro com a língua nacional é também observada pela autora (2000, p. 21) através de uma análise do processo histórico de gramatização da língua no Brasil. Orlandi (2002, p. 95) faz a entrada no discurso histórico por meio do discurso sobre a língua, a produção das idéias lingüísticas no Brasil. A autora (2000, p. 26) analisa a produção dos instrumentos lingüísticos e a produção de um conhecimento sobre a língua. O processo de identificação do sujeito brasileiro com a sua língua nacional compreende, dentre outros aspectos, o trabalho de institucionalização da língua. Os lugares que representam esse trabalho são fundamentais nesse processo: a gramática, os manuais, a escola, a literatura.

A gramática funciona como um dos lugares em que se tem a construção e a representação da unidade e da identificação do sujeito com a língua e a nação. Orlandi (idem, p. 27) cita o século XIX como o momento em que a questão da língua portuguesa no Brasil passa a ser de interesse dos estudiosos. É também nesse período que começam a ser produzidas as gramáticas brasileiras da língua portuguesa. Essas gramáticas trazem em comum as noções de norma e regra significando o uso correto da língua e o bom uso da

linguagem. A gramática de Júlio Ribeiro, por exemplo, é uma exposição de fatos de linguagem. Por sua vez, a gramática de João Ribeiro apresenta como inseparáveis a gramática e o dicionário.

O lugar da autoria nas gramáticas, segundo a autora (*ibidem*, p. 28), tem nesse momento um grande peso no processo de constituição do sujeito na relação com a língua nacional. Esse lugar é garantido aos autores das gramáticas, uma vez que seus elaboradores estão entre os intelectuais, os historiadores, os professores e os literatos. Na posição de autoridade a que esses personagens se filiam, seu saber se configura como legítimo para a sociedade.

Dessa forma, tem-se também a legitimação do brasileiro com a escrita, a constituição de um sujeito nacional brasileiro. Orlandi (2000, p. 26) traz como exemplo o trabalho do gramático João Ribeiro que, como historiador, conta os fatos privilegiando a história do povo e a cultura. Nesse espaço, é permitido ao brasileiro dizer sobre si mesmo de um modo diferente daquele que é dito pela história de Portugal. O gramático Júlio Ribeiro, por sua vez, produz, como escritor naturalista, uma literatura genuinamente brasileira, bem diferente da portuguesa.

A autora (*idem*, p. 29) ainda reflete sobre a continuidade do processo de constituição da língua no Brasil. A partir de 1900, com a configuração do Estado brasileiro, a produção das gramáticas ganha outros sentidos. O trabalho de autoria das gramáticas, realizado no século XIX, é silenciado, na medida em que o saber como a língua funciona deixa de ser uma posição intelectual do gramático e passa a ser uma posição científica da Lingüística.

Elaborada em 1959, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) estabelece, por decreto, uma única terminologia gramatical. A partir daí, é ao lingüista, que se supõe que tenha o conhecimento científico da língua, que cabe a autoria do saber sobre a língua. À escola cabe “a aplicação do conhecimento gramatical no ensino-aprendizagem da língua (materna)” (ORLANDI, *ibidem*, p. 30). Nessas condições, segundo as palavras da autora (2000, p. 31), “a gramática deixa de ser um ‘monumento’ à língua, para se apresentar como um ‘artefato’ da ciência”.

Em relação ao papel da ciência na produção tecnológica, é interessante lembrar o trabalho de Guimarães (2003, p. 198) sobre o aspecto “utilitário” das tecnologias. O autor

utiliza esse termo para se referir à atribuição pelas políticas públicas no Brasil da importância da utilidade das tecnologias para a vida. Para o autor (idem, p. 198), em uma política em que se tem a produção de sentidos determinada pelas posições sociais e econômicas de poder, somente o exato e o experimental são interpretados como tecnologia. Sob esse ponto de vista, as ciências humanas só são compreendidas como ciência na medida em que estejam ligadas a determinados artefatos tecnológicos. No entanto, para Guimarães (ibidem, p. 198), as ciências humanas também produzem tecnologias. O autor cita os dicionários como um exemplo de tecnologia produzida no campo dos estudos da linguagem, que fazem parte atualmente da revolução tecnológica da informática.

Sobre a “utilidade” das tecnologias, considero interessante trazer aqui, a título de exemplificação, um relato de uma prática de leitura desenvolvida por mim em sala de aula, com alunos de uma 6ª série do ensino fundamental, no município de São Paulo. Essa prática compõe, com outras duas, um texto sobre a questão da leitura e das novas tecnologias como tema de interesse da Secretaria de Estado da Educação. O interesse dessa instituição pelas tecnologias pode ser observado nas provas de leitura e escrita do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, que são compostas de textos, questões e propostas de redação que reforçam o aspecto “utilitário” das tecnologias e enfatizam a interpretação literal dos textos e a pré-determinação do leitor e dos sentidos. (SILVA, 2006, p. 181, 182).

As práticas de leitura a que aqui me refiro tiveram como objetivo “dar visibilidade a processos de significação que constituem historicamente o lugar da leitura do professor e do aluno diante das materialidades à disposição nas escolas para uso didático” (idem, p. 175).

Para o desenvolvimento da prática de leitura em questão, a tarefa dos alunos foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro consistiu da criação de um código para cada letra do alfabeto e a escrita de uma frase com o código criado por eles. Em um segundo momento, foi feita a troca e a leitura das frases pelos alunos. Aqui, é fundamental esclarecer que nessa prática de leitura o código é considerado como objeto simbólico que produz sentidos. O próprio processo de elaboração do código possibilitou a construção de sentidos para esse objeto, na medida em que não seguiu um padrão pré-estabelecido, produzindo diferentes gestos de interpretação.

É também fundamental ressaltar que a seleção dos símbolos para a confecção foi aleatória. Cada aluno criou seu próprio código. Os caracteres foram selecionados pelos alunos, de acordo com as suas preferências individuais. Práticas de leitura dessa natureza são comumente encontradas em livros didáticos. No entanto, esses exercícios são feitos com a criação de um código comum para a comunicação de mensagens.

Na prática de leitura em questão, o objetivo não foi chegar à legibilidade das frases elaboradas pelos alunos, característica fundamental da leitura no contexto escolar. A prática de leitura discursiva proposta nesse trabalho considerou a constituição histórica dos sentidos, a relação dos alunos com o objeto simbólico *código*. Assim, para além de pensarem sobre o papel do código na comunicação, os alunos puderam refletir também sobre os modos de sua criação e sobre o caráter aleatório da seleção dos caracteres. Sobretudo, puderam construir sentidos no trabalho de interpretação desse objeto simbólico.

No que se refere à questão da “utilidade” das tecnologias para vida, abordada por Guimarães (ibidem, p. 198), considero que o interesse da Secretaria de Estado da Educação pela utilização de tecnologias no ensino da leitura “mostra a ação das posições sociais e econômicas de poder sobre a produção de conhecimento e a sua circulação” (SILVA, 2006: 182). Dessa forma, o desenvolvimento de práticas de leitura discursiva na escola pode ser significativo para uma mudança de postura diante dos objetos simbólicos. Isso significa dizer que, a partir de práticas de leitura como as propostas pela AD, os professores possam oferecer aos seus alunos um espaço de interpretação, de produção de sentidos para suas leituras.

Em seu trabalho sobre as linguagens da tecnologia, Morello (2004, p.31) trata da elaboração dos modelos matemáticos de codificação e de mapeamento das informações como base para a construção de artefatos tecnológicos de comunicação. De acordo com a autora (idem, p. 31), uma outra forma de estar em sociedade se configura diante da mudança de paradigma das relações sociais, a sociedade em rede, a sociedade da informação. A autora (ibidem, p. 31) chama a atenção para a necessidade da discussão a respeito das linguagens da tecnologia como “espaço de formulação das múltiplas relações que estabelecemos com a sociedade da informação”.

A tecnologização que caracteriza as linguagens nesse espaço de socialização do sujeito pode ser investigada, segundo Morello (2004, p. 32), observando-se a injunção dos

sujeitos à informação, sustentada pelas políticas públicas interessadas na configuração de uma sociedade que têm como “foco a informação ou o caráter informacional do mundo e seus sujeitos”.

As iniciativas das instituições que regem as políticas científicas e tecnológicas têm como pressuposto a utilização da língua para a informação. E a língua sistematizada se presta muito bem a esse papel. A informação tem nos dias atuais a Internet como um novo espaço de circulação. O desenvolvimento de tecnologias da escrita modifica a relação do sujeito com a informação.

Orlandi (2003), em seu texto divulgado pela revista *Multiciência*, “Os recursos do Futuro: Um outro discurso”, propõe, por meio desse título, uma inversão na temática da revista em questão, “O Futuro dos Recursos”. A autora (*idem*) aborda a questão dos *recursos do futuro* como um discurso mais produtivo em relação ao discurso sobre o *futuro dos recursos*. Segundo Orlandi (*ibidem*), o tema, tal como proposto pela revista, sugere que somos onipotentes e que dessa forma podemos decidir sobre o futuro dos recursos. Quanto à sua proposta, a da temática *os recursos do futuro*, admitem-se os recursos ainda não existentes que poderão vir a serem criados. A autora (2003) afirma que a temática *os recursos do futuro* permite pensar sobre os recursos que temos e também deixa “aberta a porta do que se pode passar entre o irrealizado e o possível”.

Nesse texto, Orlandi (*idem*) toma como objeto de análise o modo de constituição dos discursos pedagógico e midiático. Segundo a autora (*ibidem*), o discurso da mídia é um discurso com fortes características político-administrativas, apesar de procurar legitimar-se a partir de sua cientificidade. O discurso da mídia utilizado para a divulgação científica é um discurso inscrito na formação discursiva empresarial, que projeta um público “que precisa saber certas coisas enquanto consumidores. Saber esse atrelado à idéia de informação”. (ORLANDI, 2003)

Por ser esse um discurso que se sustenta no modo de produção capitalista, ele atenta mais aos interesses das organizações do que às demandas dos diferentes interlocutores sociais. A autora (*idem*) afirma que os sujeitos nesse lugar não produzem sentidos para o discurso da mídia, eles são simplesmente “ ‘usuários’ bem ou mal ‘informados’”. Sobre essa questão, Orlandi (2003) conclui que um discurso mais produtivo “seria aquele que admitisse a irracionalidade, a relação da sociedade com a história (...) e com o político”. A

autora (idem) ressalta ainda a importância das tecnologias da linguagem na produção dos efeitos de sentidos. De acordo com suas próprias palavras (ibidem), “as novas tecnologias de linguagem representam uma possibilidade de reorganização do trabalho intelectual e do trabalho da interpretação”.

Sobre a questão do desenvolvimento das tecnologias de linguagem, o sujeito/ leitor da informação é interpelado pelo modo como ela circula, circunscrita a uma língua sistematizada cientificamente. No entanto, sob o ponto de vista discursivo, para além do caráter científico e tecnológico da língua na informatização, o equívoco se faz presente. Sob o olhar discursivo, a lógica da comunicação deixa entrever a presença do equívoco nos fatos de linguagem. Desse modo, compreende-se que diante da unidade do sistema lingüístico, apresentam-se movimentos de sentidos reveladores de diferentes posições.

Haroche (1992, p.43) cita dois lugares em que o equívoco, a ambigüidade, funciona produtivamente: no humor e na poesia. Pêcheux (1997b, p.51) faz uma referência à poesia como um lugar de funcionamento do equívoco, no contraponto com a questão da unidade imaginária da língua. O autor (idem, p.51) cita duas afirmações de Milner (1982, p.336) sobre a poesia: “nada da poesia é estranho à língua”; “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia”.

A respeito da constituição da(s) língua(s) no espaço da Internet, meu objetivo se volta para a relação entre a língua oficial da unidade política e as outras línguas/ linguagens que se constituem nesse lugar. Para tanto, elejo, como ponto de entrada de minha reflexão, o lugar da poesia, presente também nas comunidades virtuais cujo foco é a questão da língua, como ponto de observação do funcionamento do equívoco, do deslize de sentidos.

III – A poesia apreendida no real da língua e no real da história: breve percurso pela “Língua inatingível”⁸, de Françoise Gadet e Michel Pêcheux

“Foi quase logo que eu cheguei no Calango-Frito, foi logo que eu me cheguei aos bambus. Os grandes colmos jaldes, envernizados, lisíssimos, pediam autógrafo; e alguém já gravara, a canivete ou ponta de faca, letras enormes, enchendo um entrenó:

*Teus olho tão singular
Dessas trancinhas tão preta
Qero morer eim teus braço
Ai ferosa marieta.*

E eu, que vinha vivendo o visto mas vivendo estrelas, e tinha um lápis na algibeira, escrevi também, logo abaixo:

*Sargon
Assarhaddon
Assurbanipal
Teglattphalasar, Salmanassar
Nabonid, Nabopalassar, Nabucodonosor
Belsazar
Sanekherib.*

E era para mim um poema esse rol de reis leoninos, agora despojados da vontade sanhuda e só representados na poesia. Não pelos cilindros de ouro e pedras, postos sobre as reais comas riçadas, nem pelas alargadas barbas, entremeadas de fios de ouro. Só, só por causa dos nomes (...)

Até aí tudo em paz. Deu de ser, porém, que no domingo seguinte, quando retornei ao bambual, vi que o outro (Quem será? – pensei), vi que o outro poeta antes de mim lá voltara. Cataplasma! E garatujara ele, sob o meu poema dos velhos reis de alabastro:

Língua de turco rabatacho dos infernos.

(Guimarães Rosa)

Para abordar a questão da língua, a literatura, enquanto manifestação artística da linguagem, tem sido considerada um lugar muito produtivo de observação. Sob esse ponto de vista, essa concepção situa a literatura em um lugar diferente das demais produções

⁸ Esta obra foi publicada na França, em 1981, com o título “La Langue Introuvable”.

escritas, pelo modo como ela se expressa, com “mais liberdade” da língua e a possibilidade de outros sentidos para as palavras. Essa posição, contudo, faz parte de uma visão disciplinar que separa a língua da literatura.

Este trabalho traz como ponto de entrada para a reflexão uma manifestação literária, pelo fato de se poder aí observar muito recorrentemente a transferência de sentidos de uma palavra para outra. No entanto, como se poderá ver neste capítulo, a poesia é considerada constitutiva da língua, uma vez que a língua nos escapa pelo imprevisto (LAGAZZI, 2006, p. 87). Nesse texto, a autora (idem) nos lembra que “somos, necessariamente, sujeitos de linguagem, pegos na poesia da língua”. Desse modo, é fundamental esclarecer que ao tratar do estatuto da literatura neste trabalho, também estou me referindo à língua.

Por esse motivo, apresento como epígrafe desse capítulo um trecho da obra *Sagarana*, de Guimarães Rosa, no qual se pode observar a língua em funcionamento, marcada em toda a sua extensão pela utilização de palavras carregadas de significação de outros contextos e que nesse conjunto adquirem sentidos outros, antes possivelmente imprevisíveis. Metáforas belissimamente trabalhadas são apreendidas no *real da língua*⁹ e tomam *forma-material* nos gestos de interpretação do texto, inscrevendo na história outros sentidos possíveis para essas palavras.

No que se refere à *forma-material*, é importante esclarecer essa noção a partir da perspectiva discursiva. Sob o ponto de vista do materialismo histórico, a matéria é a substância suscetível de receber uma forma. Orlandi (2007) lembra que o mundo dos homens exige a materialização, no entanto, para a autora (idem), a forma material não coincide nem com a forma empírica, nem com a forma abstrata. Ela é aquela que se constitui no processo histórico de significação.

Em relação à questão do estatuto da literatura para as ciências da linguagem, trago aqui algumas informações sobre a vida e a obra de Guimarães Rosa. Contemporâneo da Revolução Constitucionalista de 32, João Guimarães Rosa viveu em Minas Gerais. Exerce por dois anos a medicina, em Itaguara, pequena cidade que pertencia ao município de Itaúna, Minas Gerais, e também no quartel, como Oficial Médico do 9º Batalhão de Infantaria. Abandona a medicina e presta concurso para o Ministério Exterior. Em 1937,

⁹ A noção de *real da língua* está desenvolvida no decorrer deste capítulo, a partir da concepção de Milner a respeito do *real da língua* (*lalangue*) e do parecer de Gadet e Pêcheux sobre a noção de *real da história*.

sua obra intitulada “Contos” concorre ao prêmio *Humberto de Campos*. Mais tarde, após uma revisão do autor, passa a ser chamada *Sagarana*¹⁰. Nesta obra, Guimarães Rosa descreve a paisagem mineira e registra a linguagem pitoresca do povo, regionalismos muitos dos quais jamais citados na literatura brasileira. Em 1938, é nomeado Cônsul Adjunto de Hamburgo. Durante a 2ª Guerra Mundial, escapa várias vezes da morte. Por essa ocasião, protegeu e facilitou a fuga de judeus perseguidos pelo nazismo. Em 1956, seu livro *Grande Sertão Veredas* descreve o ambiente e o povo rude do sertão mineiro. O livro é traduzido para várias línguas e seu sucesso se deve às inovações formais.

No que se refere à transgressão da norma, Gadet e Pêcheux (2004, p. 27) abordam a questão da metáfora, ao traçarem um perfil da história da lingüística. De acordo com os autores, os sentidos se dão pela transferência (metaphora) de uma palavra em outra. Sob essa perspectiva, a metáfora é o lugar em que uma palavra fala com outra. Na obra em questão, Gadet e Pêcheux (idem, p.29) chamam a atenção para o fato de que em relação aos estudos sobre a linguagem, podem-se observar no decorrer da história muitas reflexões a respeito da questão da língua. Pelos anos 300 a.C., no debate natureza/ convenção, os estóicos compreendem a linguagem como uma atividade natural, que reflete a harmonia entre o homem e a natureza. Por esse ponto de vista, as palavras estabelecem uma relação natural com o mundo. Os convencionalistas, por sua vez, compreendem que a relação entre as palavras e as coisas se deve a uma convenção arbitrária. A língua, nesse sentido, é um código que forma um sistema. O embate pode ser observado na controvérsia entre os analogistas e os anomalistas. Para os analogistas, a língua apresenta uma regularidade formal que traduz uma ordem interna de construção. Contrários a essa posição, os estóicos observam a presença de irregularidades no funcionamento da língua. Diante desse fato, defendem a tese sobre a anomalia lingüística como característica intrínseca à língua.

De acordo com os autores (ibidem, p. 30), os sentidos construídos por essas controvérsias ainda hoje dividem os estudos dos que caracterizam o *real da língua*. Aqueles que sustentam a existência de uma ordem própria da língua, que compreendem o seu funcionamento na repetição de sua estrutura, e os que admitem a possibilidade do exterior da língua funcionar em sua constituição. Hoje, a lingüística traz em seu bojo uma relação

¹⁰ Saga, radical de origem germânica, que significa *fábula*; rana, palavra de origem indígena, que significa *à maneira de*.

semelhante entre as diferentes posições: os estudos cujas práticas consistem na observação e descrição das variações lingüísticas como decorrentes do aspecto social sobre a língua (empirismo/ sociologismo), e as teorias construídas sobre a estrutura da língua (racionalismo/ logicismo).

A respeito da discussão entre as posições empirista/ racionalista, os autores (2004, p. 32) trazem para a reflexão a tese de J.C. Milner, desenvolvida em sua obra *Amour de la Langue*. Milner deixa em suspenso o debate entre essas posições e traz para o centro da discussão a questão do *real da língua*, que sob o ponto de vista da AD pode ser compreendida como a posição materialista em lingüística.

Para Milner (1978, p. 27, apud Gadet e Pêcheux, 2004, p. 32), “o real da língua é o impossível”. Essa afirmação significa considerar que é próprio de toda língua a impossibilidade de tudo se dizer, ou seja, “sempre faltam palavras para dizer alguma coisa, ou existe o impossível a dizer” (MILNER, 1987, p. 44). Para explicar o impossível da língua, Milner (idem, p. 14) se apropria do termo *Lalangue, alíngua*, criado por Lacan, para designar o lugar do equívoco, onde se pode perceber “a sombra projetada” do real da língua. Segundo as palavras do autor (ibidem, p. 15), “sua figuração mais direta é a língua materna (...) alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco”. Para Milner (1987, p.19), “as palavras sempre faltam, e o não-todo que marca a verdade (...) marca também a alíngua, enquanto que todo dizer verdadeiro passa por ela. Donde se conclui que, como a própria verdade, a alíngua atinge o real”.

De acordo com Gadet e Pêcheux (idem, p. 35), Milner reconhece a materialidade da língua. Para o autor (idem, 35), a materialidade está relacionada ao *real da língua*. Essa posição, no entanto, não leva em conta a questão política da língua, uma vez que não pressupõe a relação material entre língua e ideologia.

Gadet e Pêcheux (ibidem, p. 35) tratam da questão do *real da língua*, considerando a existência de um real da história sustentado na contradição¹¹, lugar em que o impossível que é próprio da língua não é deixado de lado. Para os autores (2004, p. 36), a materialidade da língua está também relacionada ao *real da história*. Dessa forma, o *real da língua* traz em si a possibilidade das falhas, dos deslizos, das metáforas.

¹¹ A noção de *contradição* a que me refiro aqui considera a determinação do sujeito pela exterioridade.

A partir da noção de *real da história* formulada por Pêcheux, Orlandi (Dicit, CEDU, 2007) traz para a reflexão a noção fundamental de *real do sujeito*. A autora (idem) trabalha a questão da materialidade do sujeito, ao retomar o sentido de mundo para o materialismo dialético e para o materialismo histórico. De acordo com Orlandi (ibidem), o materialismo dialético pressupõe um incessante movimento de sentidos das coisas na história. O materialismo histórico, por sua vez, considera que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto dos processos da vida social.

A autora (2007) reflete sobre a questão da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade. De acordo com Orlandi (idem), os homens se organizam em sociedade para produzir e reproduzir a sua própria vida. Esse acontecimento é determinado por leis que definem a forma de organização social na história. Nesse sentido, a relação do sujeito com o mundo se constitui por processos ideológicos e simbólicos. Dessa forma, Orlandi (ibidem) trabalha com a noção de discurso como materialidade simbólica, tal como define Pêcheux (1997b): a materialidade da ideologia é o discurso (...) a materialidade do discurso é a língua. Sobre essa questão, como já foi dito anteriormente, a autora (1999a, p. 53) desenvolve a noção de *forma material* como aquela distinta da forma empírica e da forma abstrata. Orlandi (idem, 53) sustenta a idéia de que a *forma material* é aquela que atesta um processo de significação, a constituição de sentidos na história.

Com o objetivo de refletir sobre a formação das línguas nacionais, Gadet e Pêcheux (2004, p. 35) fazem uma descrição esmerada do nascimento político da questão lingüística. As diferenças lingüísticas, que permearam a sociedade feudal e dividiram a nobreza e a plebe, são absorvidas e anuladas pela burguesia em um jogo em que se tem a defesa do ideal de igualdade diante da língua e a organização de uma desigualdade real. O ensino da gramática atesta esse jogo. O ensino da língua francesa se constitui a partir do latim. Enquanto o bilingüismo só se reservava às classes dominantes, às massas se oferecia uma gramática baseada na lógica das frases simples.

Esse fato permite observar o funcionamento da *língua de madeira*, citada por Gadet e Pêcheux (idem, p. 23). Segundo os autores, essa é a língua do direito e da política, que tem na língua “a maneira política de denegar a política”. Sobre essa questão, considero importante trazer o foco para o meu trabalho. Dessa forma, busco pensar aqui sobre uma ressignificação do funcionamento da *língua de madeira* no contexto das tecnologias

contemporâneas. E o faço, a partir da questão do juridismo que, segundo Lagazzi (1988), preside as relações sociais.

Lagazzi (idem), em seu trabalho sobre a constituição do sujeito em suas relações sociais do cotidiano, traz a questão do *juridismo* como a instância reguladora não explícita das relações sociais. Segundo a autora (ibidem, p. 45), “o cotidiano das relações interpessoais não é regulado por leis (explícitas)”. No entanto, ainda de acordo com Lagazzi (1988, p.45) não faltam “regras e padrões que fornecem ao sujeito os parâmetros que ele deve seguir enquanto membro de uma determinada sociedade (comunidade)”. Em relação ao papel regulador do *juridismo*, frente ao estatuto legitimado do Direito, a autora (idem, p. 46) reflete ainda sobre uma certa garantia simbólica de seu funcionamento que se expressa através da moral. Para Lagazzi (ibidem, p. 45, 46), os usos e os costumes têm um caráter coercitivo na organização das sociedades, uma vez que eles trazem em si uma idéia de regularidade. Ainda no que se refere aos sistemas reguladores das relações interpessoais, a autora (1988, p. 46) afirma que, ao se colocar no nível do não-dito, do implícito, o *juridismo* mantém uma certa flexibilidade entre direitos e deveres no cotidiano.

A respeito da presença do juridismo no espaço digital, posso compreender que, diante das facilidades de comunicação, o sujeito dos novos instrumentos tecnológicos pode se considerar possuidor de uma “certa” liberdade que lhe permite se relacionar da forma como quiser e dizer aquilo que deseja. No entanto, um sistema regulador das relações sociais se constitui nesse espaço, ao fazê-lo nos dias de hoje responder juridicamente por suas ações consideradas fora do parâmetro aceito por essa comunidade.

Para mim, o juridismo pode ser observado no funcionamento do dizer no contexto da Internet. Para refletir sobre essa questão, parto do princípio de que existe um sistema regulador das mensagens trocadas via computador. Esse sistema vem sendo utilizado como legislador das trocas de informação e da prestação de serviços na rede. É a partir dessa observação que busco uma ressignificação do funcionamento da *língua de madeira* nesse espaço.

As diferenças lingüísticas anuladas pela burguesia na sociedade feudal são um exemplo do funcionamento da *língua de madeira*. A política burguesa, em que se tem o jogo de anulação das diferenças lingüísticas e em que se pressupõe “antes de tudo que essas sejam reconhecidas” (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 37), possibilita a compreensão de que a

língua é uma questão de Estado. O Estado burguês assume o poder tanto sobre a forma lógica quanto sobre a forma social da linguagem. É dessa mesma forma que se tem a divisão contemporânea da lingüística: a figura jurídica do direito e a figura biológica da vida. Do lado do direito, o Estado institui a circulação das significações. Do lado da vida, o Estado permite à burguesia o exercício da negociação com as classes dominadas. Desse modo, compreende-se que o *real da língua* se constitui no espaço da contradição entre o direito e a vida. Segundo as palavras de Gadet e Pêcheux (2004, p. 55), “o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas”.

Em relação às falhas constitutivas do *real da língua*, os autores (idem, p. 55) chamam a atenção para o funcionamento do valor nas teorias contraditórias de Saussure, abordadas em seu *Cours de linguistique générale* e na obra *Anagrammes*, que deixam entrever, em sua própria constituição, a relação entre o *real da língua* e o equívoco. Os autores (ibidem, p. 57) apontam nessas obras a coexistência do arbitrário do signo e da língua como sistema de signos. Sob o ponto de vista das teorias de Saussure, o poético adquire o estatuto de efeitos especiais diante do conjunto da linguagem. Essa questão pressupõe a idéia de que os deslizamentos de sentidos são constitutivos da língua. A esse respeito, Gadet e Pêcheux (2004, p. 58) afirmam que Saussure teria desenvolvido não uma teoria sobre a poesia, mas uma teoria sobre uma propriedade da língua.

Gadet e Pêcheux (idem, p. 63) sustentam que a poesia é apreendida no *real da língua*. E, segundo as palavras dos autores (ibidem, p. 64), “a irrupção do equívoco afeta o real da história”. A história da língua sempre esteve presente em momentos históricos consideráveis. Revoluções como as de 1789, 1870 e 1917 serviram de cenário político para manifestações literárias e para estudos sobre a língua. Nas manifestações, as massas populares passam a se expressar, contribuindo para o advento de grandes transformações na língua, semelhantes às que são feitas pelos poetas. A “poesia-operária” de Maiakovski é citada por Gadet e Pêcheux (2004, p.83) como uma dessas manifestações em prol dos interesses dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, um movimento de higienização da língua se faz presente. O desenvolvimento das grandes cidades, com suas estradas de ferro e a instalação da energia elétrica servem como índice da presença do Estado e da sua produção material. Esse fato traz consigo a necessidade da transparência nas comunicações, a veiculação da linguagem

ideal, da ferramenta lingüística perfeita. Nesse contexto, segundo as palavras de Gadet e Pêcheux (idem, p. 99), a linguagem é tratada “como imagem lógica da realidade, reflexo do real e expressão da objetividade”. A língua que funciona nesse lugar é a *língua metálica*, definida pelos autores (ibidem, p. 23) como a língua lógico-matemática, a “língua fascista (...) sem aspecto exterior”.

A respeito do funcionamento da língua lógico- matemática, considero importante, mais uma vez, focar a minha questão. Por esse motivo, faço aqui uma reflexão sobre a questão do funcionamento da *língua metálica* no espaço das tecnologias na informatização.

É sabido que o funcionamento das máquinas de linguagem é regulado por linguagens técnicas de programação. Sobre essa questão, Auroux (2001^a, p. 289) lembra que a base de funcionamento do computador digital explora ao máximo o caráter das unidades significativas da linguagem. Isso quer dizer que a linguagem que se constitui na Internet passa por uma codificação matemática para se transformar em linguagem de programação.

A respeito da matematização da língua, da criação do código, Dias (2005, p. 46) lembra que a busca de uma língua lógico-matemática foi alimentada pelo interesse em se melhorar a comunicação entre os homens. Segundo a autora (idem, p. 46), as teorias lingüísticas sempre compreenderam a linguagem lógico-matemática como a solução para se reconstruir uma língua ideal. No entanto, segundo Dias (ibidem, p. 46), essa compreensão leva a conceber a língua como um sistema fechado.

A matematização da língua carrega em si o sentido de linguagem perfeita. Considerada própria do espaço da informatização, a linguagem lógico-matemática da programação se impõe como fundamental nesse lugar e, nesse movimento, silencia o sujeito na sua relação com a língua no mundo. A esse respeito, a autora (idem, p. 46) afirma que esse é o lugar de “apagamento do sujeito em prol do sistema: o sistema da língua, o sistema da comunicação, o sistema social”.

No espaço de discussões acerca da língua, a linguagem lógica continua a ser alvo de interesse dos estudiosos, no contraponto com a linguagem poética. A história da lingüística contada por Gadet e Pêcheux deixa entrever essa preocupação em seu trajeto pelo mundo. Impulsionados pelo movimento de silenciamento das massas pelos dirigentes comunistas, os intelectuais russos são impelidos a migrar para outros países. As teorias de Saussure são

discutidas no Círculo Lingüístico de Praga. Jakobson se dedica à fonologia e à poética. Nesse contexto, as reflexões sobre a língua se dão num terreno contraditório: a aplicação prática dos estudos de Saussure sobre a poesia e a defesa da ideologia da comunicação e da ordem do sério na Lingüística.

Os autores (2004, p. 105) continuam a traçar a história da lingüística, acompanhando o seu trajeto de migração para outros territórios. O Círculo Lingüístico de Praga desaparece com a entrada do nazismo em Praga. Jakobson é expulso da Europa e viaja para os Estados Unidos, onde funda o Círculo Lingüístico de Nova York. Seus estudos a respeito da língua acabam por separar a lingüística da literatura. A oposição entre a linguagem da poesia e da literatura em relação à linguagem lógica das ciências vai tomar outro lugar no Círculo de Viena, com o neopositivismo de Carnap. A concepção de linguagem de Carnap é exposta em Praga: a forma científica da escrita da língua, que separa os enunciados “dotados de sentido” daqueles “desprovidos de sentido”.

Ainda segundo Gadet e Pêcheux (idem, p. 115), a questão da linguagem como instrumento de comunicação ganha força com as novas necessidades do capitalismo que se instaura na Europa: o Estado capitalista moderno assume a gestão da ideologia, separando os discursos especializados da ciência e os discursos ilógicos da poesia. No entanto, de acordo com as palavras dos autores (ibidem, p. 116), “a lógica administrativa esbarra no delírio fraseológico do *bluff* e da propaganda”. A linguagem lógica e o equívoco passam a conviver no espaço de consolidação do capitalismo.

Aqui, pode-se observar o funcionamento da *língua de vento*, formulada por Gadet e Pêcheux (2004, p. 23). Essa é a língua da propaganda e da publicidade, que aparentemente se mostra como solta, livre de determinações, no entanto é a língua que serve também às classes no poder para que elas possam “exercer sua mestria” de maneira mais sutil.

O funcionamento da *língua de vento* pode ser observado também no contexto da Internet, na livre circulação das propagandas pelo espaço virtual. O modo como as propagandas circulam na Internet, em que o processo de compra e venda se dá à distância por meio de um instrumento tecnológico, e em que se pressupõe um número considerável de consumidores em potencial, oferece lugar à “crença” da parte dos usuários de que eles não têm obrigação de comprar o produto. A relação que se estabelece entre o vendedor e o comprador é de descontração e de não-coerção. Esse é o ambiente favorável para a

negociação. Dessa forma, é fácil concluir que as propagandas atingem seu objetivo, mais uma vez de maneira sutil, ao exercer o seu poder sobre a classe consumidora do espaço virtual.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a questão da linguagem se mantém presente nas discussões dos estudiosos. Gadet e Pêcheux (2004, p. 121) descrevem o que eles chamam de *A Grande Travessia*. Perseguidos durante a Segunda Guerra, os intelectuais se transferem para o mundo ocidental. A lógica proposicional de Frege é confrontada com as pesquisas de Russel e Carnap. A linguagem natural passa a ser pesquisada por Carnap, com o objetivo de libertá-la das ambigüidades. No contraponto, Wittgenstein desenvolve a sua “filosofia da linguagem ordinária”. Gadet e Pêcheux (idem, p. 122) lembram que os filósofos da linguagem ordinária se interessam por algumas categorias lingüísticas, pois elas apresentam certas particularidades de funcionamento em relação às especificidades de sua utilização. Wittgenstein torna-se, segundo as palavras dos autores (ibidem, p. 124), o “símbolo da Grande Travessia dos intelectuais europeus e o desse cruzamento da figura lógica do Direito com a Vida”.

Prosseguindo na viagem da Lingüística pelo tempo, Gadet e Pêcheux (2004, p. 127) descrevem a postura crítica de Chomsky em relação à lógica formal de Carnap. Para Chomsky, a sintaxe lógica e a semântica formal não dão conta das propriedades lingüísticas, uma vez que a língua é especificada por determinações próprias. Para ele, a lógica matemática se justificaria apenas na constituição da linguagem artificial, mas ela não teria competência para representar as propriedades das línguas naturais.

Sobre essa questão, os autores (idem, p. 129) lembram ainda que o trabalho de reflexão de Chomsky apresenta uma relação com a física. Com uma postura de caráter estruturalista, seu objetivo é, segundo os autores (ibidem, p.130), inviabilizar “a ontologia lógico-gramatical dos carnapianos para garantir a existência autônoma de um funcionamento gramatical da língua”. Ainda de acordo com as palavras de Gadet e Pêcheux (2004, p. 130), ao questionar o papel da gramática lógica “diante das sutilezas das línguas naturais (...) à sua maneira, Chomsky enuncia, assim, a distância paradoxal entre o objeto real da lingüística e o objeto de conhecimento que essa disciplina se propõe construir”.

Sob a influência dos trabalhos de Popper (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 134, 135), Chomsky desenvolve a sua teoria, estabelecendo a oposição entre dois objetivos reservados

à ciência e entre dois modos de raciocínios científicos. Ao observar o trabalho das ciências no que se refere à descrição e à explicação dos dados, Chomsky trabalha com a noção de idealização. Para ele, toda atitude científica deve supor uma abstração no sentido de eliminar os fatores não pertinentes. No entanto, segundo Chomsky (idem, p. 135), as ciências exatas não discutem esse princípio por julgarem-no evidente, e as ciências humanas questionam a sua validade. Essa questão continua a ser abordada por Chomsky no que se refere aos modos de raciocínio científico, quando ele abandona o “imediatismo da observação” e desenvolve a sua hipótese das estruturas profundas.

O projeto desenvolvido por Chomsky com base na física não implica um distanciamento do projeto lógico-matemático (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 139). Ele se encontra entre esses dois modelos. A Gramática Gerativo-Transformacional desenvolve o princípio de autonomia da sintaxe, sustentado nos modelos lógico-matemáticos. No dizer dos autores (idem, p. 140), “a sintaxe (no sentido lógico-matemático do termo) é da ordem da combinatória e do recursivo, sintetizável sob a forma de regras de construção reiteráveis”. A língua é dessa forma compreendida como um sistema de regularidades, que pressupõe a coerência, a não-contradição, a completude e a competência do sujeito falante.

Chomsky, no entanto, aproxima-se do princípio semântico de julgamento, desenvolvido no humanismo cartesiano, que postulava que a alma seria dotada de uma capacidade infinita de julgamento diante das idéias construídas pelo entendimento. Nesse sentido, Gadet e Pêcheux (ibidem, p. 140) lembram que Chomsky agrega à sintaxe uma semântica que serve à interpretação do conjunto das fórmulas como verdadeiras ou falsas.

Segundo os autores (2004, p. 140), a introdução da semântica ao lado da sintaxe supõe que esta possa ser interpretada matematicamente. Os autores (2004, p. 140) lembram que o conceito matemático de modelo pressupõe que um sistema formal seja o “*modelo* de uma realidade empírica”. Dessa forma, a noção de *modelo* da Gramática Gerativo-Transformacional passa a se referir ao espaço da simulação dos procedimentos biológicos da vida.

A construção de máquinas lingüísticas ganha maior profusão a partir desse momento. Mas, segundo Gadet e Pêcheux (idem, p. 142), o que é importante observar em termos das ciências da linguagem é o fato da possibilidade do julgamento infinito e do aspecto criativo passarem a ser reconhecidos como propriedades da linguagem.

De acordo com os autores (ibidem, p. 145), Chomsky se opõe à noção de linguagem como instrumento de comunicação. Aqui, pode-se depreender a importância da ambigüidade como característica fundamental da linguagem humana. No entanto, Chomsky não trata da ambigüidade como elemento de distinção entre as estruturas de superfície e as estruturas profundas. A questão da ambigüidade para Chomsky, de acordo com os autores (idem, p. 145), interessa na medida em que ela se mostra “como marca de oposição aos lógicos, pela designação de pontos na língua que resistem a um tratamento lógico”.

A ambigüidade é analisada pela GGT apenas como fenômeno pontual na formalização da estrutura profunda, um pequeno problema que se consegue resolver com um tratamento semântico e/ou lógico da questão (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 146). A ambigüidade, segundo os autores (idem, p. 147), revela-se como um ponto contraditório da teoria de Chomsky, uma vez que ela trata “com argumentos lógicos (...) o que poderia lhe permitir escapar ao logicismo”.

Segundo Gadet e Pêcheux (ibidem, p. 153), a prática gramatical de Chomsky apresenta dois momentos que se encontram emaranhados,: o momento da homogeneidade, que reúne o gramatical e o agramatical, e o momento do julgamento de separação entre o que pertence à língua e o que não lhe pertence. Para os autores (2004, p. 153), o tratamento de homogeneidade que Chomsky dá ao gramatical e ao agramatical pode significar uma “exploração sistemática do impossível da língua”. Esse é um momento que só pode ser observado no processo de julgamento de separação que demarca o que pertence à língua do que não lhe pertence.

Gadet e Pêcheux (idem, p. 154) observam que esses dois momentos da prática gramatical de Chomsky estão em contradição, uma vez que compreender a homogeneidade (continuidade) do gramatical e do agramatical é o mesmo que admitir a relação entre a língua e o absurdo. Fato esse que é contornado pela GGT, ao tratar o funcionamento do impossível como desvio em relação ao que é gramatical, adaptando-o à teoria. A respeito dessa questão, os autores (ibidem, p. 154) citam M. Ronat que, ao defender a dimensão poética como intrínseca à língua, crê poder “distinguir três ordens de possíveis na língua: o possível jurídico, o possível científico e o possível lúdico”.

De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p. 155), o fato de se estabelecer uma relação de igualdade na caracterização do gramatical e do agramatical supõe o reconhecimento de

“casos marginais” em relação à “linguagem normal”. No entanto, o que falta à GGT é admitir que a discursividade não se resume aos limites da frase, “mas remete à existência de um intradiscorso como efeito constitutivo de seqüências exteriores, independentes e anteriores, sobre a seqüência dada” (idem, p. 142). É reconhecer que o sentido “não preexiste à sua constituição” (ibidem, p. 142). À lingüística de Chomsky falta ainda, de acordo os autores (2004, p. 142), deslocar-se dos efeitos do intradiscorso apreendidos nos limites da frase e da “semântica do sujeito pleno de si mesmo e de seu sentido”, e permitir a entrada do absurdo na língua.

Ainda a respeito da questão da ambigüidade, Gadet e Pêcheux (idem, p. 195), descrevem a relação contraditória do humor anglo-saxão, *joke*, e do humor judeu, *Witz*, com o absurdo, cujas histórias estão transcritas abaixo.

O *joke* é a história de um camponês americano que dá uma resposta a seu pastor, que tende à unicidade de sentido, quando este sugere que ele agradeça ao Senhor pela linda terra que Ele lhe dera:

“Se o senhor tivesse visto o estado desta terra, quando Ele ma deu!...”

Essa resposta torna possível compreender que o interesse do humor anglo-saxão em estabelecer um sentido coerente para a anedota revela a inscrição do *joke* no modelo do raciocínio lógico.

Por sua vez, o humor judeu *Witz* mostra uma tendência à ambigüidade.

Diante do descontentamento do cliente por ter esperado seis anos a entrega da calça, e dizendo que Deus só havia levado seis dias para criar o mundo, um pequeno alfaiate judeu lhe responde:

“Sim, mas veja a calça e veja o mundo...”

A resposta do alfaiate deixa entrever que o humor judeu não se rende à lógica. Os sentidos possíveis para essa resposta extrapolam os limites da frase, ao revelar um conteúdo indeterminado e inacabado. (Gadet e Pêcheux, 2004, p.196)

Nesse ponto, considero fundamental refletir sobre o equívoco como elemento constitutivo da linguagem. Para isso, é importante retomar a questão do real da língua na relação com o real da história, lugar em que o impossível que é próprio da língua se mostra, nas metáforas, nos deslizos, nas falhas.

Tendo em conta a questão política da língua, a AD considera a relação material entre língua e ideologia. Isso significa dizer que as palavras não são apenas de quem as profere. Como diz Orlandi (1999^a, p. 32), “elas significam pela história e pela língua”. Aceitar a existência de “um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer” (idem, p.32) nos leva a compreender que o discurso funciona na relação do sujeito com a ideologia.

Sobre essa questão, Pêcheux (1995, p. 300) diz que a interpelação ideológica se dá como um ritual, pela evidência do sentido. No entanto, segundo as palavras do autor (idem, p. 301), “não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ (a metáfora)”. Pêcheux (1995, p.300) lembra que o processo de interpelação ideológica do sujeito que se dá no inconsciente, que se manifesta sob as formas do lapso, do ato falho, do non-sens. Nas palavras do próprio autor (idem, p. 300), “*o sentido* é produzido no *non-sens* pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido”.

Sob o ponto de vista da AD, o real da língua é sujeito à falha e o real da história é passível de ruptura. E se não fosse assim, “não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (ORLANDI, 1999^a, p.37). Como afirma a autora (idem, p. 37), sujeitos e sentidos “estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história”. Por esse motivo, Orlandi (ibidem, p.52,53) reafirma que os sujeitos e os sentidos não são completos, que a incompletude é a condição da linguagem.

A constituição dos sujeitos e dos sentidos se dá na falta, no movimento simbólico. O real da língua constitui a materialidade nos processos metafóricos, no equívoco, na elipse, no humor, na falha. A incompletude constitui e se marca na estruturação da língua, abrindo espaço para que a interpretação se mostre como lugar que escapa à busca pela logicização. A partir dessa noção, a AD compreende a língua como a base material significante na qual

se inscrevem as repetições, as falhas, os deslocamentos. É dessa forma que a AD compreende a poesia como constitutiva da língua.

IV – A materialidade lingüística do espaço digital

Antes de discorrer sobre a materialidade lingüística do espaço digital, convém esclarecer o modo como a noção de *materialidade* deu entrada na teoria do discurso. Para isso, é fundamental retomar o conceito de *forma material* desenvolvido por Orlandi, a cujo trabalho eu me referi anteriormente, ao tratar do *real da língua*. Sobre esse conceito, a autora (2007) lembra a filiação teórica da Análise de Discurso, ao mencionar a teoria materialista da história, o Marxismo, como um dos domínios do conhecimento, que compõem junto com a Psicanálise e a Lingüística a base da teoria materialista do discurso.

Segundo Orlandi (1999a, p.20), a Análise de Discurso trabalha “na confluência desses três campos do conhecimento” e constitui um novo objeto, o discurso, “que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto”. A respeito da ciência marxista da história, Pêcheux (1995, p.199) diz que essa ciência começa como todas as outras, “por um corte epistemológico”, mas que esse corte constitui “um ponto de não-retorno”, pelo seu “caráter epistemologicamente novo” e revolucionário, que tem como objeto a reprodução/ transformação das relações de produção. (idem, p.200).

Sobre essa questão, é fundamental trazer aqui um esboço sobre a teoria marxista, a partir da interpretação de Louis Althusser. Com o objetivo de responder às críticas de John Lewis sobre a sua compreensão a respeito da história da formação do pensamento de Marx, Althusser (1978, p.46) utiliza o termo “revolução” para redefinir aquilo que ele anteriormente havia definido como o “corte epistemológico da ciência da história”. Segundo o autor (idem, p.46), esse termo seria mais apropriado para caracterizar o “corte filosófico”, porque evocaria “as experiências e as ressonâncias da luta de classes”, com tudo o que uma revolução representa.

De acordo com Althusser (1979, p. 33), a doutrina marxista é constituída por duas disciplinas distintas mas unidas “por razões históricas e teóricas”, “o materialismo histórico, ou ciência da história, e o materialismo dialético, ou filosofia marxista”.

O materialismo histórico tem como objeto os “modos de produção, sua organização, seu funcionamento e suas transformações” (idem, p. 43). Em *O Capital*, Marx desenvolve apenas o conhecimento da realidade do modo de produção capitalista. No entanto, segundo

Althusser (ibidem, p. 34), podem-se depreender dessa teoria todos os outros modos de produção da história.

A teoria dos diferentes modos de produção é, segundo Althusser (ibidem, p. 35), a ciência “que constitui toda formação social ‘dependente’ de um modo de produção determinado”. Ainda de acordo com o autor (1979, p.36), *O Capital* não se limita somente à realidade econômica. Por esse motivo, é possível encontrar nessa obra os “elementos fundamentais para elaborar a teoria das superestruturas (jurídico-política e ideológica)” (idem, p.37).

A filosofia marxista, o materialismo dialético, é inferida a partir do materialismo histórico, “contida em ‘estado prático’ em *O Capital*” (ibidem, p. 39). O que a distingue do materialismo histórico é o seu objeto, a história da produção dos conhecimentos, ou seja, “uma teoria das condições reais (materiais e sociais de um lado, e condições internas à prática científica, de outro) do processo desta produção”. O materialismo dialético se refere às práticas que interferem na produção do conhecimento, às leis que regem os processos de produção de conhecimentos. (1979, p. 43,44, 47).

A dialética marxista difere das dialéticas de Platão e de Hegel por ser necessariamente materialista, enquanto as outras, por serem idealistas, encobriam a realidade da história (idem, p. 47,50). A teoria marxista compreende a história dos modos de produção e a “história do conjunto das ‘instâncias’ constituintes de um modo de produção; não só a economia e a política, como também as diferentes ideologias”.

Althusser (ibidem, p. 52,53) conclui que, a partir da ciência da história de Marx, a filosofia experimenta uma revolução que lhe possibilita “escapar do elemento ideológico”, e passar a ter o estatuto de uma disciplina científica.

O conhecimento não está livre de determinações. Ele se constitui determinado por influências sociais e políticas que intervêm diretamente na vida das ciências. Guilhaon Albuquerque, na introdução de *Aparelhos Ideológicos de Estado*, explica a tese de Althusser sobre a ideologia: “A ideologia tem uma existência material (...) Uma ideologia existe sempre em um aparelho e na sua prática ou práticas. Essa existência é material”.

A respeito da existência material da ideologia, Orlandi (1999^a, p.19) esclarece o sentido de *forma material* como aquela que “encarna na história para produzir sentidos”, a

forma lingüístico-histórica. Assim, a *forma material* é compreendida como “o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história”. (idem, p.19)

É desse modo que a noção de *materialidade* entra na teoria da Análise de Discurso. Sobre essa questão, Orlandi (2004, p. 45) nos diz que é da ordem da língua a *forma material*, a materialidade simbólica, a forma histórica significativa. Para a análise discursiva o que interessa não é a organização da língua, mas a sua ordem. Desse modo, a análise discursiva supõe a observação da passagem do objeto simbólico para a *forma material* e a consideração de que o sentido se constitui na relação histórica do sujeito com a língua. Ainda segundo a autora, a noção de materialidade nos leva a considerar a ordem simbólica, a história e a ideologia. (idem, p. 46).

Tendo justificado a questão da filiação teórica materialista da AD e esclarecido a noção de *materialidade discursiva*, posso entrar agora na questão da materialidade lingüística do espaço digital, aqui compreendida como materialidade simbólica.

Na sociedade atual, as línguas circulam por lugares nunca anteriormente percorridos. No espaço digital, a distância não é mais empecilho para a comunicação. Aliás, é devido a ela que se configura hoje um espaço de comunicação por meio do qual as línguas se relacionam e constituem a materialidade lingüística desse espaço.

A respeito da questão da distância, Negroponte (2006, p. 157) descreve a “era da informação e dos computadores” como a era “pós-industrial”. Para o autor (idem, p. 157), esse período poderia ser chamado de “era pós-informação”, uma vez que ela apresenta também, como a era industrial, um conceito de produção em massa - agora da informação - e com o diferencial de que está menos preocupada com o tempo e o espaço como fator primordial para a produção. Segundo Negroponte (idem, p. 159), a era da pós-informação vai remover as barreiras da geografia. Conforme suas palavras, “a vida digital exigirá cada vez menos que você esteja num determinado lugar em determinada hora”. Sobre essa questão, o autor (ibidem, p. 159) chama a atenção para o desenvolvimento cada vez maior de tecnologias que permitam, por exemplo, a um médico em uma determinada região de um país fazer uma delicada cirurgia em um paciente que se encontra em uma outra região bem distante desse lugar.

No que se refere à questão do tempo, ainda de acordo com Negroponte (2006, p. 161), historicamente a comunicação é assíncrona, como as cartas que enviamos ainda hoje.

Na década de 1950 e início dos anos 60, segundo o autor (idem, p. 95), conectar um teclado a um computador, enviar uma mensagem e ficar esperando alguém respondê-la era impensável, por serem as máquinas ainda pouco desenvolvidas e esse recurso muito caro. Nos dias de hoje, muitas mensagens são processadas *off-line*, podendo ser acessadas a qualquer momento. Esse é, segundo o autor (ibidem, p. 161), o motivo pelo qual o correio eletrônico tenha crescido tanto em popularidade.

Ao observar hoje o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos que permitem a comunicação instantânea, não imaginamos que essa tecnologia tenha tido seus primórdios em um momento da história muito anterior a nossa. A respeito da linguagem binária utilizada hoje na informatização, Mattelart (2006, p. 15), lembra que, ao expor em 1703 seu invento de um mecanismo de redução dos números aos mais simples princípios, como 0 e 1, Leibniz observa que um sistema combinatório semelhante ao seu já estava em vigor havia quatro mil anos na China de Fo-Hi. A leitura de um manuscrito secular a respeito de um comentário sobre o livro chinês *I Ching, ou Livro das Mutações*, o qual procura representar o universo e todas as suas complexidades por meio de uma série de dualidades, contrastando luz e trevas, macho e fêmea, etc, encoraja-o a aperfeiçoar e formalizar as combinações de uns e zeros, que constituiriam no futuro o moderno sistema binário. Por esse fato, pode-se dizer que Leibniz foi um dos precursores do código binário.

Segundo Mattelart (2006, p. 53), “as máquinas inteligentes ganham impulso durante a Segunda Guerra Mundial”. O autor (idem, p. 53) lembra que, em 1936, o inglês Alan Turing formula a idéia de uma máquina que funciona como um “cérebro eletrônico”, conhecida como *máquina universal*. Trata-se de um modelo abstrato de um computador, restringindo-se ao aspecto lógico de seu funcionamento. A máquina de Turing seria capaz de calcular qualquer função matemática mediante um determinado conjunto de instruções.

De acordo com a enciclopédia livre digital Wikipedia, a Internet tem sua origem na necessidade de um sistema de comunicação eficiente durante a guerra fria. Criada inicialmente para manter a comunicação das bases militares dos Estados Unidos e garantir a manutenção de dados e informações, a Arpanet foi a precursora da Internet. A rede Arpanet foi desenvolvida pela empresa ARPA (Advanced Research and Projects Agency) em 1969, com o objetivo de conectar os departamentos de pesquisa. Antes da Arpanet, já existia uma outra rede que ligava esses departamentos de pesquisa e as bases militares, mas como os

Estados Unidos estavam em plena guerra fria, e toda a comunicação desta rede passava por um computador central que se encontrava no Pentágono, sua comunicação era extremamente vulnerável.

A Arpanet foi desenvolvida exatamente para se evitar qualquer perda das informações armazenadas no computador central. Utilizando-se de um *backbone*¹² por debaixo da terra, ela ligava os militares e pesquisadores sem ter um centro definido ou uma rota única para as informações, tornando-se essa rede praticamente indestrutível. Mais tarde, com a diminuição da ameaça da guerra fria, foi permitido o acesso à rede pelos cientistas e universidades, que deram continuidade às pesquisas, desenvolvendo protocolos e softwares de redes mais eficazes.

Segundo Negroponte (2006, p. 94), anteriormente a esse período, mais precisamente em março de 1960, J. C. R. Licklider, um psicólogo experimental e especialista em acústica, publicou um artigo denominado “A simbiose homem-computador”. Em agosto de 1962, Licklider, trabalhando para o MIT - Massachusetts Institute of Technology, já escrevia uma série de memorandos a respeito da possibilidade de interações sociais serem realizadas através de redes. Por essa ocasião, Licklider discute o conceito da *Rede Galáctica*. Com sua teoria, ele previa vários computadores interconectados globalmente, por meio dos quais todos os usuários poderiam acessar rapidamente dados e programas de qualquer local.

É interessante observar também que a organização sistemática de documentos começa a ser pensada no final do século XIX. Segundo Mattelart (2006, p. 44), em 1895, dois advogados pacifistas, Paul Otlet e Henri La Fontaine, fundam em Bruxelas o *Instituto Internacional de Bibliografia*. O projeto consistia da criação do “Livro universal do saber contabilizando dia a dia o trabalho dos dois mundos”. Ainda de acordo com Mattelart (idem, p. 45), para gerenciar os escritos e as iconografias, Otlet aperfeiçoou o método inventado em 1876 pelo americano Melvil Dewey, da classificação decimal universal, adotando uma “ficha” normatizada na organização dos documentos. O autor (ibidem, p. 45) lembra que antes da Primeira Guerra Mundial o Instituto já havia produzido um repertório bibliográfico universal, um catálogo central das bibliotecas, arquivos documentais

¹² Traduzido literalmente para o português *backbone* significa *espinha dorsal*, é o nome de um esquema de ligações centrais de um sistema mais amplo, uma linha de transmissão ampla por onde linhas menores se interconectam.

internacionais, e estabelecido uma biblioteca internacional e um museu internacional dos métodos de documentação. Além disso, segundo Mattelart (2006, p. 45), o projeto de construção de uma ciência da documentação caminhou paralelamente com a criação, em 1910, do Escritório Central da União das associações internacionais cujo objetivo era o de “estabelecer uma rede dos esforços, tendo em vista a reunião, em um sistema geral, de todos os sistemas particulares de unificação e de unidades”. O interesse desse escritório era “fazer do mundo inteiro uma única cidade e de todos os povos uma única família” (La Fontaine e Otlet, apud Mattelart, 2006, p. 45).

De acordo com o autor (idem, p. 46), quarenta anos depois de fundar o Instituto bibliográfico de Bruxelas, Otlet antecipa a idéia de rede das redes. Em seu livro *Tratado de documentação*, ele expõe a arquitetura de uma “rede universal de informação e de documentação”. Essa rede vinculava centros produtores, distribuidores e usuários de todas as especializações e lugares. Mattelart (ibidem, p. 47) transcreve a descrição da rede proposta por Otlet: “a grande biblioteca é equipada com telas e graças ao telescópio elétrico, o livro *fonado* permite que sejam ‘lidos em casa livros expostos na sala *teleg* das grandes bibliotecas, pedindo-se com antecedência as páginas desejadas” (Otlet, 1934, apud Mattelart, 2006, p. 47)

No que se refere ao surgimento da Internet, não posso deixar de citar também a importante reflexão de Céline Lafontaine (2004) a respeito do império cibernético. Segundo a autora (idem, p. 28), a cibernética teve como berço a América e é resultado da Segunda Guerra Mundial. Nas próprias palavras da autora (ibidem, p. 33), “la cybernétique est d’abord et avant tout un rejeton de la Second Guerre mondiale”. A esse respeito, Lafontaine (2004, p. 28) lembra que “face a uma Europa devastada, aniquilada tanto em sua carne como em suas idéias, a América encarna agora com muito mais veemência, no final da Segunda Guerra Mundial, a esperança de um mundo novo”.¹³

De acordo com a autora (idem, p. 28), os Estados Unidos se beneficiam do movimento cultural e científico decorrente da imigração dos artistas e dos sábios que fogem da Europa em guerra, e dão um impulso às pesquisas científicas para a criação da cibernética. Segundo Lafontaine (ibidem, p. 38), a mobilização massiva dos cientistas durante a guerra favoreceu a união das pesquisas de diversas disciplinas em torno de

¹³ Tradução minha

objetivos comuns. Do cruzamento intelectual, nasce um grupo de pesquisadores interessados no funcionamento do cérebro. A autora (2004, p. 38) cita as conferências Macy, realizadas na década de 40, como o principal promotor da cibernética. Lafontaine (idem, p. 40) chama a atenção para a etimologia da palavra *cibernética*. Formada a partir da palavra grega *kubernetes*, que designava a origem do condutor de uma embarcação, o termo *cibernética* foi adotado oficialmente em 1949 pelos organizadores das conferências Macy.

Segundo Lafontaine (2004, p. 29), a cibernética tem sua base no behaviorismo, que define a cultura em termos de comportamentos adaptáveis e de reflexos condicionáveis. Desse modo, o sujeito behaviorista se adapta às exigências de sua sociedade desde que sejam bem transmitidas e assimiladas. A autora (idem, p. 31) lembra que o pragmatismo, o positivismo, o monismo epistemológico e todos os elementos característicos do behaviorismo são assimilados pela cibernética. Ainda segundo Lafontaine (ibidem, p. 49), “apesar de o pai da cibernética se mostrar contrário à utilização da ciência para fins militares, seu projeto de criar uma máquina inteligente se inscreve na lógica do controle tecnocrático próprio da guerra fria”¹⁴.

De acordo com a autora (2004, p. 49, 50), a criação de uma máquina racional, naquela época, traz consigo a esperança de uma gestão mais justa e eficaz da sociedade. Assim, são confiados às máquinas o cálculo e o tratamento informacional dos bancos de dados. A partir daí observam-se tendências da aplicação social da informática.

A respeito da fabricação de computadores para uso caseiro, Mattelart (2006, p.112) lembra que, em 1977, a IBM entra no ramo dos bens eletrônicos de consumo, decidindo-se pela fabricação de computadores caseiros, o que só vai acontecer alguns anos mais tarde devido às pesquisas ainda estarem em andamento.

Segundo a Wikipedia, em 1985, a Internet já se apresentava bem consolidada como uma ampla comunidade de suporte de pesquisadores e começava a ser usada por outras comunidades para comunicações diárias pelo computador. O correio eletrônico passou a ser usado por muitas comunidades com sistemas diferentes. A interconexão entre os diferentes sistemas de correio foi demonstrando a utilidade da comunicação eletrônica entre as pessoas.

¹⁴ Tradução minha

A partir das informações acima elencadas, observo os sentidos que foram sendo construídos para o espaço digital e a Internet na história. Compreendo, pois, a Internet como um conjunto de redes de computadores interligadas, que têm em comum um conjunto de protocolos e serviços, com o objetivo de conectar usuários que possam usufruir serviços de informação e comunicação de alcance mundial. Dessa forma, observo que o sistema de redes elaborado durante a guerra fria acaba hoje por servir de meio para se ultrapassar as distâncias o mais rapidamente possível, interconectar máquinas e pessoas e proporcionar o acesso à informação, aos bens e aos serviços. O espaço digital, por sua vez, se apresenta como um ambiente que proporciona a divulgação de informações, os relacionamentos pessoais e profissionais e o envio de mensagens contendo documentos.

No que se refere à origem do espaço digital, há que se pensar também sobre os sentidos da Internet constituídos pela memória discursiva, que entram na produção de sentidos para esse objeto simbólico. Dessa forma, observo que há uma relação de poder que se constitui na organização social pautada no modelo informacional a que os sujeitos se submetem, que silencia os sentidos bélicos da Internet na utilização desse instrumento tecnológico.

Essa questão me leva a pensar sobre a importância de um trabalho de análise que considere o funcionamento do espaço digital pela língua, no discurso. No ambiente digital, a materialidade lingüística é configurada pela relação entre línguas/ linguagens. Nesse espaço, a relação com o outro lingüístico se constitui no jogo entre o real de uma língua e o real de outra língua, na história. E o discurso é a instância em que se pode observar, nos efeitos de sentidos, a injunção do sujeito a formações imaginárias que sustentam as relações de poder.

A possibilidade da aproximação entre sociedades política e *culturalmente* distintas me leva a considerar o contato entre as línguas no espaço virtual como fundamental para compreender o funcionamento das línguas/ linguagens nesse lugar. E o faço, considerando discursivamente a língua como elemento cultural. Nesse sentido, é importante trazer aqui a noção de *cultura* sob o ponto de vista discursivo.

Dentre os sentidos que a palavra *cultura* suscita, e que se repete regularmente, é o de um conjunto de padrões de comportamento, de crenças e de valores característicos de uma sociedade. A análise discursiva trata essa questão sob o olhar discursivo. Isso significa

compreender a *cultura* como resultado de um processo histórico de construção de uma tradição.

Sob esse ponto de vista, a *cultura* é uma formação imaginária decorrente de uma interpelação ideológica. Com o objetivo de refletir sobre essa questão, trago como referência os trabalhos de duas autoras, ambas pesquisadoras do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri), da Unicamp, que analisam a questão da *cultura* discursivamente, ou seja, observam a constituição histórica dos sentidos da noção de *cultura*.

Em sua Tese de Doutorado, Carolina Rodríguez (op.cit), questiona todo processo de identificação de um povo compreendido como homogêneo e fixo, toda definição cultural de nação e de sociedade como um processo natural. Com esse objetivo, Rodríguez (idem) considera o caráter político-histórico dos sentidos de *nação* e de *sociedade* e analisa a constituição dos sentidos da língua, o Guaraní, na relação com a situação sócio-política do país, o Paraguai, desde o período de sua colonização até os dias de hoje. Segundo a autora (ibidem, p. 16), a noção de *cultura* que prevalece durante todo o século XIX promove “uma valorização negativa” do Guaraní e aspira à sua erradicação. Ainda de acordo com Rodríguez (2000, p.16), somente no século XX inicia-se a formação de alguns movimentos que buscam questionar essa visão. Nesse sentido, o Guaraní se mostra como um instrumento de resistência nacionalista diante da imposição de um modelo de língua considerado pelos colonizadores como a língua da civilização, o Espanhol.

Segundo a autora (idem, p.15), a língua é imaginariamente compreendida como um elemento cultural que promove o processo de identificação de um povo com seu Estado e com suas leis. Aqui, Rodríguez (ibidem, p.15) chama a atenção para o papel que o trabalho simbólico desempenha em toda prática social e política. Ao descrever os sentidos do Guaraní na relação com a língua da colonização nesses diferentes momentos, a autora mostra a constituição histórica dos sentidos do bilingüismo que se mantém até hoje nesse país.

Ainda em relação às pesquisas sobre a noção de *cultura* sob o ponto de vista discursivo, Rosângela Morello (2004, p.) observa o funcionamento discursivo da *cultura* no Programa Sociedade da Informação, lançado em 1999 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Em seu trabalho, a autora (idem, p.) chama a atenção para

a *cultura* como uma das áreas prioritárias de investimentos do Programa em questão, ao lado da *ciência*, da *tecnologia* e da *educação*. Morello (ibidem, p.) analisa a qualidade dos objetivos dessas áreas como lugares de especificação e de definição do funcionamento das linguagens tecnológicas da sociedade da informação. A autora (2004, p.) mostra como o Programa trabalha essa questão, deixando entrever lugares diferentes de disseminação da “informação”: a informação como produto resultante da tecnologia e a informação como a própria tecnologia.

Na relação com o tratamento da informação nesse Programa, Morello (idem, p.) observa outras áreas de interesse, a *educação* e a *cultura*, como lugares de difusão de sentidos pré-estabelecidos para essas duas áreas, que pressupõem uma divisão do trabalho da leitura. Essas duas áreas, ao lado do lugar reservado à *tecnologia* e à *informação*, mostram a previsibilidade de um leitor que busca informações generalizadas via tecnologia, e de um outro leitor específico que busca a tecnologia como informação e os modos de acesso a ela.

Quanto à relação entre sociedades política e culturalmente distintas como fundamental para compreender o processo de constituição de sentidos das línguas no espaço digital, busco analisar nesta tese as línguas/ linguagens em relação, em sua injunção a uma imagem de língua nacional que foi construída no processo de constituição do Brasil como nação, mais especificamente o processo de identificação do sujeito com a língua portuguesa no Brasil, na relação com a constituição dos sentidos para o internetês e a língua brasileira no espaço digital de relacionamento do *orkut*. Dessa forma, compreendo o papel político que a língua portuguesa exerce no espaço digital, no sentido de servir como um elemento cultural que interpela os sujeitos na relação com as línguas nesse lugar.

A constituição da materialidade lingüística do ambiente digital deixa entrever a relação entre línguas/ linguagens. A heterogeneidade lingüística é, dessa forma, um efeito da virtualização, da constituição do espaço virtual de comunicação. Na constituição desse espaço não há imposição de uma língua/ linguagem sobre a outra. As línguas/ linguagens circulam livremente, com o mesmo estatuto. Há línguas que se impõem pela demanda da escrita. Por sua vez, o *real da língua* se impõe igualmente no movimento de sua escritura, na *conversa grafada, teclada*, intermediada pelo espaço digital que tem a máquina e seu código como condições de produção.

A esse respeito, é importante lembrar que o *real da língua* está relacionado ao real da história, como dizem Gadet e Pêcheux (2004, p. 35). Nesta tese, observo que o *real da língua* está funcionando no espaço virtual, no jogo ideológico dos efeitos da virtualização.

As condições de produção do Internetês me levam a pensar o estatuto da linguagem utilizada na informatização. Dessa forma, chamo a atenção para a historicidade dos sentidos da língua código sistematizada que se faz presente também nesse espaço, a respeito da qual eu me referi em outro momento. A *língua metálica* citada por Pêcheux e Gadet (2004, p.23.) “soa, retumba” aqui, na linguagem lógico-matemática da máquina. Sobre essa questão, os autores (idem, p. 24) comentam ainda que essa seria a *língua de ferro* “falada hoje pelo imperialismo, (...) que aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento”. Nesse sentido, compreendo que o processo de constituição do espaço digital permite pensar sobre a injunção do sujeito à linguagem lógica da máquina, já que a máquina é um instrumento sem o qual as conversas grafadas e digitadas não ocorreriam.

Como já foi dito anteriormente por mim, a especificidade do ambiente digital induz à utilização de uma linguagem própria. O espaço digital, como um espaço outro da relação entre línguas, permite a criação de uma outra linguagem. A esse respeito, retomo aqui o conceito de *corpografia* desenvolvido por Dias (op.cit.): “a escrita na Internet propõe em seus traços uma forma corpográfica do pensamento”. Para a autora (idem), a escrita, como forma material corpográfica, materializa a inscrição do corpo na língua, “pela composição do impossível do corpo e do impossível da língua”, e ainda, “o corpo se materializa na escrita, no encontro do real da língua, o impossível”.

Dessa forma, volto a me referir a Milner (op.cit) que define a alíngua (lalangue) como o lugar do equívoco, do impossível da língua. Sobre essa questão, o autor (idem) afirma ainda que a figuração mais direta da alíngua é a língua materna.

Coracini (2003, p.145) lembra que etimologicamente *língua materna* significa *língua da mãe, ensinada pela mãe*. Segundo a autora (idem), a língua materna tem sido compreendida também como aquela em que a criança foi alfabetizada, ou a primeira língua adquirida.

Milner (ibidem) trabalha com a noção psicanalítica de língua materna. Segundo suas palavras (MILNER, 1987, p. 49, em CORACINI, idem, p.148), “o inconsciente funciona como uma língua interditada, e a expressão mais manifesta desse interdito repousa nisto: o

sujeito não pode articular plenamente o desejo que é inerente, que é veiculado por esta cadeia, que é constitutivo dessa cadeia”. Coracini (ibidem, p. 148) explica: “o inconsciente constitui essa zona heterogênea, habitada pelo desejo da mãe, interditado pelo pai (social); o desejo da mãe pode ser explicado como o desejo da completude, que se for recalcado gera angústias e constantes buscas de resolução”. A autora (2003, p. 148) completa: “a língua materna é justamente aquela que abafa esses desejos”. Sobre essa questão, Coracini (idem, p. 150) afirma ainda que “a manifestação do inconsciente se dá via simbólico, através da linguagem, materializado pela língua”.

Sobre a materialização do simbólico na língua, considero, nesta tese, a *conversa grafada* como a forma material significativa do espaço digital, uma vez que esse conceito dá conta da identificação das línguas/ linguagens com a língua nacional, que se dá pela injunção à norma, e do modo de identificação do internetês com a língua materna, que se dá por sua aproximação com a oralidade da língua.

As línguas/ linguagens utilizadas nesse espaço específico de circulação carregam em si os sentidos da memória de língua constituída no processo de sua institucionalização no Brasil. Como já foi citada por mim anteriormente, Orlandi (op.cit) afirma que o que funciona na memória lingüística do brasileiro é a imagem de língua portuguesa tal como ela foi construída no processo de nacionalização do Brasil.

A respeito da identificação do sujeito com a língua, Payer (2007, p. 116) chama a atenção para a identificação do imigrante italiano no Brasil com a língua do grupo, “com a memória dessa língua”. De acordo com a autora (idem, p.116), a língua falada pelo sujeito o constitui como ser simbólico e, “mesmo que deixe de ser praticada como língua empírica” falada pelo imigrante italiano no Brasil, “seu valor persiste e sua corporeidade material não cede”. Segundo Payer (ibidem, p. 116), a língua materna se manifesta “como uma dimensão da linguagem que é da ordem da memória discursiva”.

Em relação à identidade lingüística do brasileiro que se dá, como já foi abordado por mim no capítulo II desta tese, pela relação contraditória entre as línguas dos imigrantes, as línguas indígenas, os vestígios dos dialetos africanos e os resíduos da língua geral, concordo com Orlandi (op.cit.), que diz que a oralidade é um traço muito forte na memória lingüística do brasileiro. O processo de nacionalização do Brasil pela língua deixa entrever

a constituição de uma memória de língua materna do brasileiro que tem em conta essa questão.

A respeito da identificação do sujeito com a língua, neste trabalho compreendo, pois, que a identidade lingüística no espaço digital passa pela identidade lingüística nacional e pela identificação com a língua materna, pelos sentidos da língua materna inscritos na memória discursiva dos brasileiros. E a materialização desse efeito se dá sob a forma da escrita/ grafia na Internet, na escrita institucionalizada/ digitada e na conversa grafada/ teclada.

Embora fluidos, os sentidos que se produzem na relação entre as línguas/ linguagens não deixam de se constituírem como memória, uma vez que o processo de virtualização é um fato de relevância significativa na configuração da sociedade atual. É interessante observar que todo processo histórico significativo contribui, como diz Orlandi, para o advento de outras formas de escrita.

A partir do processo de virtualização, a sociedade passa a ter também uma outra escrita que se legitima pelo uso, na prática lingüística. O *real da língua* se impõe nos séculos XX e XXI com a virtualização do espaço da comunicação, com uma outra escrita, uma outra linguagem, que embora ainda não legitimada está inscrita na memória discursiva desse outro espaço de circulação das línguas.

A materialidade lingüística que se configura no espaço virtual traz consigo a questão da identidade lingüística. As comunidades lingüísticas presentes no sítio de relacionamento *orkut* são lugares em que se constituem processos de identificação dos sujeitos com os grupos com os quais se afinam e compartilham idéias. É interessante observar que, no movimento de identificação dos sujeitos, parece haver um retorno à sociedade de organização tribal, uma identificação desses sujeitos com as diferentes “tribos” à disposição dos usuários.

Há um grande número de comunidades sobre as línguas que se desenvolveram no sítio de relacionamento *orkut*. É fundamental pensar nesta tese como as formações discursivas, que se ocupam da questão lingüística, inscrevem os sujeitos nesses grupos sociais, em relações pelas quais eles se identificam com seu grupo/ tribo, pela língua. A inscrição dos sujeitos nesses lugares se dá por processos de identificação com as línguas/

linguagens veiculadas por essas comunidades. Para compreender esses processos, considero fundamental para a análise trazer aqui um esboço sobre a história do internetês.

V – O internetês na história

1. A “pré-história” do Internetês

De acordo com a enciclopédia digital Wikipedia, o primeiro *smiley* - um sinal de dois pontos junto a um fecha parênteses :) = ☺) - começou a ser usado na Internet em 1982. Pode-se compreender que aí nasceu o internetês. Consta nessa enciclopédia que um professor da Carnegie Mellon University, chamado Scott Elliot Fahlman, ao discutir sobre o humor *on line*, começou a pensar sobre um modo de tornar melhor compreensíveis as mensagens trocadas nos *bulletin boards (bboards)*, ou grupos de discussão (*newsgroups*), via computador. Fahlman visava, dessa forma, minimizar a ambigüidade proveniente de uma má interpretação das mensagens entre esses grupos. Os marcadores seriam, segundo ele, uma elegante solução para esse problema.

Abaixo, localizado por Jeff Baird na web, em 10 de setembro de 2002, um trecho da mensagem original de Fahlman, datada de 1982, em que ele propõe a utilização de uma sequência de caracteres como marcadores de assuntos considerados sérios e assuntos considerados não sérios para a discussão entre os grupos:

```
19-Sep-82 11:44      Scott E  Fahlman           :-)
From: Scott E  Fahlman <Fahlman at Cmu-20c>

I propose that the following character sequence for joke markers:

:-)

Read it sideways.  Actually, it is probably more economical to
mark things that are NOT jokes, given current trends.  For this,
use

:-(
```

De acordo com a Wikipedia, o *smiley*, *smiley face*, ou *happy face*, é uma representação geralmente pequena de um rosto humano sorrindo, um círculo amarelo com dois pontos representando os olhos e um meio círculo representando a boca. A palavra *smiley* é também muitas vezes usada como um termo genérico para qualquer emoção.

Ainda segundo a Wikipedia, o design da carinha amarela já existia desde os anos 60, elaborado por Harvey Ball, um artista comercial de Massachusetts. Ele a desenhou para uma companhia de seguros que queria melhorar o estado de espírito de seus empregados. No entanto, o primeiro registro do uso de caracteres de texto para representar uma expressão facial já havia ocorrido no jornal *New York Herald Tribune*, em 10 de março de 1953, página 20, colunas 4-6, em uma propaganda do filme *Lili*, estrelado por Leslie Caron, cuja sequência pode ser vista no quadro abaixo:

Original em Inglês	Tradução
Today	Hoje
You'll laugh :)	Você vai rir :)
You'll cry :(yes	Você vai chorar :(sim
You'll love S2 (heart-shaped face)	Você vai amar S2 (formato de coração)
Lili	_Lili_

A wikipedia diz que com o passar do tempo, outros *emoticons* (palavra derivada de *emotion*, emoção, e *icon*, ícone) foram criados a partir dos primeiros *smileys*. Nos dias de hoje, os *emoticons* são geralmente usados nas comunicações escritas de programas mensageiros, como o MSN Messenger, o Skype, ou outros meios de mensagens rápidas, para transmitir um estado emotivo de quem os utiliza.

A título de exemplificação, apresento abaixo duas variedades de *emoticons* mais usados atualmente, de acordo com a enciclopédia digital Wikipedia. Os significados sugeridos dos *emoticons* são apresentados entre parênteses.

Variedade Standard: são os mais comuns.

:) =) =] (sorrindo)
:D =D (sorriso grande ou risada)

xB	XB	(rindo com os dentes para fora, cara de deboche)
o-o		(usando óculos)
:(	=(	[(triste)
:'(	:(	(chorando)
:^)		(nariz grande)
:o)	:O)	(nariz de palhaço)
:(I)		(cara de macaco)
:(#)		(com aparelho ortodôntico)

Variedade oriental: são em grande parte originários dos *animes*, animação japonesa, e dos *mangás*, história em quadrinhos em estilo japonês.

^_^	^.^	^^	(sorriso feliz)
_	*.*	*_*	(olhinhos brilhando)
+_+			(chocado, ou triste)
u_u	u.u	uu	(olhos fechados)
Ò_Ó	ò_Ó	ò Ó	(cara de bravo)
>-<	>.<		(dor, ou rejeição)
\o/	\o\	/o/	(alegria)
d-_b			(ouvindo música com fones de ouvido)
o/o			(toca aqui)

Os *smileys*, como foi dito anteriormente, foram criados a princípio para diminuir a ambigüidade nas trocas de mensagens entre grupos de discussão. No entanto, a utilização dos *smileys* foi se expandindo, a ponto de ser criado um número considerável de outros *smileys*, grande parte para representar um estado de espírito de quem os utiliza.

Compreendo que os *smileys* podem ser considerados como os precursores do internetês, na medida em que se mostram como uma linguagem abreviada e universal. O internetês é uma linguagem que foi criada para troca de arquivos, bate-papos e conversas no meio virtual. A utilização dos *smileys* tanto em bate-papos informais como em

discussões de grupos me leva a compreender a sua relação com o surgimento do internetês. Esse fato me leva a considerar também a relação do internetês não com uma língua oficial específica, mas com a língua materna. Dessa forma, penso a relação do internetês com a língua materna¹⁵ do brasileiro, com a memória lingüística do brasileiro. A análise permitirá entrever essa relação na tradução de palavras do português para o internetês.

Apesar de terem sido criados para se evitar a duplicidade de sentidos nas mensagens, os *smileys* são ícones, símbolos que apenas representam uma idéia. De acordo com a AD, as idéias, representadas por objetos simbólicos, podem produzir outros sentidos além daqueles que se encontram inscritos na memória.

2. As condições de produção do internetês

Quanto à questão do desenvolvimento do internetês na história, devem-se considerar também as condições de sua produção. De acordo com a Wikipedia, a partir de 1995, uma grande parte dos sistemas operacionais passa a adotar um repertório de caracteres, para a representação das línguas naturais européias. Os caracteres a que aqui me refiro dizem respeito aos tipos gráficos à disposição no programa de processamento de textos do computador. Isso significa que a produção dos caracteres a serem utilizados na Internet passa pela disponibilidade da máquina e de seu sistema operacional.

A esse respeito, é fundamental retomar a questão do internetês trabalhada por Dias (2004, p. 17 e 18). Como já foi dito anteriormente, a autora utiliza o conceito de *simulacro* para redefinir a representação e a identidade no novo “paradigma das questões tecnológicas e o modo de constituição do sujeito das novas tecnologias de linguagem”.

Reafirmando que se trata de uma materialidade lingüística que tem como condições de produção o código usado na máquina, a autora compreende o internetês como *simulacro de língua*. A partir da noção de *simulacro* desenvolvida por Deleuze, a autora (2008, p. 12) formula o conceito de *simulacro de língua* pensando na escrita que se constitui na Internet.

¹⁵ Aqui, faço uma referência à Cláudia Pfeiffer que, na qualificação dessa tese, chama a atenção para a identificação do internetês com a memória de língua materna do brasileiro.

Nesse sentido, Dias (2004, p.133) sustenta que não há correspondência entre a língua criada nos espaços de constituição do sujeito na Internet e a língua imaginária citada por Orlandi, uma vez que o modelo de criação do internetês não é a gramática, mas o código do computador. Isso se deve ao fato de que a língua produzida no meio virtual tenha entre suas condições de produção a disponibilidade de recursos da máquina e esteja atrelada também a uma injunção do sujeito à velocidade da comunicação. Dessa forma, a técnica e sua apropriação permitem o surgimento do internetês tal como ele se apresenta.

Segundo as palavras da autora (idem), “o paradigma das questões tecnológicas e o modo de constituição do sujeito das novas tecnologias de linguagem” produz “novas noções de tempo, sujeito, identidade, subjetividade”. Considerar a linguagem utilizada na Internet como *simulacro* significa compreendê-la em outro lugar que não o da representação. Para a autora (ibidem), a linguagem da Internet “transgride o representável sistema da língua”. A noção de *simulacro* dá conta da questão da materialidade digital ser destituída de modelo, uma vez que suas condições de produção são outras.

A questão de a forma material lingüística utilizada na Internet ser outra traz ainda em si a necessidade de se considerar, como diz Orlandi, a forma na sua capacidade de significar. De acordo com a autora, é fundamental considerar os fatos de linguagem em sua historicidade, em seu modo de funcionamento. A tessitura da materialidade lingüística do espaço digital deixa entrever o processo histórico de identificação com as línguas/ linguagens em questão.

A esse respeito, é fundamental para a análise observar o ambiente por onde as línguas/ linguagens circulam e o modo como são formadas as comunidades em que se inscrevem seus usuários. Para isso, trago o foco para o meu objeto específico de observação nesse momento, o funcionamento do internetês nas formulações sobre as comunidades e as línguas no sítio de relacionamento *orkut*.

O meio eletrônico de comunicação se caracteriza por se constituir em outras condições de produção onde o espaço digital é fundamental. O ambiente da rede apresenta também um caráter fugaz e uma certa flexibilidade que lhe possibilita estar em constante transformação, de modo que as páginas podem ser atualizadas ou até mesmo removidas da web a qualquer momento.

O ambiente criado para a comunicação em rede deve estar inserido em uma

plataforma tecnológica de serviços eletrônicos. De acordo com a enciclopédia digital Wikipedia, plataforma é o padrão de um processo operacional ou de um computador, é uma tecnologia de infra-estrutura que garante a integração entre os elementos que entram na sua composição. A plataforma é uma tecnologia que permite o acesso e a conexão entre redes, sistemas, equipamentos e serviços. Para funcionar eficientemente, o ambiente deve estar inscrito em uma plataforma, ter um provedor de acesso, obedecer às políticas públicas institucionais e respeitar o espaço delimitado pelo provedor.

No ambiente da web, as informações trafegam em formato digital, os chamados *bits*, para que possam ser armazenadas e recuperadas posteriormente. O *bit*, abreviatura internacional de *binary digit*, é a menor unidade de medida de transmissão de dados usada na computação. O *bit* é um impulso elétrico que tem um único valor, 0 ou 1, que pode ser compreendido como “verdadeiro” ou “falso”, “positivo” ou “negativo”. Na plataforma, todos os dados se transformam em *bits*. Os computadores “entendem” os impulsos elétricos e armazenam as informações em *bits*, ou múltiplos de *bits*, denominados *Bytes*. Cada oito *bits* forma uma unidade de *Byte*.

De acordo com pesquisa realizada no sitio *Infowester.com*, a tabela ASCII, *American Standard Code for Information Interchange*, apresenta os *Bytes* como a representação dos caracteres ou sinais utilizados nos computadores. Ainda segundo esse sítio, os computadores têm diferentes capacidades de armazenamento de informações, como por exemplo:

1 Byte = 8 bits

1 Kilobyte (ou KB) = 1024 bytes

1 Megabyte (ou MB) = 1024 kilobytes

1 Gigabyte (ou GB) = 1024 megabytes

A descrição acima elaborada do ambiente digital mostra que a sua constituição está atrelada aos dispositivos tecnológicos que transformam as informações em unidades significativas para a máquina, os *Bytes*. Ou seja, o ambiente digital revela a sua constituição determinada pela linguagem lógico-matemática da máquina. A partir dessa

questão, pode-se melhor compreender as afirmações de Dias (2004, p.), a respeito da noção de *simulacro* como caracterização da linguagem utilizada no espaço digital. Sob esse ponto de vista, o *simulacro* não é compreendido como representação, uma vez que ele não concerne aos elementos da linguagem natural, mas aos elementos constitutivos da linguagem lógica da máquina.

A constituição do espaço digital de comunicação está também determinada pela sua utilização pelos usuários da rede. Isso significa compreender que a constituição de um espaço de comunicação na Internet só se justifica, na medida em que existam usuários dispostos a se comunicarem por esse meio.

Essa questão oferece lugar a uma reflexão a respeito do sujeito inscrito nessa formação discursiva e de sua injunção à tecnologia digital. Com esse objetivo, procurarei traçar um breve perfil do usuário da Internet como meio de comunicação.

Para ter acesso a essa tecnologia, há uma série de requisitos mínimos que o usuário deve ter. Em primeiro lugar, ele deve ter acesso a uma máquina que lhe garanta a transmissão de dados, um dispositivo conectado à rede que lhe possibilite um acesso relativamente rápido e uma tela de resolução gráfica de boa visualização e leitura.

Além dessas condições de acessibilidade, a utilização dessa tecnologia requer o domínio do usuário sobre determinados recursos da máquina, sobre os programas de processamento de textos e sobre a Internet como correio eletrônico. É fundamental também observar que esse meio de comunicação se configura pela livre circulação de línguas/linguagens. O espaço da Internet se constitui com a presença do outro lingüístico, marcada pela convivência de línguas e linguagens. Por isso, é também importante que o usuário desenvolva a habilidade de adaptar a sua comunicação para a convivência com outras línguas e linguagens, como o internetês.

O processo de criação de uma comunidade e a sua implantação na rede requer habilidades ainda mais específicas do usuário, no caso o criador da comunidade. Ele deve ter conhecimentos sobre o gerenciamento da comunidade, no que se refere à manutenção dos arquivos e das mensagens veiculadas por esse espaço de circulação.

Diante dessa breve descrição das habilidades do usuário da ferramenta digital de comunicação, torna-se fácil depreender que o contexto da comunicação digital pressupõe um usuário que já esteja inscrito nessa ordem da linguagem. Muito embora seja esse sujeito

determinado por um espaço comum de circulação da língua, podem ser observadas nesse lugar diferentes formulações que revelam determinações ideológicas específicas dos sujeitos.

3. O pré-construído sobre o Internetês

Quando se fala a respeito do Internetês, há um consenso geral que considera a criação dessa linguagem a partir de um movimento dos usuários da Internet, com o objetivo de facilitar o seu relacionamento. Nessas condições, a linguagem apropriada para esse fim deve ser abreviada no sentido de otimizar o espaço e o tempo daqueles que se comunicam por meio da Internet.

A enciclopédia digital Wikipedia define o Internetês nesses termos:

“O **internetês** é uma linguagem surgida no ambiente da Internet, baseada na simplificação informal da escrita, com o objetivo principal de tornar mais ágil, rápida, a comunicação, fazendo dela uma linguagem taquigráfica, fonética e visual. Abreviações, simplificações, símbolos criados por combinação de caracteres, símbolos gráficos próprios e uma grande diversidade de recursos de comunicação por imagens utilizados na Internet são as principais características encontradas nas mensagens que utilizam esta linguagem.”

Ainda de acordo com a Wikipedia, o internetês foi usado inicialmente para bate-papos e conversas em grupo ou privadas no protocolo de comunicação IRC (Internet Relay Chat). Posteriormente, o internetês passou a ser adotado para uso em celulares, fóruns de Internet, sistemas de comentários em páginas de Internet (páginas web), além dos Messengers, e no correio eletrônico (E-mail). O internetês também passou a ser usado por algumas pessoas inclusive na escrita em papel.

A revista *Época*, em formato digital, publicou em 16 de setembro de 2005, uma matéria com o título “Código Virtual”, assinada por Débora Rubin. Segundo a jornalista, “a linguagem dos chats não é tão absurda quanto parece, desde que seja usada na hora certa”. Para ela, escrever por códigos é tão natural quanto falar. A jornalista diz também que as abreviações preocupam os “puristas do idioma”, assim como alguns “viciados em Internet”

que abominam “esse linguajar”. Rubin cita a lingüista Maria do Carmo Fontes, da PUC-SP, que diz que “a linguagem da Internet tem sua razão de ser”. Segundo ela, cada contexto permite “a criação de uma nova linguagem”. Para Fontes, o internetês só deve ser usado em chats ou em mensagens de celular; em e-mail deve ser evitado.

A enciclopédia digital Wikipedia também registra o trabalho de análise e de crítica dos especialistas sobre a customização do português à Internet. Alguns dos estudiosos acreditando na descaracterização do Português devido ao uso desses recursos, e outros não acreditando nesta possibilidade, caso o usuário tenha uma base estudantil sólida e saiba o que utilizar nas situações dadas.

Segundo a Wikipedia, o internetês não possui nenhuma regularidade. Cada um pode fazer as abreviações, simplificações e substituições de caracteres, de modo diferente. Pode também fazer uso de imagens, desde que mantenha o sentido da palavra ou expressão original pela sonoridade, grafia ou simbolismo. Aqui é fundamental refletir sobre a questão da regularidade. Na criação do internetês, suas diferentes modalidades revelam a liberdade dos usuários na escolha das abreviações das palavras e dos emoticons. No entanto, para a efetiva comunicação entre os internautas, é preciso que se estabeleça uma certa regularidade no código utilizado, a linguagem da máquina.

De acordo com a Wikipedia, para representar as emoções, os usuários podem utilizar os “emoticons”, ou determinadas formas de escrita, como por exemplo, a utilização de letras maiúsculas. Outros elementos gráficos, como a utilização de caracteres numéricos em substituição dos alfabéticos, também compõem o conjunto de recursos de linguagem. A troca de letras, como o fazem os nordestinos no Brasil que substituem os “s” e “c” (antes de “e” e “i”) por “x”, pode revelar uma característica dialetal, ou servir como uma forma de demonstrar doçura ou inocência, como em *meux amigux*, que se lê “*meush amigush*” ou “*meusx amigusx*” (recurso conhecido no Brasil como miguxês).

A revista *Isto é*, de 09 de agosto de 2008 publicou um artigo sobre comportamento, com o título “vuXxe sAbE falAH miguXexX?!”, assinado por Carina Rabelo. Esse artigo diz que a cada geração os adolescentes criam seus códigos para se comunicarem e caracterizarem o grupo ao qual pertencem. Atualmente, segundo o artigo, está na moda o “miguxês”, uma variação do internetês. O artigo informa também que o miguxês foi criado pelos emos, tribo de adolescentes que valoriza a emoção.

A revista *Língua*, de 10 de março de 2006, traz também um interessante artigo sobre o internetês, com o título “A revolução do internetês”, assinado por Silvia Marconato. A lide da matéria diz: “Simplificação da grafia e uso de símbolos aplicam liberdade da fala à escrita; efeito sobre a sintaxe dos jovens pode não ser catastrófico como se imagina”.

Marconato cita Anne Kirah, uma antropóloga americana que conviveu por algumas semanas com famílias de adolescentes brasileiros. Chamou a sua atenção o fato de os adolescentes terem permissão para sair apenas uma vez por semana. A antropóloga concluiu que esses adolescentes faziam das ferramentas on-line uma extensão da vida social. A autora diz que a simplificação da linguagem foi estimulada pela ansiedade dos jovens por contato e pela expectativa de aproveitar cada momento da diversão. Marconato denomina o internetês como jargão e diz que ele “empresta à escrita a liberdade da fala”. Ela lembra ainda que como as mensagens são em tempo real elas são escritas com o mínimo de caracteres, são mais curtas e tendem à rapidez. E explica que é por esse motivo que as abreviações não são etimológicas, mas fonéticas.

Marconato diz ainda que o internetês pode não representar uma ameaça ao idioma, do mesmo modo que a grafia dos telégrafos e o “caipirês de Chico Bento” também não o fizeram. Ela diz que muitos professores de português têm levado a discussão para suas aulas. Ela cita um estudante da 7ª série que considera mais fácil usar o português padrão quando escreve à mão, não quando digita no computador.

A respeito da relação das crianças e dos adolescentes com a Internet, Verônica Mambrini, da revista *Isto é*, escreveu, na edição de 26 de novembro de 2008, um artigo com o título “Conectados com a escola”. Ela diz que “as inúmeras possibilidades contidas na rede a transformaram em um poderoso instrumento educacional”. Mambrini diz também que os colégios passaram a elaborar sites com blogs, atividades interativas, materiais de apoio e projetos extracurriculares on-line, e que a interação dos estudantes é incentivada pelas famílias, de modo que os pais também podem ficar conectados à rotina dos filhos.

Além desses sentidos que foram se constituindo na história do internetês, outros sentidos estão se produzindo no funcionamento das comunidades, na medida em que são denominadas e caracterizadas por seus donos e participantes. Essa produção de sentidos pode ser analisada com a observação dos modos de designação e de caracterização das comunidades, análise a qual me proponho realizar no próximo capítulo.

Outro lugar de observação que considero fundamental para a compreensão do modo como se produzem outros sentidos para o internetês são os fóruns de discussão dos participantes das comunidades, espaços que eu considero como de circulação de formulações do cotidiano. Esse ponto de observação pode ser produtivo para a análise, uma vez que mostra as línguas/ linguagens em seu funcionamento cotidiano. Essa análise, eu desenvolvo no capítulo VII.

VI - Sentidos das línguas no jogo identidade/ distinção

A história do internetês e suas condições de produção mostram a sua constituição como uma linguagem específica para o relacionamento no espaço digital. Para observar o seu funcionamento nesse lugar, é fundamental retomar o fato de que o internetês se constitui no gesto de teclar, intermediado pela disponibilidade da máquina e pela configuração dos processadores de textos. A partir dessa questão, posso depreender que o modo como se configura o ambiente digital permite a constituição de uma outra linguagem que se relaciona com o sistema lingüístico estabelecido.

Como já foi dito anteriormente por mim, a criação de uma linguagem específica do ambiente digital me leva a pensar a relação que se estabelece entre o internetês e as línguas (portuguesa e brasileira) que circulam nesse espaço. Vale lembrar, mais uma vez, que esse trabalho considera a relação entre as línguas e as linguagens sob o ponto de vista discursivo. Dessa forma, quando me refiro às línguas em relação, interessam-me os sentidos que se produzem na relação entre as línguas em sua forma-material significativa, em contato no espaço digital.

Como ponto de observação do funcionamento da relação entre as línguas/ linguagens, selecionei algumas formulações presentes em comunidades de relacionamento do *orkut*, que se formaram em torno da questão da língua como eixo central comum. As formulações às quais eu me refiro concernem às denominações e às descrições das comunidades. Como já mencionei anteriormente, essas comunidades se referem à língua portuguesa, à língua brasileira e o internetês. Sua constituição, enquanto comunidades sobre as línguas, é reconhecida na medida em que são enunciadas em sua denominação na plataforma de relacionamento do *orkut*. A distinção entre as línguas/ linguagens é definida nas comunidades, nas diferentes formulações sobre elas no espaço digital. A denominação das comunidades e a sua descrição permitem entrever processos distintos de identificação dos sujeitos e o jogo que se estabelece na produção de sentidos para as línguas.

A esse respeito, é fundamental lembrar o trabalho de Eduardo Guimarães sobre a enunciação. Bastante próximo da perspectiva discursiva, sob o ponto de vista de uma semântica que considera o acontecimento, o autor (2002, p. 7) tem como objeto o sentido

da linguagem na enunciação, ou seja, no acontecimento do dizer. Dessa forma, Guimarães (idem, p. 7) tem como foco o sentido do enunciado em sua forma-material, no funcionamento constitutivo do sentido. Ao tratar da enunciação, o autor (ibidem, p. 8) traz também como fundamental a questão do sujeito que enuncia. Aqui, é importante lembrar que ele considera o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na enunciação (2002, p.11). Isso significa dizer que Guimarães (idem, p. 8) pensa “a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”.

Seu objeto de reflexão é a designação constitutiva dos sentidos dos nomes, nomes comuns, nomes próprios de pessoa e nomes de ruas. O autor (ibidem, p. 9) utiliza o termo *designação* com um sentido específico, diferentemente das noções de *nomeação* e *referência*. Em seu trabalho, a *designação* é compreendida como a significação de um nome nas relações de linguagem. A partir dessa noção, Guimarães (2002, p. 9) esclarece que o objetivo de seu trabalho, no que se refere à relação da linguagem com as coisas, é observar o modo de dizer ao se falar das coisas.

Na mesma linha de raciocínio de Eduardo Guimarães, considero também importante fazer aqui uma referência à tese de Doutorado de Luiz Francisco Dias, sobre a questão dos sentidos do idioma nacional. O autor (1995) adota nesse trabalho uma posição semântica que lhe permite analisar a constituição dos sujeitos e dos sentidos nas bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil.

Referindo-se à noção de interdiscurso como “trajetos de memória que atravessam o texto” (idem, p.41), Dias reflete sobre a constituição dos sujeitos e dos sentidos em processos de identificação que se dão na relação entre o *dizer* e o *dito*. Trabalhando com a noção de *interdiscurso* como “memória do dizer” (ORLANDI, 1993, p. 3), o autor (ibidem, p. 40) considera o texto em uma relação constitutiva com a exterioridade. Sobre essa questão, Orlandi (1999^a, p. 82, 83) diz que “o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação”. Sob o ponto de vista da AD, o texto não é uma unidade fechada, mas se relaciona com outros textos “existentes, possíveis ou imaginários”.

Com esse objetivo, Dias (ibidem, p. 40) trabalha com a forma-material da enunciação em sua capacidade de significar, no discurso. Desse modo, o autor (1995, p. 40)

considera a enunciação como fato de linguagem na história. Segundo suas próprias palavras,

“... pensar um fato de linguagem na sua historicidade não é situá-lo no tempo da enunciação nem conceber esse fato como um reflexo do uso (pragmática) da linguagem; a historicidade é constitutiva da espessura semântica da linguagem, isto é, ela se constitui já na própria tessitura da materialidade lingüística.”

No que se refere à minha questão, observo que a denominação e a descrição das comunidades permitem uma análise discursiva da enunciação. Dessa forma, busco analisar o jogo de sentidos da enunciação, o modo como os sentidos se produzem no dizer sobre as línguas, em sua designação. É importante chamar a atenção aqui para o fato de que eu passo a utilizar neste trabalho o termo *designação*, do mesmo modo que Eduardo Guimarães, por se tratar também o meu trabalho de uma análise que tem em conta a enunciação como acontecimento no qual sujeito e língua se relacionam produzindo sentidos. Desse modo, além dessa questão, como afirmei anteriormente, considero também importante observar o funcionamento da descrição das comunidades, uma vez que o processo de caracterização também revela a inscrição de cada comunidade em formações discursivas específicas.

Para organizar o processo de análise, apresento aqui as denominações das comunidades sobre as línguas no *orkut*, divididas de acordo com os interesses dos participantes, as quais eu classifico como: comunidades sobre a língua portuguesa, comunidades a favor da língua brasileira, comunidades contrárias à língua brasileira, comunidades a favor do internetês e comunidades contrárias ao internetês. É fundamental lembrar que apesar de eu ter feito uma divisão das comunidades em categorias, o processo de análise considerará a relação que se estabelece entre os dizeres sobre as comunidades, uma vez que seus sentidos se produzem na confluência do livre acesso a elas no sítio de relacionamento. Isso significa dizer que a divisão das comunidades em categorias foi feita aqui apenas para seguir uma ordem metodológica. Assim, para essa análise eu observo as designações como forma material significativa das denominações. Ou seja, neste trabalho busco analisar a significação dos nomes em seu funcionamento, nas relações de linguagem.

Dessa forma, apresento aqui uma seleção das designações das comunidades que mobilizaram o meu olhar pelo fato de elas deixarem entrever a injunção dos participantes a essas comunidades pela língua que defendem. Essas designações se encontram divididas do modo como eu expliquei anteriormente, processo que segui orientando-me pelos sentidos pré-construídos das próprias nomeações. Para a análise, considero importante esclarecer que serão feitos recortes dessas designações, de modo que a mesma poderá ser feita também a partir da observação do funcionamento das designações em sua relação nas categorias.

Para visitar essas comunidades, é preciso se cadastrar e registrar um perfil no *orkut*. As pessoas que fazem parte das comunidades do *orkut* são designadas pelo termo “participantes”. As pessoas que criam as comunidades são denominadas “donos”. Os “usuários” são as pessoas que utilizam o internetês para se comunicarem. O endereço eletrônico desse sítio de relacionamento é www.orkut.com.br. Abaixo, as comunidades:

Comunidades sobre a língua portuguesa: *A Nossa Língua Portuguesa; Nossa língua portuguesa; Amamos a língua portuguesa; Valorizar a Língua Portuguesa; Língua? É portuguesa!!!!; Eu defendo a Língua portuguesa; Defesa da Língua Portuguesa;*

Comunidades a favor da língua brasileira: *Língua portuguesa (de verdade) ou Língua portuguesa do Brasil; Língua Brasileira; Minha Língua é brasileira!; Língua Brasileira do Futuro;*

Comunidade contrária à língua brasileira: *Não existe língua brasileira;*

Comunidades a favor do Internetês: *A favor do Internetês; Internetês, eu falo esse idioma; Internet: outra linguagem; Linguagem internetês; Eu iscrevu em internetês (1); Eu iscrevu em internetês(2); Traduzindo internetês; Internetês, a próxima evolução; Dicionário de internetês; “Internetês”, eu uso; Quero internetês no dicionário; Eu falo Internetês;*

Comunidades contrárias ao Internetês: *Vilão da língua portuguesa; O orkut e a língua portuguesa; Português ou Internetês; Não abuso do internetês; Internet sim! Internetês não!; Eu odeio internetês; O “Internetês” interfere no nosso Português!; Internetês não tem graça; Fim ao Internetês; Sou anti- Internetês; Campanha Anti-Internetês; Não escrevo Internetês; Eu odeio o idioma internetês!!; Juntos contra o internetês!!!; Internetês: fácil de falar...mas difícil de entender; Não ao “internetês”!*

Considero fundamental chamar a atenção para o processo de classificação das comunidades, que da forma como está organizada leva a estabelecer uma relação parafrástica entre as designações. A disposição das formulações sobre a língua portuguesa, uma abaixo da outra, permite observar mais facilmente essa relação.

- *A Nossa Língua Portuguesa*
- *Nossa língua portuguesa*
- *Amamos a língua portuguesa*
- *Valorizar a Língua Portuguesa*
- *Eu defendo a Língua portuguesa*
- *Defesa da Língua Portuguesa*
- *Língua? É portuguesa!!!!*

Um primeiro olhar para o conjunto das designações sobre a língua portuguesa permite observar um forte apelo dos *donos* aos *participantes* dessas comunidades, no sentido de um movimento de defesa da língua portuguesa. A utilização da primeira pessoa do plural, *a nossa, nossa, amamos*, deixa entrever a inscrição de sujeitos e sentidos em formações discursivas específicas que, além de terem em conta a questão da língua portuguesa no Brasil como inquestionável, têm também em conta a necessidade de defendê-la, porque essa é a língua que pertence a eles, um patrimônio cultural. Desse modo, é também fundamental observar que situar a língua portuguesa nesse lugar pode tanto significar que se trata de uma língua falada pelos brasileiros - e, portanto, sua por direito -,

quanto uma língua de Portugal que os falantes brasileiros passaram a utilizar, do mesmo modo que os portugueses, quer seja por uma imposição ou por um legado dos portugueses. O que permite pensar que, nesse lugar, não importa que tenha havido uma imposição da língua portuguesa, o que vale é que é essa a língua falada de fato no Brasil.

Os sentidos construídos historicamente para os verbos *valorizar*, *defendo*, e para o substantivo *defesa*, trazem em si o desejo de luta por alguma coisa. No conjunto dessas formulações, a luta é pela língua, por um patrimônio que constitui o Brasil como nação.

A formulação, *Língua? É portuguesa!!!!*, carrega em si os sentidos dos dizeres de um estandarte, em um movimento de manifestação em prol da defesa da língua. Nesse lugar, a defesa do nome da língua falada no Brasil, *língua portuguesa*.

É interessante também observar que o movimento de qualificação da língua portuguesa como a língua dos brasileiros, *A Nossa Língua Portuguesa*, *Nossa língua portuguesa*, *Amamos a língua portuguesa*, também permite pensar a constituição de sentidos para a língua portuguesa falada no Brasil, como uma língua diferente da língua portuguesa falada em Portugal. O que é o mesmo que dizer que a língua portuguesa falada pelos brasileiros, em seu funcionamento, se apresenta aos participantes dessas comunidades com características diferentes da língua portuguesa, em seu funcionamento, em Portugal.

Aqui, considero importante refletir novamente sobre a questão da identificação dos brasileiros com a língua portuguesa, cuja memória discursiva se mostra como diferente da de Portugal. Como diz Orlandi (op. cit.), a memória de língua que funciona para os brasileiros é a aquela que a constitui por uma injunção à língua portuguesa de Portugal, e por sua relação com a língua geral, as línguas indígenas, os dialetos africanos e as línguas dos imigrantes.

É fundamental considerar que esses sentidos se constituem na relação parafrástica que se estabelece entre as formulações sobre a língua portuguesa, que a designam como uma língua nossa, ao mesmo tempo brasileira e portuguesa, e que também a consideram como uma língua outra, na medida em que os sujeitos buscam defendê-la como uma língua oficial do Brasil.

A descrição das comunidades sobre a língua portuguesa, pelos chamados *donos*, deixa entrever uma repetição dos sentidos inscritos na memória discursiva que compreende a necessidade de defender a língua portuguesa como a língua do Brasil:

A nossa língua portuguesa

Descrição: “Para *amantes* da nossa língua portuguesa, ajudem-me a *salvá-la*, antes que se perca”.

Amamos a língua portuguesa

Descrição: “Comunidade criada *para todos aqueles e aquelas* que têm o privilégio de poderem se expressar através dessa *maravilhosa língua*”.

Nossa língua portuguesa

Descrição: “Nossa língua portuguesa necessita de atenção especial no que diz respeito à *valorização* de nossa gramática, aos estudos lingüísticos...”

O processo de descrição busca sentidos para essas comunidades em uma formação discursiva que entende a necessidade de convocar os *participantes* para a luta. Para isso, utilizam-se do espaço da descrição das comunidades para chamar a atenção para os deveres dos simpatizantes dessas comunidades. As comunidades apresentam em sua descrição a referência aos prováveis *participantes*, que devem amar, defender e valorizar a língua portuguesa. As formulações, *para amantes da nossa língua portuguesa, ajudem-me a salvá-la; comunidade criada para todos aqueles e aquelas que têm o privilégio de poderem se expressar através dessa maravilhosa língua; nossa língua portuguesa necessita de atenção especial no que diz respeito à valorização de nossa gramática*, retomam os sentidos pré-construídos da busca pela defesa e valorização da língua portuguesa. Dessa forma, os verbos *amar*, *salvar*, *valorizar*, funcionam como palavras de ordem no movimento de luta pela língua.

Considero também fundamental chamar a atenção para o movimento de exaltação da língua nacional que se constitui nas descrições das comunidades transcritas abaixo:

Valorizar a Língua Portuguesa

Descrição: “Vamos usar a nossa língua, mesmo que errado. Vamos valorizá-la. Não devemos dar chance ao dominador. Nossa língua é bela.”

Eu defendo a Língua portuguesa

Descrição: “Comunidade que visa o fortalecimento do Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa.”

Defesa da Língua Portuguesa

Descrição: “A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos.”

Aqui, observo nessas formulações um movimento de defesa da língua, no sentido de protegê-la diante das “investidas” de outras nações “dominadoras” que possam influenciar e transformar a língua portuguesa do Brasil. A esse respeito, compreendo que os sentidos dessa preocupação se constituem no jogo de poder que se estabelece entre as nações mais desenvolvidas e o Brasil. Os sentidos que se produzem para a formulação, *não devemos dar chance ao dominador*, deixam entrever a que língua e nação se referem os *donos* das comunidades ao se mostrarem preocupados com a sua influência na língua portuguesa do Brasil. Nesse lugar, a preocupação concerne, de acordo com o imaginário socialmente estabilizado, à influência da língua inglesa dos Estados Unidos na língua portuguesa do Brasil.

Para facilitar a análise das formulações a respeito da língua brasileira, vou colocá-las também dispostas uma abaixo da outra:

- *Língua portuguesa (de verdade)*, posteriormente denominada *Língua portuguesa do Brasil*
- *Língua Brasileira*
- *Minha Língua é brasileira!*
- *Língua Brasileira do Futuro*
- *Não existe língua brasileira,*

As designações que concernem à língua brasileira permitem entrever uma posição sujeito que, para além de se colocar a favor de uma língua específica do Brasil que se distingue da língua de Portugal, busca também defender a consolidação da língua brasileira como língua nacional do Brasil. Dessa forma, é fundamental chamar a atenção para o fato

de a comunidade *Língua portuguesa (de verdade)* ter passado a ser chamada *Língua portuguesa do Brasil*.

Sobre essa questão, é importante também observar que tanto as formulações referentes às comunidades a favor da língua brasileira, quanto as contrárias a essa língua são enunciadas em relação à língua portuguesa e deixam entrever, nesse movimento, a sua inscrição em um lugar específico que atrela à língua brasileira sentidos da língua portuguesa.

A utilização do pronome possessivo em primeira pessoa do singular, em *minha língua é brasileira*, no lugar de um pronome possessivo em primeira pessoa do plural, que poderia estar em *nossa língua é brasileira*, permite pensar em uma identificação com a língua falada no Brasil, no sentido de que essa é a língua pela qual se dá a identificação dos brasileiros com a sua nação.

Referindo-me mais uma vez a Rodríguez (2000), chamo a atenção para a constituição de sentidos para a língua brasileira como a língua com a qual o brasileiro se identifica. De acordo com a autora (idem, p. 211), “uma questão central em todo nacionalismo (...) é promover a identificação com o Estado através da exaltação nacional: o ‘amor’ e o ‘orgulho’ da nação devem levar os sujeitos a serem ‘leais’ ao Estado que a representa”. Dessa forma, Rodríguez (ibidem, p. 212) compreende que toda forma de nacionalismo é “coercitiva e homogeneizante”. A autora (2000, p. 213) chama a atenção para o efeito que se produz nesse movimento: “os sujeitos devem identificar-se com a cultura que define (*essencialmente*) sua nação e que a distingue (*essencialmente*) das nações estrangeiras e subordinar-se, assim, às leis e às políticas que *exprimem* essa *essência*”. Sobre essa questão, Rodrigues (idem, p. 213) lembra ainda que a “essencialização da nação e da cultura torna possíveis formulações dogmáticas”, no sentido de levar os sujeitos a uma obediência e “lealdade incondicional” ao Estado, “através de sua identificação *total* com a *cultura da nação (sua essência natural)*, a partir do amor e orgulho em relação a ela”. “A língua é o bem cultural por excelência”, lembra a autora (ibidem, p. 214) a afirmação de Herder sobre a língua, para falar sobre a equivalência entre a alma e a cultura. Sob esse ponto de vista, a língua é considerada como “*‘alma da nacionalidade’, como seu ‘coração’*”.

A esse respeito, observo que a formulação, *minha língua é brasileira*, permite pensar sobre a língua brasileira como a língua que define a nação brasileira e que a distingue das outras. Essa questão me leva a pensar sobre a diferença entre as comunidades como um modo de afirmar a unidade do grupo e também como um meio de levá-lo a sua segregação.

Por sua vez, a formulação *língua brasileira do futuro*, bem como a sua descrição (ver na seqüência), trazem em si os sentidos de uma previsibilidade de sua evolução. Sobre essa questão, lembro aqui mais uma vez o trabalho de análise da temática da revista “Multiciência”, realizado por Orlandi (op. cit.), que trouxe para a discussão o jogo na produção de sentidos para a formulação *os recursos do futuro*, na relação com *o futuro dos recursos*. Dessa forma, proponho, do mesmo modo que Orlandi, estabelecer aqui uma relação parafrástica entre a formulação *língua brasileira do futuro* e a sua inversão *o futuro da língua brasileira*. Sobre essa questão, compreendo que pensar em uma língua brasileira que evolui no futuro é o mesmo que se ter uma previsibilidade da sua evolução, é saber de antemão para onde caminha a sua transformação. É justificar o modo da constituição da língua brasileira pela evolução. É uma forma de silenciar e adequar a diferença ao padrão da língua. Já, pensar no futuro da língua brasileira é admitir “o não-sabido, o não existente e o que poderá vir a existir” (ORLANDI, 2003). Ou seja, é permitir o funcionamento do impossível na língua.

No que se refere às formulações que caracterizam as comunidades a favor da língua brasileira, outros sentidos se constituem.

Língua portuguesa (de verdade) ou Língua portuguesa do Brasil

Descrição: “Gramática, sintaxe, poesia, literatura, música, jornalismo, pedagogia, norma culta, norma urbana, a língua dos estados, enfim, tudo o que tem a ver com nosso principal instrumento de comunicação.”

Língua Brasileira

Descrição: “Para todos aqueles que conhecem e reconhecem as diferenças entre a Língua Portuguesa (Brasil) e Língua Portuguesa (Portugal), tanto na sua fonética como gramática”

Minha língua é brasileira!

Descrição: “Tem muuuuuuuuuita coisa diferente... cada país já tem suas próprias palavras criadas ao longo do tempo!”

Língua Brasileira do Futuro

Descrição: “um lugar para discutir sobre a evolução do idioma falado no Brasil, que já está deixando de ser português, evoluindo para uma nova língua.”

Não existe língua brasileira

Descrição: “Comunidade daqueles que rebolem de riso ao ler as barbaridades dos que afirmam que no Brasil não se fala Português. A quem não entendeu: no Brasil, fala-se Português, com diferenças (que existem em todas as línguas planetárias), mas Português.”

A descrição da comunidade *Língua portuguesa (de verdade) ou Língua portuguesa do Brasil* traz em si os sentidos de uma memória de constituição da língua portuguesa no Brasil que passa pela gramatização da língua. A compreensão de língua que funciona como instrumento de comunicação e que prevê esse funcionamento em todas as instâncias, como na gramática, na sintaxe, na poesia, na literatura, retoma os sentidos da memória discursiva da língua nacional do Brasil. Desse modo, há também que se observar a sua designação. A denominação da língua falada no Brasil como *língua portuguesa (de verdade)* e como *língua portuguesa do Brasil* permite pensar a relação de identificação do sujeito com a língua nacional, cuja constituição tem em conta, dentre outras condições, a memória da língua portuguesa no Brasil.

No que se refere à descrição das comunidades *Língua Brasileira* e *Minha língua é brasileira!*, observo que a questão da diferença entre a língua portuguesa e a língua brasileira, tratada pelas comunidades como da ordem da fonética, da sintaxe e da morfologia, permite também pensar na imagem de língua portuguesa da nacionalização do Brasil como constitutiva da língua brasileira.

Em relação à denominação e à descrição da comunidade *Não existe língua brasileira - a quem não entendeu: no Brasil, fala-se Português, com diferenças (que existem em todas as línguas planetárias), mas Português*, observo que o que está em questão não é a diferença entre as línguas portuguesa e a brasileira. Ao admitir as diferenças na língua portuguesa, o que está em jogo é a questão da denominação da língua

falada pelos brasileiros. No entanto, há que se pensar também na complexidade dessa negação¹⁶. A necessidade de negar a nomeação *língua brasileira* como possível carrega em si o sentido de uma necessidade de o sujeito se agarrar ao instituído e de quase ridicularizar uma nacionalização exacerbada.

Para observar o modo de funcionamento do internetês nesse espaço, compreendo que, em se tratando de uma grande quantidade de formulações a respeito do internetês, seja mais produtiva a sua leitura, considerando as formulações em relação. Dessa forma, transcrevo as denominações juntamente com as descrições das comunidades; primeiramente as formulações concernentes às comunidades a favor do internetês e na sequência, as formulações que se referem às comunidades contrárias ao internetês.

O trabalho de leitura das formulações sobre as comunidades a favor do internetês permitiu observar o seu funcionamento na relação entre as denominações e as descrições das comunidades. Dessa forma, compreendo que essa relação deixa entrever o funcionamento das designações enquanto acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, enquanto forma-material, em seu funcionamento constitutivo do sentido.

Para compreender esse funcionamento, organizei, a seguir, as formulações de modo a facilitar o processo de análise, de forma que seja possível estabelecer uma relação parafrástica entre elas.

Comunidades a favor do internetês:

Quadro 1

- *A favor do Internetês*

Descrição: “Internetês é uma forma de expressão inteligente sim!; Estamos falando de uma modalidade não padrão da língua; Língua ... que usamos para nos comunicar de maneira dinâmica e eficiente nos computadores, celulares, ou qualquer meio eletrônico.”

- *Internet: outra linguagem*

Descrição: “Comunidade para todos que, assim como eu, escrevem de acordo como rege o bom internetês”.

¹⁶ Observação de Suzy Lagazzi durante orientação.

- *Internetês, a próxima evolução*

Descrição: “essa eh a comunidad para vc q axa q o internetês eh a próxima evolussaum do português, e pra vc q tecla ein internetês...”

- *Linguagem internetês*

Descrição: “Comunidade feita a) para vc que ama, b) adora esse vício de falar internetês”

Quadro 2

- *Internetês, eu falo esse idioma*

Descrição: “Por favor, divulguem a nossa cultura”

- *Eu falo Internetês*

Descrição: “ ei entra aew! eu sei ke vc tbm fala internetês.”

- *Eu iscrevu em internetês*

Descrição: “... eu iscrevu em internetês sim e naum tenhu vergonha!”

- *Eu iscrevu em internetês*

Descrição: “fulano: oie
ciclano: oie blz?
fulano: aki td susse e vc
ciclano: aki tbm
fulano: c vem pra k hj?
ciclano: nem sei, c der vo
fulano: entaum fmz, aparece no fds”

kem nunca iscreveu em internetês no MSN ou na sala de bp? Kem nunca se pego iscrevendo desse jeitu numa redaçaum da escola ou num txt no serviço!

Quadro 3

- *Traduzindo internetês*

Descrição: “Comunidade de intercâmbio para aprofundamento na língua cibernética. Exigências: conhecimento básico de internetês, conhecimento básico de português, simancol, respeito.

Comuh d intercambiu p/ aprofundamento na lingoa enternetica. Ezijensias: conhecimentu bazico d enterneteis, conhecimentu bazico d portugeis, simancol, respeito.”

- *Dicionário de internetês*

Descrição: “se você já praticamente se viciou em abreviar palavras e escrever com certos “errinhos” por causa do MSN...”

- *Quero internetês no dicionário*

Descrição: “Se você também acha que o nosso internetês deve entrar no dicionário, aqui é o seu lugar. Sempre temos problemas com pessoas que não entendem o q dizemos... algo como fmz, fds, blz, kkkkkkk, pqp, e outros! Alguns verbos de Internet também devem ser lembrados, logar, rulear, crakear, etc. Temos também alguns termos especiais como rox, lag, S2, e muitos outros que não me lembro! Fora os smileys, seria interessante também! Merecem uma área especial no dicionário!”

No primeiro quadro, apresento as comunidades, *A favor do Internetês; Internet, outra linguagem; Internetês, a próxima evolução e Linguagem internetês*.

Pensar em uma comunidade que se diz a favor do internetês remete a princípio à idéia de emissão de uma opinião a respeito de algo. Ser a favor do internetês é antes considerar os prós e os contras sobre essa questão. A descrição dessa comunidade afirma que o internetês é *uma modalidade da norma padrão da língua; Língua ... que usamos para nos comunicar de maneira dinâmica e eficiente nos computadores, celulares, ou qualquer meio eletrônico*. Essa afirmação permite pensar sobre o internetês na sua relação com o português. Desse modo, para além de pensar que sua aceitação está atrelada a sua utilização em lugares específicos, observo também que para a comunidade ser a favor a sua utilização é preciso que ele faça parte da língua institucionalizada, pela diversidade. É o seu estatuto de *modalidade* da língua padrão que lhe permite ser aceito por essa comunidade.

Por sua vez, a descrição da comunidade *Internetês, a próxima evolução*, compreende o internetês como linguagem em funcionamento em um processo de evolução: *essa eh a comunidad para vc q axa q o internetês eh a próxima evolussaum do português, e pra vc q tecla ein internetês...*, o que o situa também no lugar da diversidade, portanto como parte da língua.

Já, a denominação da comunidade *Internet: outra linguagem* leva a pensar, em um primeiro momento, que o internetês é compreendido não como uma variação da língua portuguesa, mas uma outra forma de linguagem. Sua descrição, *comunidade para todos que, assim como eu, escrevem de acordo como rege o bom internetês*, remete aos sentidos inscritos na memória discursiva da formulação *escrevem de acordo como rege o bom português*. Desse modo, compreendo que, apesar de ser considerado uma outra forma de linguagem, produzem-se sentidos para o internetês, nessa comunidade, que passam pela constituição da língua institucionalizada.

A descrição da comunidade *Linguagem internetês*, onde se podem observar as formulações *para vc que ama e adora esse vício de falar internetês*, permite pensar sobre a relação linguagem/ vício. Considerar o internetês uma linguagem e um vício de falar é não aceitá-lo como parte da língua, é considerá-lo fora da normatividade, um erro.

A esse respeito, considero fundamental pensar também nos sentidos inscritos na memória que compreendem o internetês como erro em relação à língua padrão.

A noção de *erro*, construída historicamente, está pautada na relação com a língua institucionalizada. Pagotto (2001, p. 40) lembra que a norma culta escrita está geralmente associada a dois gestos, à escolha de um dialeto de prestígio, que passa a ser adotado como modelo na escrita “(e na boa fala)”, e ao trabalho de gramatização desse dialeto, que passa a fazer parte dos manuais de ensino. Sob esse ponto de vista, a forma lingüística que não atende à norma é compreendida como erro.

O autor (idem, p.40) chama a atenção para o gesto fundamental de significação das línguas que “se aplica tanto à relação do sujeito com a escrita, como a qualquer relação do sujeito com as formas lingüísticas em variação”. Segundo Pagotto (ibidem, p. 40, 41), a forma escrita tende a uma maior estabilização, uma vez que é o lugar em que se constitui a identidade nacional e em que se estabelecem as relações de poder. A identificação dos sujeitos com a forma lingüística seria, então, reveladora das posições sociais.

Em outro trabalho, o autor (2007, p. 35) explora a relação entre a implementação de políticas lingüísticas e a normatização da vida social. Sobre essa questão, Pagotto (idem, pg 36) faz um paralelo entre o ideal do iluminismo, a universalização de direitos, que “implica necessariamente a submissão de todos ao processo normativo” e a implementação de políticas lingüísticas, que repete os sentidos da submissão à norma. Com o objetivo de

investigar o movimento de exclusão que se dá no gesto de submeter todos à norma, o autor analisa a adoção do sistema ortográfico no final do século XIX e no início do século XX no Brasil.

Segundo Pagotto (ibidem, p. 36) a expansão da língua escrita coloca a ortografia como um problema do Estado. O processo de universalização da língua, que a princípio pode se mostrar como uma preocupação do Estado em universalizar o acesso a ela, deixa entrever a submissão de todos os falantes à normatização da língua. Nas palavras do autor (2007, p.36), “todos passam, então, a ter que responder pela língua que falam e pela língua que escrevem”. Nesse outro trecho, Pagotto (idem, p. 43) deixa clara a questão do estatuto do erro nas políticas lingüísticas adotadas pelo Estado.

“embora as leis de ortografia não sejam obrigatórias a todos os usuários da língua (...) uma vez implantadas, produzem o efeito de fazer convergir, no plano da escrita - e no da fala – todos os usuários da língua, criando imediatamente novas situações de erro e de acerto”.

Sobre essa questão, o autor (ibidem, p. 43) chama a atenção para o fato de que diferentemente do processo normativo que considera o estilo na literatura para servir de modelo, na implementação da ortografia nacional, “um decreto cria o erro e o acerto”.

Pensar sobre a questão do erro e do acerto me leva a refletir sobre a relação do internetês com a língua nacional e com a língua materna. As formulações acima deixam entrever o jogo que se estabelece no processo de injunção do usuário ao internetês que passa por sua identificação com a língua institucionalizada, a qual pressupõe a possibilidade das variações da língua se adequarem à norma. Dessa forma, observo que compreender o internetês como a próxima evolução remete a esses sentidos. Já, no que se refere à relação do internetês com a língua materna, observo que não há decretos que formulem a grafia do internetês nem como acerto, nem como erro. A relação com a língua materna se dá pela questão da oralidade, onde a questão de erros ou acertos é minimizada.

Quanto às formulações do segundo quadro, chamo a atenção para os verbos em primeira pessoa do singular, *falo*, *iscrevu*, *uso*. Dessa forma, começo a pensar sobre os sentidos pré-construídos dos verbos em questão, *falar*, *escrever*, *usar*, e sobre os seus

sentidos em *falar o idioma, falar internetês, escrever em internetês, usar o internetês*, na relação com a descrição das comunidades.

Pensar em uma linguagem como *idioma* é atribuir-lhe sentidos de unidade da língua. A esse respeito, Dias (1995, p. 123, 124) chama a atenção para a percepção de língua e nação pelo efeito de *idiomaticidade*. Lembrando Orlandi (1990), que aborda a questão do ideológico como uma injunção do empírico, o autor (idem, p. 123) afirma que “o idiomático é (...) a injunção da unidade, (...) do domínio em que o efeito identidade se dá plenamente”. Sobre essa questão, observo que a formulação *Internetês, eu falo esse idioma* remete à unidade do internetês, aí considerado língua.

No contraponto, observo o funcionamento da formulação *eu falo internetês*, na relação com sua descrição, *ei entra aew! eu sei ke vc tbm fala internetês*, e compreendo que nesse lugar o verbo *falar* produz um sentido outro para o internetês, onde ele é compreendido como um dialeto. O gesto de descrição da comunidade grafado em internetês deixa entrever esse sentido, pela identificação com a oralidade da língua.

A forma do verbo *escrever* grafado em internetês em meio a palavras escritas em português, o que pode ser visto na denominação de duas comunidades, *eu iscrevu em internetês*, bem como a presença, na descrição das comunidades, de outras palavras também grafadas em internetês em uma relação com o português, permite pensar em um movimento para fortalecer o internetês pela sua fixação na escrita. Como diz Pagotto (op.cit), a forma escrita pela sua característica de maior estabilização da língua é o lugar onde a identidade nacional e as relações de poder se constituem. A descrição de uma dessas comunidades, *eu iscrevu em internetês sim*, leva a pensar, em um primeiro momento, que essa é uma forma de a comunidade atribuir ao internetês o mesmo valor do português. Sobre a seqüência da formulação, *e naum tenhu vergonha!*, lembro o trabalho de Orlandi (1997) sobre o silêncio, no qual a autora afirma que ao se dizer algo silencia-se outros dizeres, e volto à formulação para refletir sobre a negação da vergonha como uma forma de silenciar a possibilidade da existência de algumas características do internetês que produziriam de fato um sentimento de vergonha ao utilizá-lo.

Por sua vez, o verbo *usar*, em *Internetês, eu uso*, na relação com a descrição da comunidade em questão, remete também a sua utilização enquanto escrita/ grafia no espaço específico para tal. Desse modo, começo também a pensar no sentido do verbo *usar* em sua

relação com o verbo *escrever* e me permito compreender que se produz aí uma relação de sinonímia entre esses dois verbos. Dessa forma, *escrever em internetês* e *usar o internetês* passam a valer como sinônimos no espaço específico de circulação do internetês. Sobre essa questão, compreendo que daí veio a expressão “usuário de internetês”.

No que se refere às comunidades apresentadas no terceiro quadro, *traduzindo internetês, dicionário de internetês, quero internetês no dicionário*, e suas respectivas descrições, chamo a atenção para um movimento de instauração de uma certa ironia e uma dose de humor que podem ser entrevistados na tradução simultânea da descrição da primeira comunidade, nas palavras entre aspas da segunda comunidade e na inserção de algumas palavras em internetês em meio ao Português na terceira comunidade:

- *Exigências: conhecimento básico de internetês, conhecimento básico de português, simancol, respeito, e sua tradução para o internetês, conhecimentu bazico d enterneteis, conhecimentu bazicu d portugeis, simancol, respeit.*

- *Se você praticamente já se “viciou” em abreviar palavras e escrever com certos “errinhos” por causa do MSN...*

- *Sempre temos problemas com pessoas que não entendem o q dizemos... algo como fmz, fds, blz, kkkkkkk, pqp, e outros*

A presença do humor e da ironia, em enunciados que a princípio mostram uma preocupação dos usuários no sentido de instaurar uma certa gramatização do internetês, permite entrever sentidos de uma não-seriedade em relação a uma normatização do internetês, ou a instauração de uma certa brincadeira com a ortografia. A respeito do humor, é importante lembrar também o trabalho em que Orlandi (1996, p. 15) aborda a questão do lúdico como um discurso onde se instaura uma polissemia mais aberta. E, sobre a presença do humor no internetês, compreendo que seja um lugar que deixe entrever uma abertura à produção de sentidos.

Quanto às formulações sobre as comunidades contrárias ao internetês, considero importante também apresentá-las sob a forma de quadros, que servem para organizá-las em uma relação parafrástica.

Quadro 1

- *Vilão da língua portuguesa*

Descrição: “comunidade criada para todos aqueles que estão cansados de receber mensagens cheias de erros de português, tornando assim o orkut o maior assassino da Língua Portuguesa. Em nome de todos, suplicamos aos caros amigos que instalem em seus computadores um verificador de ortografia, só assim evitaremos maiores constrangimentos no futuro.”

- *O “Internetês” interfere no nosso Português!*

Descrição: “Galera, estamos criando essa comunidade com um único propósito: ‘salvar o nosso Português!’ E o motivo é o modo que escrevemos na internet.

- *Internetês: fácil de falar...mas difícil de entender*

Descrição: “Bom... essa comunidade foi criada para aquelas pessoas que misturam a Internet com a Língua Portuguesa. Se você é uma das pessoas que querem se juntar a nós para impedir esse vício que é o internetês, participe da nossa comunidade”

- *O Orkut e a Língua Portuguesa*

Descrição: “O Orkut é pobre em Língua Portuguesa...Encontramos erros absurdos nos perfis dos membros e nas descrições das comunidades. A ‘moda’ agora é escrever fora da gramática normativa. Mas há fortes indícios de que essa mania também seja reflexo de gerações que não dominavam as regras gramaticais e passaram a ‘brincar’ de escrever ‘erradamente’ para camuflar essa deficiência... Atenção: abreviações não serão consideradas erros.”

- *Não escrevo Internetês*

Descrição: “Para todos aqueles que não escrevem e já passaram horas tentando decifrar algumas palavras (ou o que quer que sejam aqueles símbolos), quando receberam algum e-mail ou scrap repletos dessa nova linguagem”

Quadro 2

- *Juntos contra o internetês!!!*

Descrição: “Comunidade elaborada para juntar toda galera que é contra o

internetês! O internetês é um dialeto virtual usado por internautas para agilizar conversa em chats, MSN, e até no envio de recados aqui no orkut. Porém esse tipo de dialeto afeta praticamente a ortografia do indivíduo, fazendo-o esquecer a forma correta das palavras. Junte-se a nós, você que nunca gostou ou que deseja de uma vez se livrar da praga do internetês”

- Fim ao Internetês

Descrição: “Comunidade dedicada a todos que odeiam o Internetês. Chega de substituir e alterar palavras do nosso belo Português. Morte ao TC, fim ao NAUM, chega de AKI e muitos outros termos que maltratam nossa linda língua portuguesa”

- Não ao “internetês”!

Descrição: “Você estudou a vida inteira e continua estudando, para aprender a ler e escrever certo em Português e depois que começa a ter uma noção de concordâncias, verbos, colocações pronominais.... surge a degradação devastadora da Língua Portuguesa, via Internet. Na maioria das vezes você nem consegue entender o que está escrito numa mensagem que foi enviada?Às vezes parece que você está lidando com uma língua estranha, desconexa, um vocabulário analfabeto (e burro)?!?! Contra a regressão na Língua Portuguesa é que surge essa comunidade. Pela valorização da nossa Gramática e pela luta contra o "Internetês"; Essa linguagem reduzida, esquisita, distorcida e cheia de ruídos que não nos permite ler corretamente as mensagens. Divulgue essa idéia!!! Seja um difusor da Língua Portuguesa, comece agora! Nessa comunidade você entende o que se escreve!!!

- Português ou Internetês

Descrição: “Se você quer que o português continue vivo com força, entre e ajude nosso português a vencer essa guerra”

Quadro 3

- Não abuso do internetês

Descrição: “Essa comunidade é para quem não gosta de ficar escrevendo e lendo texto na linguagem internetês. Para quem ainda prefere escrever sem códigos mesmo que eles sejam mais rápidos para se comunicar”

- Internet sim! Internetês não!

Descrição: “Essa comunidade é para todas as pessoas que gostam da internet, mas não acham certo a linguagem usada na Internet (internetês)”

Quadro 4

- Eu odeio internetês

Descrição: “Se você acha que a língua portuguesa já é suficientemente violentada pelos erros que já existem e se concorda que é bem melhor escrever ‘não’ ao invés de ‘naum’ e não agüenta ler coisas como ‘gru fl in’...”

- Internetês não tem graça

Descrição: “Para quem não gosta de quem não escreve em português. Para quem se irrita com palavras como axu, gent, complicadu, grida e outras...”

- Sou anti- Internetês

Descrição: “pelo amor de Deus, vamos conservar a nossa língua maravilhosa. Chega de sermos desatentos, vamos tentar escrever corretamente. Sou anti- internetês assumido!”

- Campanha Anti- Internetês

Descrição: “Para você que acha um absurdo os crimes hediondos que cometem contra nossa amada Língua Portuguesa!”

- Eu odeio o idioma internetês!!

Descrição: “Você tem o hábito de escrever ‘internetês’? Cuidado! Vai ficar viciado na grafia errada e tomar uma reprovação na escola”

As formulações sobre as comunidades acima transcritas permitem observar também a identificação do sujeito “não-usuário” do internetês com a língua padrão. Muitos são os lugares onde se pode observar esse funcionamento. Cito, por exemplo, a descrição da primeira comunidade do quadro 1, “*em nome de todos, suplicamos aos caros amigos que instalem em seus computadores um verificador de ortografia, só assim evitaremos maiores constrangimentos no futuro*”, que ao considerar a necessidade de os usuários dos computadores instalarem em seus equipamentos um verificador ortográfico, deixa entrever a injunção da comunidade à norma institucionalizada.

Salvar o nosso português; impedir esse vício que é o internetês; há fortes indícios de que essa mania também seja reflexo de gerações que não dominavam as regras gramaticais e passaram a 'brincar' de escrever 'erradamente' para camuflar essa deficiência; para todos aqueles que não escrevem e já passaram horas tentando decifrar algumas palavras (ou o que quer que sejam aqueles símbolos), são outros lugares que materializam os sentidos da identificação do sujeito com a língua institucionalizada.

Quanto à denominação da última comunidade desse quadro, *não escrevo internetês*, permite pensar novamente na negação da escrita do internetês como um modo de afirmar a sua possibilidade.

No quadro 2, podem ser observados outros lugares que permitem entrever a constituição de sentidos de um movimento de luta contra o internetês e de injunção à língua nacional: *junte-se a nós, você que nunca gostou ou que deseja de uma vez se livrar da praga do internetês; morte ao TC, fim ao NAUM, chega de AKI e muitos outros termos que maltratam nossa linda língua portuguesa; contra a regressão na Língua Portuguesa é que surge essa comunidade, pela valorização da nossa Gramática e pela luta contra o "Internetês"; ajude nosso português a vencer essa guerra.*

As formulações sobre as comunidades do quadro 3, *para quem ainda prefere escrever sem códigos mesmo que eles sejam mais rápidos para se comunicar, e essa comunidade é para todas as pessoas que gostam da internet, mas não acham certo a linguagem usada na Internet (internetês)*, deixam entrever o lugar da manifestação de uma opinião dos usuários, que admitem a utilização do internetês, mas não acham certo usá-lo. Dessa forma, é possível pensar que também nesse lugar há uma identificação com a língua institucionalizada, já que não considerar certo o uso do internetês nem ao menos na Internet é inscrevê-lo na ordem do erro.

O quadro 4 mostra comunidades cujas denominações remetem também à idéia de uma forte injunção à língua portuguesa. Achar que o internetês não tem graça, odiar o internetês e fazer uma campanha anti-internetês, permitem pensar no estatuto da língua portuguesa para essas comunidades e na sua forte identificação com a língua institucionalizada no processo de nacionalização do Brasil.

O trabalho de construção de sentidos possíveis para as comunidades possibilitou a observação do funcionamento das línguas em um ambiente de circulação, cujo caráter de

transmissão é potencializado pela própria especificidade da máquina e do seu sistema de funcionamento, que permite a criação de uma outra linguagem para ser usada especificamente nesse ambiente. Além dessas questões, a observação do funcionamento das línguas no espaço digital também revelou o cotidiano dessas línguas como um lugar fundamental para a compreensão de seus modos de funcionamento. Assim, compreendo que dar continuidade a uma análise que permita observar esse funcionamento é fundamental. No próximo capítulo, busco analisar temas de fóruns e discussões sobre essa questão propostos pelos donos das comunidades.

VII – As línguas no cotidiano digital

O espaço digital de funcionamento das línguas permite também observar a sua circulação no cotidiano. Considero os fóruns de discussão das comunidades sobre as línguas no *orkut* um dos lugares em que as línguas se mostram nesse modo de circulação. Quando se pensa no cotidiano, o que vêm à mente são as relações de conversação fugidias, que não se registram na escrita. No entanto, no relacionamento virtual, o espaço digital pressupõe um lugar de registro das inter-relações que, embora sejam também fugazes, se mantêm por um certo período de tempo nesse lugar, no aguardo das respostas dos participantes para a discussão dos temas propostos nesse espaço.

Sob o olhar discursivo, é fundamental pensar as relações interpessoais que se constituem nesse lugar específico, que oferece lugar à constituição de sentidos para os objetos nos fóruns de discussão. Desse modo, as marcas materiais da determinação ideológica dos sujeitos podem ser analisadas em seus efeitos no cotidiano da prática lingüística.

Para analisar o funcionamento dos sentidos das línguas no cotidiano do espaço digital, observo também nesse capítulo as designações dos temas dos fóruns e as formulações no movimento de discussão das comunidades sobre as questões lingüísticas no *orkut*. No entanto, meu foco principal são as próprias construções do internetês no espaço dos fóruns, na relação com a língua portuguesa.

Nesse sentido, apresento aqui um recorte de algumas comunidades analisadas nesse trabalho, com seus respectivos temas propostos para a discussão nos fóruns:

Nossa Língua Portuguesa: Contrato de Comunicação; Pleonismo; Português na Net; Dúvida sobre o predicativo; Fonética; Como escrever certo a frase; Gramática normativa, etc.

Amamos a Língua Portuguesa: Gerundismo; Musicalidade das línguas; Museu da Língua Portuguesa; Estrangeirismo, Português na Ásia, etc.

Valorizar a Língua Portuguesa: Não misture as coisas, use só o português; 8ª Língua mais falada no mundo, etc.

Eu defendo a Língua Portuguesa: Nova gramática; A Língua Portuguesa agradece; Mudança da Língua Portuguesa; Fala sério ... e certo, etc.

Defesa da Língua Portuguesa: Novas regras da Língua Portuguesa; Mudanças na ortografia da Língua Portuguesa; Língua Portuguesa – “informações”; Valorização da Língua Portuguesa, etc.

O Orkut e a Língua Portuguesa: Língua Portuguesa on-line; Ortografia; Patoá; Subnormas; Qual o melhor dicionário; Concordância, etc.

A análise dos temas propostos para discussão nos fóruns das comunidades anteriores mostra a sua relação direta com as designações das comunidades. Ou seja, as denominações das comunidades em si mesmas já trazem consigo o seu objeto de interesse, a língua portuguesa que, por ser dos brasileiros, é uma língua amada, que deve ser valorizada e defendida. Como se pode observar no esquema acima, os fóruns de discussão abrem espaço apenas para os temas relacionados à língua portuguesa, no que se refere à língua como instrumento de comunicação, à gramática, à poética. Essa questão permite compreender que a língua portuguesa nesses espaços de discussão é valorizada na medida em que obedece às regras. O sujeito inscrito nessa formação discursiva, por sua vez, é interpelado pela noção de língua atrelada à idéia de normatização.

As denominações dos fóruns referentes às comunidades sobre a língua brasileira mostram também um interesse em discutir as questões lingüísticas. É interessante observar que os fóruns são concernentes à língua falada no Brasil e também trazem como temas de discussão a questão gramatical da língua.

Língua Portuguesa (de verdade) ou Língua Portuguesa do Brasil: Questão da prova do magistério – RJ; Dicionário Aurélio 5.040 portátil; Analise esta frase; Ajuda; Vírgula ou dois pontos; Concordância Nominal; Erros comuns na mídia!!! Cite alguns; Regionalismos; Vejam se esse gabarito está correto; Dúvida sobre análise sintática, etc.

Minha língua é brasileira!: Ortografia; Palavras que no Brasil são diferentes de Portugal;

Língua brasileira do futuro: A perda do “r”; Diferenças estruturais;

Não existe língua brasileira: Brasil e Portugal, países irmãos?; Gramática da norma culta brasileira?; Língua brasileira?; Existe Português do Brasil; Claro que existe língua brasileira!;

No que se refere aos temas de discussão presentes nas comunidades a favor do internetês, observa-se a preocupação dos participantes em discutir a questão, relacionando o internetês ao português, na medida em que ele possa influenciar o funcionamento da língua oficial. É possível também entrever esse sentido no movimento de criação de um dicionário internetês/ português, como se pode ver abaixo nas designações dos temas de discussão:

Comunidade: *A favor do internetês*

Fórum: Internetês (ou cyberlíngua) influencia? Internetês ou burrice? Me reçosseta!

Comunidade: *Internetês, eu falo esse idioma*

Fórum: 6 AXAM Q É COISA DE GNT PATTK O NTRNTS?; Novo internetês, etc.

Comunidade: *Eu iscrevu em Internetês*

Fórum: Completem o dicionário; Onde encontramos livros sobre o Internetês?; I Concurso de redação em Internetês; Sobre o Internetês; Letras de música em Internetês, etc.

Para observar a relação entre o Português e o Internetês, transcrevo aqui duas propostas de discussão no fórum da comunidade *Eu iscrevu em internetês*, a proposta de elaboração de um dicionário de internetês/ português e a tradução de uma música popular para o internetês:

Comunidade: *Eu iscrevu em internetês*

- Fórum: Completem o dicionário...

“Vamos fazer nosso dicionário galera...

Ah, e vamos tentar chamar o maior número de pessoas para essa comunidade, e fazer o

maior dicionário do mundo...rsrs

Eu ã fui a criadora da comu, mas já me sinto em ksa... rsrs

Continuem o dicionário aí...

Blz=beleza

pq=porque

tbm=também

vc=você

ksa=casa

fmz=firmeza

flw=falow

peraí=Espera aí

purissu=por isso

msg=mensagem

e puraí vai...”

Um primeiro olhar sobre a proposta de elaboração de um dicionário internetês/português permite pensar sobre um possível interesse dessa comunidade em facilitar a compreensão do internetês para aqueles que ainda não têm esse conhecimento. Compreender a necessidade da elaboração de um dicionário para sanar o problema da interpretação significa estabelecer uma diferença entre a língua portuguesa e o internetês. No entanto, observo que esse não é o único sentido dessa proposta. Para além de considerar essa questão, considero também um certo movimento no sentido de inscrever a língua portuguesa na ordem do espaço digital. Isso significa compreender que nesse espaço a língua portuguesa também possa ser teclada. Sobre essa questão, é interessante observar a tradução de flw como falow, a qual mostra que, no gesto de teclar, a letra w passa para o português.

O fórum abaixo, também disponível na comunidade *eu iscrevu em internetês*, deixa entrever os sentidos de uma identificação com a língua institucionalizada. Esse sentido se materializa no movimento de acentuação na grafia do internetês. A própria palavra *internetês* é sempre grafada com acento circunflexo. Desse modo, é fundamental observar que a escrita do internetês, que tem uma tendência a não acentuar as palavras, se submete à acentuação, que é uma marca da norma da língua. Esse funcionamento pode ser observado na tradução da música *Trem das Il*.

- Fórum: Letras de música em internetês

“Aki ,posti uma lt de músk que vc gosti em internetês!!!
ahuahuahuahuhau zueira total!!!

Trem das 11
Ñ possu fik nm + 1 min com vc
sintu mt mô + naum podi sê...
moru em jaçanãnnnn
xi eu perdê essi trem
ki sai agora as 11 hr
só amanhã di manhã

E além dissu muié
tm outras coisas
minha mãe naum dormi eqnt eu naum xegá
sou filho único
tenhu minha ksa pra oiá!!!”

A tradução da música *Trem das 11* também permite pensar sobre os sentidos dos caracteres no gesto de teclar. Dessa forma, lembro a observação de Cláudia Pfeiffer, durante a qualificação desta tese, sobre o fato de o internetês “flutuar, circular mais solto pela sonoridade das letras”. Considero, então, que a especificidade do lugar de circulação do internetês lhe permite uma aproximação com a oralidade da língua, autorizada pela tensão entre a língua materna e a língua institucionalizada. Dessa forma, compreendo que o gesto de tradução da música materializa esse jogo, na medida em que o sujeito, no gesto de teclar, busca a maneira de expressar da língua, a imagem da língua materna brasileira.

Ainda no que se refere aos interesses sobre temas que envolvem a tradução do português para o internetês, observo também a presença do humor nas discussões sobre o tema do fórum da comunidade *Traduzindo o Internetês*:

Digam sua especialidade (formação)

“Sou formado na especialidade de consumir vogais nos textos.
Sou frmado na spcialdid d cnsmr vgais ns tsts.”

A respeito da constituição do humor, observo que o tema proposto para discussão, *digam sua especialidade*, remete ao sentido de uma pesquisa para conhecer os participantes dessa comunidade. O humor se constitui nos gestos inesperados de respostas dos participantes, na criação de especialidades na arte da tradução do internetês, como a *especialidade de consumir vogais nos textos, os erros de digitação, as confusões de fonética, as adaptações sem sentido, o desconhecimento total de gramática*.

No trecho transcrito a seguir, o humor se constitui também pela criação de áreas de interesse para estudos sobre o internetês:

“Eu comecei o curso com o intuito de me especializar em uma área que me fascina e instiga: Erros de Digitação. Mas acabei me apaixonando por Confusões de Fonética, que também é muito interessante. Mas é claro que sempre há influências de uma área na outra, essa é só a minha base teórica, nada me impede de buscar 'ajuda' em outras abordagens. Também adoro Abreviação, Adaptações sem Sentido e Desconhecimento Total de Gramática. Só não tenho muitas influências do Miguxês... Além de não ter facilidade alguma com essa vertente, devo admitir que não gosto dela e acho que é só mais uma 'modinha', sabe?”

“ew, komessei u kurçu co entuitu d mi ispeissialesar, en larea ki mi fassina i enstiga:erruz di dejitassaum.....+akabei mi apachonandu pur konfuzãos di foneteca ki tb eh muintu entereçanti +eh claru ki cenpri a, enfloenssias di larea na otra esa eh soh a mimha bazi teorica nd mi impedi di boskar ajuda im otras abordajems.tb, adoooru abreveassaum adapitassoeins 100centidu i, disconhessimentu totau di gramatika soh naum temhu muitas tenho muitas, enfloenssias du megucheis.....aleim di naum ter fasselidadi auguma kum esa vertenti devu adimitir ki naum gostu dela i, axu ki eh soh+,lmodimha sab!!11!!”

É interessante observar que na tradução desses trechos para o internetês o humor se constitui também na própria tradução, que mantém uma relação forte com a oralidade das palavras, o que remete ao gesto de contar uma anedota.

Considero fundamental também para a análise chamar a atenção para o aspecto pedagógico presente no espaço digital de circulação das línguas. A questão pedagógica pode ser observada na denominação do tema do fórum “Aula de Internetês”. Aqui, é interessante pensar a questão da aula como um meio para se completar o saber sobre o internetês, na relação com o dicionário. Dessa forma, o dicionário é um instrumento pedagógico para se ensinar e aprender o internetês. E a aula se resume à elaboração de um

glossário de internetês para pesquisas posteriores:

Quero Internetês no Dicionário: aula internetês

ae/ae h - aí
aki - aqui
blz - beleza
chat - conversa
chattear - conversar
d - de
daeh - daí
daki - daqui
eh - é
enter - apertar a tecla enter
flow/falow - falou
hehehehe - risada
kd - cadê
kero - quero
kickar - cair fora
kkkk - gargalhada
lammer - pessoa idiota
MP3 - arquivo de música
mto - muito
nadika - nadinha
nakela - naquela
naum - não
otoh - por outro lado
pc - computador
pgrama - programa
pingar - enviar/mandar
poizeh - pois é
prof/psor - professor
pru6 - pra vocês
q - que
soh - só
tbem - também
t+ - até mais
vc - você
1 - um
1s - uns/umas
<<:B - Mônica

OBS-acentos quase naum saum usados na net

A respeito do discurso pedagógico, volto ao trabalho de Orlandi (1996, p.15, 22), em que a autora define o discurso pedagógico como um discurso autoritário, que “sob a aparência de neutralidade” mantém a polissemia controlada. Sobre o discurso pedagógico presente em uma comunidade a favor do internetês, observo que resumir a aula a uma pesquisa em um dicionário remete a um discurso autoritário, tal como Orlandi o formulou.

A título de curiosidade, gostaria de mostrar também as discussões transcritas a seguir, que têm como tema críticas ao Internetês, baseadas na questão da compreensão dos textos escritos nessa língua. O tema apresenta o problema da legenda em internetês nos filmes. É interessante pensar que o uso de legendas traz consigo o sentido de que o português e o internetês são línguas diferentes que necessitam de uma tradução simultânea.

Comunidade: *Não abuso do Internetês*

Fórum: Internetês até em filmes!!!

“Sou um assinante da Televisão à cabo NET , e esses dias estava assistindo o canal Telecine , e adivinhem só!!! O filme estava legendado na linguagem internetês . Por acaso algum de vocês já assistiram algum filme com esse tipo de legenda?? Digo que a minha experiência foi horrível , tinham palavras que realmente eu não conseguia "traduzir" para o português, ainda mais sendo tão rápida a legenda em algumas partes do filme . Fiquei com dor de cabeça e resolvi parar de assistir esse filme!! Será que algum dia teremos que assistir filmes legendado nessa língua nova??? Espero que não!”

“O que posso dizer?

Eles acham que direcionando esse tipo de linguagem conseguirão mais e mais telespectadores jovens... Putz! Que absurdo! Eu sou jovem e nem por isso gosto deste tipo de linguagem... Isso é mais que absurdo, já passou de ser o cúmulo!!!”

“Todas às sextas-feiras às 17h, no Telecine, passa um filme adolescente legendado com internetês. Eu tenho 13 anos, e nem por isso me sinto atraído por esse tipo de filme.”

“Era só o que faltava! Que tamanho absurdo! Cada vez mais o português descamba... Creio que não conseguiria assistir um filme assim, teria uma crise nervosa...”

“Pelo que sei, esse tipo de legenda é usado em filmes que são direcionados para os adolescentes. Acredito que o internetês não chegará a ser usado em todos os tipos de filmes. Assim espero!!!”

As análises anteriores sobre a relação do internetês e da língua brasileira com a língua portuguesa me levaram a pensar a identificação com a língua nacional como um elemento muito forte nas relações entre as línguas e as linguagens no espaço digital. Sobre essa questão, começo a pensar que a identificação dos sujeitos com as línguas e as linguagens no espaço digital passa pelo discurso sobre elas nesse lugar.¹⁷ O discurso que tem um dizer sobre algo é aquele que mostra uma certa autoridade no assunto e que, portanto, convence por sua legitimidade.

Sobre a presença do humor no espaço digital, considero fundamental lembrar a compreensão de Haroche (op.cit), a respeito dos lugares em que o equívoco, a ambigüidade, funciona produtivamente, em que o real da língua vem à tona, os lugares do humor e da poesia. E aqui reafirmo que o ambiente digital também é um espaço em que o equívoco se mostra, não só pela presença do humor nesse lugar, mas pelo próprio funcionamento das línguas e das linguagens que deixam entrever a sua incompletude constitutiva.

Para refletir mais um pouco sobre o funcionamento do internetês como uma linguagem constituída também pelo equívoco, considero importante trazer aqui mais um lugar de observação que mobilizou o meu olhar no processo de recorte do corpus discursivo: a relação português/ internetês que se dá na proposta de uma das comunidades aos participantes, um concurso para traduzir uma poesia de Cecília Meireles, a qual eu apresento no capítulo IX.

E para compreender o processo de identificação com a língua nacional, considero importante trazer antes algumas reflexões de Aurox sobre o processo de gramatização, o que faço no próximo capítulo.

¹⁷ Essa questão foi apontada por Suzy Lagazzi, em orientação.

VIII – A gramatização e o Internetês

As análises anteriores, das denominações e descrições das comunidades, chamaram a atenção para alguns movimentos no sentido da dicionarização do Internetês que podem ser observados no espaço digital.

Esse fato oferece lugar a uma reflexão sobre os processos de gramatização, o que são e como se dão. Auroux (1995, p. 28) apresenta os dois pilares do processo de gramatização. Segundo suas próprias palavras,

“Par grammatisation , on doit entendre le processus qui conduit à *décrire* et à *outiller* une langue sur la base des deux technologies, qui sont encore aujourd’hui les piliers de notre savoir metalinguistique: la grammaire et le dictionnaire”.

Segundo Auroux (ibidem, p. 9), o interesse pelas línguas do mundo tem como fenômeno central a sua gramatização e se caracteriza como prático. Pode-se observar nesse período a utilização da gramática como técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e também como um instrumento para sua descrição. Dessa forma, a gramática e o dicionário são concebidos como tecnologias que permitem a construção de modelos com o objetivo de compreender as relações estruturais das línguas e suas filiações.

A *gramatização* é compreendida por Auroux (2001b, p. 65) como um processo de produção de instrumentos tecnológicos descritivos e reguladores das línguas. Nesse sentido, a gramática e o dicionário são compreendidos como tecnologias que sustentam o saber metalingüístico.

Essa questão me leva a pensar o interesse pela tradução do internetês, nos espaços de relacionamento das comunidades sobre a língua no sítio *orkut*, que se apresenta sob a forma de propostas de elaboração de dicionários do internetês ou de inserção do internetês nos dicionários já existentes.

De acordo com os estudos desenvolvidos na HIL, toda língua que tem uma escrita pressupõe um conhecimento sobre ela, que se dá pela gramatização. Aqui, minha reflexão

se volta para a questão: o que pensar sobre a possibilidade de uma gramatização do internetês? A dicionarização do internetês se mostra a princípio como meio para se ensinar e se compreender o internetês. Quanto ao seu desenvolvimento no sentido de representar a sua legitimação, só a história poderá responder. Com o objetivo de refletir sobre essa questão, considero fundamental traçar aqui a história da gramatização das línguas do mundo, sob o olhar de Sylvain Auroux.

O autor (ibidem, p. 16) descreve o processo de gramatização das línguas, tendo como referência dois modos de saber lingüístico. De acordo com Auroux (2001b, p. 16), “o saber lingüístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante”. Esse é o saber epilingüístico, em que a gramática opera na produção da linguagem. Segundo Culioli (em AUROUX, idem, p.33), todo locutor possui esse saber de modo inconsciente. No que se refere ao saber metalingüístico, a gramática opera como representação da linguagem. De acordo com Auroux (ibidem, p. 17), o saber metalingüístico pode ser de natureza especulativa, “situado no elemento da representação abstrata” do campo da filosofia da linguagem, e de natureza prática, determinado por três tipos de domínio: a) domínio da enunciação - capacidade de tornar a fala adequada à finalidade; b) domínio das línguas - falar e/ ou compreender uma língua; c) domínio da escrita - obter um resultado desejado, formar competências.

Contrariamente aos historiadores, lingüistas e filósofos, que consideram o aparecimento das ciências da linguagem uma das causas do nascimento da escrita, Auroux (ibidem, p.18) sustenta a tese de que a escrita é um dos fatores necessários para o aparecimento das ciências da linguagem. Para Auroux (idem, p. 20), “o limiar da escrita” é fundamental para a “história das representações lingüísticas. O aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalingüística considerável e sem equivalente anterior” (ibidem, p. 20). Segundo o autor (2001b, p. 18), não se encontra em nenhuma civilização uma teoria gramatical elaborada “em relação com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou poetas”. O autor (2001b, p. 20) diz que o processo de objetivação da linguagem funciona como se “quando a palavra encontra o grafismo” ela tratasse de “mobilizar um saber mudo, mas já presente”.

Auroux (1995, p. 33) diz também que os paradigmas gramaticais, tal como os conhecemos hoje, não faziam parte do corpus dos gramáticos greco-latinos clássicos. Seu aparecimento liga-se à pedagogia das línguas, surgindo progressivamente nas gramáticas dos vernáculos europeus. A princípio, as gramáticas são compostas de um conjunto de regras sobre a ortografia, a fonética (opcional), as partes do discurso, a sintaxe (reduzida), as figuras de construção. Os exemplos são freqüentes no decorrer do tempo. De acordo com o autor (idem, p. 30), “a constituição de um corpus de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização”, uma vez que eles representam uma realidade lingüística.

Os estudos desenvolvidos pelo autor sobre o nascimento das ciências da linguagem e o processo de gramatização das línguas vernáculas européias são os fundamentos para a sua afirmação de que o aparecimento da escrita e a sua conseqüente gramatização são respectivamente a primeira e a segunda grandes revoluções tecnolingüísticas.

A Revolução Tecnológica da Gramatização, de Sylvain Auroux, marca o início dos estudos sobre a História das Idéias Lingüísticas, no Brasil. Essa questão é tratada também no livro *Histoire des Idées Linguistiques*, ao qual também eu me refiro nesse capítulo. Nessas obras, o autor analisa o processo de *gramatização* maciça das línguas que se deu a partir do século XVI na Europa e continuou até o século XIX com outras línguas no ocidente.

O objetivo do trabalho de Auroux (idem, p. 8) é refletir sobre o momento e o modo como nasceram as disciplinas consagradas à linguagem, seus grandes movimentos e o seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano. Em seu trabalho, o autor (ibidem, p. 13) objetiva “construir respostas possíveis a duas questões: 1) Sob que formas se constitui, no tempo, o saber lingüístico?; 2) Como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?”

Auroux (2001b, p. 13) situa seu objeto de estudo em relação a um único campo de fenômenos: o modo como a linguagem humana se realizou na diversidade das línguas e de que forma se constituíram os saberes a seu respeito. O autor (idem, p. 14) considera que todo saber é um produto histórico, resultado de uma interação das tradições e do contexto. Segundo suas palavras, “o valor dos conhecimentos é ele mesmo uma causa em sua história”.

Na descrição de Auroux (idem, p. 21) do modo de constituição do saber lingüístico na história, ele mostra que a origem das metalinguagens pode se dar tanto por um processo espontâneo, como por um processo de transferência tecnológica. Desse modo, Auroux (2001b, p. 22) se propõe a fazer uma reflexão sobre o modo de aparecimento da tradição do saber lingüístico a partir da escrita.

Auroux (idem, p. 28) diz que há controvérsias em relação ao aparecimento da primeira gramática. O autor (ibidem, p. 25) lembra que a primeira análise gramatical nasceu da necessidade de se compreender os textos em sumeriano/ acadiano, línguas praticamente mortas, no início do segundo milênio. Diferentemente do que se observa nos dias de hoje, naquele período, a gramática não era utilizada como meio para se aprender a falar uma língua, mas como um instrumento para se compreender um texto.

O autor (2001b, p. 16,17,74) fala então da *endotransferência* e da *exotransferência*. A gramática latina origina-se de um processo de endotransferência (endogramatização) a partir do grego. A endogramatização é espontânea, “a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional”. A exotransferência é a gramatização de línguas sem a escrita. O processo de gramatização que interessa a Auroux em seu estudo corresponde “a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas”. Partindo desse princípio, Auroux (idem, p. 22) considera a escrita como o ponto de partida para a compreensão do nascimento espontâneo do saber lingüístico.

Para compreender essa questão, Auroux (2001b) traça um percurso do desenvolvimento da questão lingüística, a partir do século V de nossa era, até o limiar dos séculos XVIII e XIX. Nesse processo, o autor observa o processo de gramatização das línguas no mundo, a partir da tradição lingüística greco-latina.

Auroux (2001b, p. 40) lembra que os contatos multilingües não determinam por si só o desenvolvimento da gramatização. A título de exemplificação, o autor (idem, p. 41) cita outras civilizações, como a dos árabes que, mesmo tendo percorrido vastas regiões dotadas de culturas diferentes, pouco se interessaram pela descrição de outras línguas e culturas.

Auroux (1995, p. 12) chama a atenção para o “processo massivo de gramatização” que ocorreu na Europa, na África e nas Américas, a partir do século XVI. A Idade Média foi, de acordo com o autor (idem, p. 21), palco de um equilíbrio entre o latim como língua

do saber letrado, do poder e da religião, e os vernáculos. Auroux (ibidem, p.22,23) descreve o contexto histórico do nascimento dos vernáculos. O estabelecimento das grandes redes bancárias e comerciais, a partir do século XII até o século XV, dá início a uma importante atividade matemática. O estabelecimento do comércio exige o domínio lingüístico, para a escrita dos documentos legais e dos cálculos nos vernáculos. De acordo com Auroux (1995, p.22), a expansão das nações acarreta a luta entre elas. A língua é então o lugar onde se reforça a concorrência. Com a constituição das nações européias e as lutas entre elas torna-se obrigatório o aprendizado da língua oficial.

Nesse contexto, a escrita se coloca como um fator importante para a história das representações lingüísticas. A escrita é fundamental diante do comércio e da necessidade de administração dos Estados. Desse modo, o autor compreende que o desenvolvimento dos saberes lingüísticos procede da forma de existência de uma determinada cultura. A gramatização das línguas ocorre na relação com a escrita. A partir dos dados levantados por Auroux, o processo de gramatização apresenta sempre a passagem do conhecimento epilíngüístico para o metalingüístico. O que não ocorre em relação às civilizações orais. Justifica-se assim, de acordo com o autor (2001b, p. 19), a etimologia da palavra *gramática* (do grego *gramma*, letra).

Em relação ao contato entre as línguas, Auroux (1995 p.24) lembra que por vários séculos o latim permaneceu como língua privilegiada da comunicação científica, das atividades intelectuais das novas elites e das atividades espirituais de grande parte das pessoas. No entanto, pouco a pouco, as atividades religiosas e intelectuais de uma grande parte da população vão se apoiar sobre a codificação das línguas vernáculos. O processo de gramatização dos vernáculos acontece junto com uma recusa da gramática do latim clássico.

A esse respeito, o autor (1995, p. 18) afirma que o latim se constituiu como um fator fundamental para a unificação teórica na história das ciências da linguagem. O processo de gramatização a partir do latim se dá de língua à língua, de modo que as gramáticas servem à tradução das línguas. A tradução das gramáticas latinas é um dos principais fatores da origem da gramatização dos vernáculos (idem, p. 18, 19). Dessa forma, a gramática latina é, segundo Auroux (ibidem, p. 20), um instrumento pedagógico.

Auroux (1995, p.17) relembra alguns acontecimentos da história que podem ter influenciado no desenvolvimento da gramatização. No ocidente, a gramatização concerne à instauração do antigo império romano. As invasões e a fragmentação do Império Romano do Ocidente levam ao desaparecimento do latim como língua vernácula e o aparecimento das línguas neo-latinas. Nesse processo, o latim como língua vernácula desaparece e passa a ser a língua da administração e das culturas intelectual e religiosa. (idem, p. 16).

Esses acontecimentos vinculados à conservação do latim como língua da administração, das culturas intelectual e religiosa denotam ao mesmo tempo um fenômeno de dispersão e fragmentação e de persistência na unificação da língua. Segundo Auroux (ibidem, p. 17), essa situação revela uma mudança de orientação prática da gramática. Para as crianças gregas ou latinas que freqüentavam a escola mas já sabiam sua língua, a gramática é uma etapa do acesso à cultura escrita. Para o europeu do século IX, a gramática latina passa a ser uma técnica de aprendizagem de línguas.

Quanto à produção das metalinguagens, Auroux (2001b p. 9) considera o Renascimento como um fato histórico fundamental para o processo de gramatização das línguas européias. De acordo com o autor (ibidem, p. 9), o Renascimento é o período decisivo para o estabelecimento das ciências da linguagem como as conhecemos hoje.

Em seu texto, Auroux (1995, p. 32) afirma que o processo de gramatização supõe não apenas os meios para descrever as línguas. Segundo o autor (idem, p.32), a gramática não deve ser compreendida apenas como uma simples descrição da linguagem natural. É preciso compreendê-la também como instrumento lingüístico. De acordo com suas próprias palavras,

“La grammaire n’est pas une simple description du langage naturel, il faut la concevoir aussi comme un *outil linguistique*: de même qu’un marteau prolonge la parole naturelle, et donne accès à un corps de règles et de formes qui ne figurent souvent pas ensemble dans la compétence d’un même locuteur (...) cela signifie que l’apparition des outils linguistiques ne laisse pas intactes les pratiques linguistiques humaines.”

No entanto, como foi dito anteriormente, compreender a gramática dessa forma não subentende uma estagnação das práticas lingüísticas humanas. Segundo as palavras de Auroux (1995, p. 32) “ a norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma as

pronúncias,... pode suscitar novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades”.

Dessa forma, considero fundamental pensar a minha questão no que se refere à dicionarização do internetês. E as perguntas que formulo concernem aos sentidos que estão se produzindo para esse processo. Poderia a dicionarização das línguas no espaço digital significar um processo de dicionarização do internetês? Seria esse apenas um instrumento de aprendizagem dessa linguagem ou um meio de se buscar a sua estabilização e a sua legitimação? A análise permitiu entrever que o processo de dicionarização nesse lugar pode ser observado na relação do internetês com a língua portuguesa, ou seja, é em função da língua portuguesa oficial, que se observam propostas de elaboração de glossários bilíngües para o internetês. No entanto, os resultados dessa relação são imprevisíveis. As respostas para essas questões só a história poderá dar, uma vez que o funcionamento do real da língua não está sujeito à produção de instrumentos lingüísticos.

Ainda no que se refere à elaboração das metalinguagens, Auroux (2001b, p. 26) lembra que a gramática teve seu início no reconhecimento das unidades da fala e da escrita e na formulação de regras a seu propósito. Segundo o autor (idem, p. 28), as causas do desenvolvimento dos saberes lingüísticos são “extremamente complexas”: “a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia”.

O surgimento da imprensa é também, de acordo com Auroux (ibidem, p. 29), “motor decisivo para a gramatização e a estandardização dos vernáculos europeus”. A gramatização dos vernáculos europeus acompanha a expansão da imprensa. Segundo Auroux, (2001b, p.) “a inovação teórica se torna um valor...; as idéias novas ... são pouco a pouco supervalorizadas: o progresso se torna uma coerção da produção intelectual”. O autor lembra ainda que “com a imprensa, ... a normalização dos vernáculos se torna uma questão de estandardização profissional”. Depois do aparecimento da imprensa, o fenômeno da escrita muda de dimensão. Com a imprensa, além do fato da multiplicação do mesmo texto, ocorre a normalização dos vernáculos, a ortografia, a pontuação e a regularização da morfologia. (idem, p. 25,26,27).

A compreensão de que as gramáticas são descrições das regularidades lingüísticas pressupõe a possibilidade de regularização das manifestações orais da linguagem. Como exemplo, temos o estatuto dos vernáculos europeus na relação com o latim. No momento em que a oralidade passa a ser objeto de descrição, os gramáticos situam em posição inferior a oralidade dos vernáculos europeus (variações lingüísticas) em relação à estabilidade literária do latim. Nesse sentido, a gramatização, apoiando-se no argumento do “bom uso” da língua, objetiva reduzir as variações.

Auroux (2001b, p. 42) afirma que a gramática latina foi, a princípio, “um poderoso fator de unificação” das línguas. No entanto, as descrições das línguas vernáculas a partir das categorizações do latim tinham mais a finalidade de facilitar a compreensão dessas línguas do que propriamente estabelecer uma generalização sobre as suas categorias. O processo de gramatização se dá na observação contrastiva, que considera a igualdade e a diferença das línguas.

O que se pode depreender das afirmações de Auroux em seu trabalho é que o modo de constituição dos instrumentos lingüísticos – a gramática e o dicionário – é fundamental na constituição da língua como unidade, à medida que o saber metalingüístico sistematiza o saber epilingüístico. Ao ter como finalidade dominar as línguas, a gramática é utilizada como uma forma de tornar a fala adequada aos fins e também um meio de reduzir as variações lingüísticas. A escrita tem então um papel fundamental para o desenvolvimento do processo de gramatização das línguas. A transcrição das línguas em caracteres latinos deixa clara a influência da metalinguagem sobre o saber epilingüístico, resultando em mudanças significativas nas práticas lingüísticas humanas.

Ainda sobre o processo de desenvolvimento das questões da linguagem, ao tratar da mecanização da linguagem, que teve sua origem com a criação da imprensa, Auroux (2001a, p. 289) se refere ao tratamento automatizado da linguagem como a terceira grande revolução tecnolingüística.

No que se refere à informatização, considero importante pensar a elaboração dos programas de computador em um movimento de normatização das linguagens utilizadas nesse meio, uma vez que esse processo pressupõe uma linguagem lógico-matemática para a sua confecção. Sobre essa questão, compreendo que a codificação das linguagens serve a um “desejo” de regulamentação das línguas. No entanto, a análise permitiu entrever lugares

de desestabilização dos sentidos das línguas e das linguagens em seu funcionamento no meio digital. E para observar mais um lugar de incompletude da linguagem, trago no próximo capítulo a questão da tradução do português para o internetês.

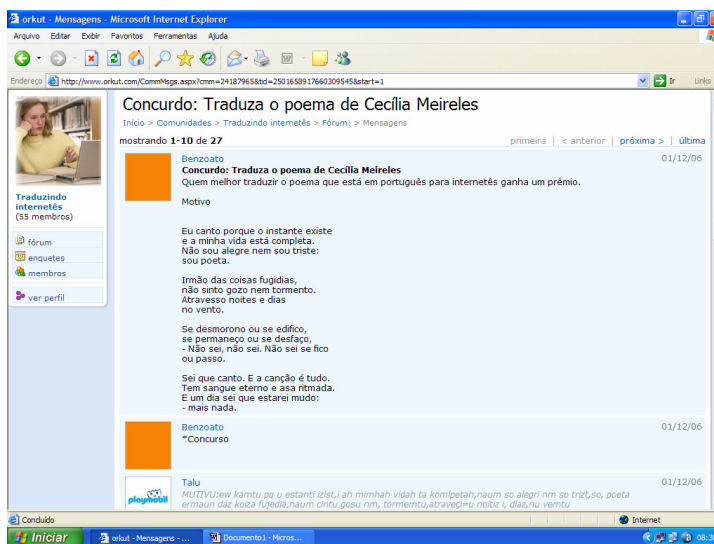
IX – A relação português/ internetês

Como já afirmado anteriormente por mim, para além do humor e da poesia, a questão do equívoco também está presente no ambiente em que as máquinas lógicas predominam. A entrada do deslize na Internet pode ser analisada, observando-se a relação entre as línguas e o modo de sua constituição. A esse respeito, é fundamental não esquecer a análise que fiz anteriormente sobre o humor também como constitutivo do espaço digital.

Dessa forma, sustento aqui a idéia de que, ao lado do humor e da poesia, a linguagem criada para utilização no espaço digital é também um lugar privilegiado de observação do funcionamento do equívoco, no processo de sua criação e na sua relação com outras línguas.

Um dos lugares em que se pode observar o funcionamento da falha, do equívoco, do deslize, na linguagem da Internet, é a tradução de uma poesia de Cecília Meireles como tema de discussão proposto por uma das comunidades do *orkut* a favor do internetês. A questão do equívoco é analisada aqui na relação entre o português e o internetês, que se dá no gesto da tradução do poema.

O internetês, como foi apresentado por algumas comunidades, apresenta diferenças no seu próprio interior; é uma linguagem com variações. Abaixo, transcrevo algumas versões da tradução do poema de Cecília Meireles para o internetês. Essas versões foram enviadas pelos participantes, para fazerem parte do concurso.



Concurso: Traduza o poema de Cecília Meireles

Quem melhor traduzir o poema que está em português para internetês ganha um prêmio.

Motivo	Mtvo
Eu canto porque o instante existe e a minha vida está completa. Não sou alegre nem sou triste: sou poeta.	Eu cntu pq u ixtante exist I a mia vda tah completa Ñ so alegue nem so trixte So poeta
Irmão das coisas fugidias, não sinto gozo nem tormento. Atravesso noites e dias no vento.	Irmaum d coiza fujidia Ñ sintu gostu nem tormentu Traveçu notes e dias Nu ventu
Se desmorono ou se edifico, se permaneço ou se desfaço, - Não sei, não sei. Não sei se fico ou passo.	C desmoronu ou c edficu C permaneçu ou c disfaçu - Ñ c i, ñ c i. Ñ c i c fiko ou paçu
Sei que canto. E a canção é tudo. Tem sangue eterno e asa ritmada. E um dia sei que estarei mudo: - mais nada.	C i q kantu. I a kançaum é td. Tem çangui eternu e aza ritmda I l dia c i q istarei mudu: - + nda

eu kntu pq o istanti ezisti i a minha vida tah kompl num so alegri nm tristi so poeta
irmaum ds koisa fujida naum cinto goso nm tormentu atraveçu noiti i dia nu ventu
c dismoronu ow c edificu c prmanessu ow c disfassu nm ci nm ci nm ci c fko ow paçu
ci qi kntu i a kanssaum eh td tm sangui etrno i aza ritimada i 1 dia ci q tarei mudu + nd

EoU Kwnatoo enQanto Ecziste!
Ew miMha Zida Ésxta Complecha.
NuoM Xou AleGri Nem Xou Trizte:
Xou Pueta.

IrmauN Dxas CoiXas FunDixias,
Nuom XinTo Goxo NeM TurMenTu.
AtRAveXzo NoItXes E ^DiAx
Nu VenTuuu.

Se DexMorno,
Se pÉrmaxeno, e Num faxo,
- NuOm Xei, NuOm xei, nuom xei se fico
Ou PaXu.

Xei Qui Cantu, i CanÇÃaum é TudXo.
TeXm Xangue EtXerno, e Axas riTximadas.
E uM Dia Xei Qui Extarei Nexa Mundo.
E MaiXXXXXXXXXXXXXXXXX nadaa!

eu canto pke u instante existe
e a minha vida ta completa
num so alegre i nem tristi
sou poeta

irmauns das coisas fugidas
num sinto gozo nem tormento
atravesso noites i dias
nu vento

si dismorono ou si edifico
si permaneço ou si disfaço
num sei num sei num sei si fiko
ou passu

sei ki cantu
i a cançaum eh tdo
tem sangue eterno i asa ritmada
i um dia sei ki istarei mudu
+ nd

versão tiopês do poema:

Eo cnatp pw os intant ezist e a minia
vida esat cmplet n~~oa se (ops eça part eh deopis rs)
noã soo alergia nen trist so
opeta!!1

ir~çaom da skoiza fojedaias,,,
na~p sint gozo (çafadinha ehehehe) nme tomnt1 eol atarveço a
scoiass nove nto
seol desmonoro ou se (ai q saco eu n~~pe aperutei enter rs)
c dismprnp iu c edefiçio[[[[[[[edificu .se perma
enço u se 10fasso (tiopes sepoema eh mt grandr rs)
na~sei nãoesi ,, nãesei (noça qnt nãsei) c filko ou c paço

çei q cantp. e o calssao eh tudo[[[[[[[canação eh tuod
tme sangue aaza retemecada (nao~sei excrev isso ahaha)
21 dua sdei q exta,eri muod
=mais nada

Mutivuh

Eo kantuh pke o momettuh izist
i a minhah vidaah táh cmlpta.
Naum sô alegri neim sô trist:
sô poetah.

Irmaum das koisas fugidias,
naum sintu gozu neim tormentu.
Atrvso noitis i dias
nu ventu.

Si dismoronu ou si edificu,
si permanecu ou si desfacu,
- Naum sei, naum sei. Naum sei si ficu
ou passu.

Sei ki canto. I a cancaum eh tdo.
Teim sangui eternu i aza ritmada.
I 1 dia sei ki tarei mudu: - + nda

Mutiivuuh

EoO kaantuh puskê u instaantiuh existiê
ii ah miinhaa viidaah iistaah cmlétaah.
Noon sÔ aléegriih nein sÔ triistiÊ:
sÔ poeetah!

Irmaaum daiis coiisaas fugiidiás,
noon siintoO goozuh nein toOrmeentuh.
Atraaveessuh nOiitiis ii diiáas
nu veentuh.

C deesOorõnuh ow c edifiicuh,
c peermaneeçuh ow c desfaaçu,
- Noon c-ii, noon c-ii. Noon c-ii c fiikO
ow paassuh.

C-ii kii kaantuh. I ah kaançaaum eah tdu.
Teiin saanguih etéernuh ii asaah riitmaadah.
I hum diiah c-ii kii istareii muuduh:
- maaes ndaah.

MUTIVU:ew kamtu pq u estanti izist, i ah mimhah vidah ta komlpetah, naum so alegri nm
so trizt, so, poeta
ermaun daz koiza fujedia,naum cintu gosu nm, tormemtu,atraveçi=u noitiz i, diaz,nu vemtu
c dizmoronu o c wdificu,c permanessu o c dizfasu,naum, sei naum sei.naum seu=i c fiku,o
paçu
sei ki kamtu.i ah kamssaum eh td,tm samgi eternu i aza retimada,i 1dia sei, ki istarrei
mudu,+nd

eu cntu pq o ixtanti existi y minha vida ta completa nao so alerge ne tiste so poeta irmaum
das coiza fujidia n cinto goso nein tormentu atraveço noitis i dias nu vemtu si dixmorono o
si edificu si permanessu o si dixfassu naum sei naumsei naum sei si fiku o paçu sei ki kantu
i kançaum e tudu tm çangui eternu e aza ritimada y um dia sei ke ixtarei mudu mas nada

O objetivo da tradução de um texto para outra língua tem sido compreendido pelas metodologias tradicionais de ensino como um modo de tornar compreensível esse texto para falantes de outras línguas. Sob esse ponto de vista, o processo de tradução requer uma busca de palavras no léxico do outro idioma, cujos sentidos dicionarizados possam ser imediatamente reconhecíveis pelo leitor. No entanto, sob o olhar discursivo, esse modo de compreender a tradução está atrelado à idéia da transparência da linguagem, que considera os sentidos únicos das palavras.

O que ocorre nas traduções do poema em questão é um movimento de relação do sujeito com a língua possibilitado pelos recursos da máquina e pela demanda desse modo novo de circulação da linguagem, onde o teclar é significativo, constitutivo. Assim, considero fundamental chamar a atenção para as diferentes traduções do poema, para os diferentes gestos de leitura, que em vez de proceder a uma busca de palavras em um certo “léxico” do internetês, criam, no gesto de teclar, outras formas de tradução do poema.

No que se refere às diferentes formas de tradução do poema para o internetês, como as traduções de “canto” do poema de Cecília Meireles, *cntu*, *kntu*, *kwnatoo*, *kantuh*, *kaantuh*, *kamtu*, observo que apesar das diferenças, elas produzem uma evidência de sentido ao remeterem ao verbo utilizado na versão original do poema, ao retomarem o sentido do verbo “cantar”, inscrito na memória discursiva da língua portuguesa oficial. Aqui, é fundamental retomar o que Orlandi (1999a, p. 42) diz sobre os sentidos das palavras determinados pelas posições ideológicas “em jogo no processo histórico em que são produzidas”, e pensar sobre a relação ideológica que ocorre na produção de sentido desse verbo, em suas diferentes versões nas traduções do poema.

Ainda em relação às traduções para o internetês do poema de Cecília Meireles, observo também que o processo de tradução se fundamentou principalmente na criação de outros modos de grafia para as palavras do poema.

A respeito do processo de criação, é importante chamar a atenção para o que Deleuze (2008, p. 122, 124) diz sobre os grandes escritores e aquilo que, para ele, poderia levá-los a ser reconhecidos como tal: “um grande escritor sempre se encontra como um estrangeiro na língua em que se exprime, mesmo quando é a sua língua natal”. O autor (idem, p. 124) afirma que “não se trata de uma situação de bilingüismo ou multilinguismo”; que se pode “conceber que duas línguas se misturem” (...) se desequilibrem, deslizem “numa linha de feitiçaria” e variem “em cada um de seus termos”.

Segundo Deleuze (idem, p. 123), compreender a língua como “um sistema em desequilíbrio perpétuo” leva a perceber “a língua vibrar”, “gaguejar”, “a língua tremer de alto a baixo”. Esse seria, de acordo com suas palavras (ibidem, p.124), “o principio de uma compreensão poética da própria língua”. Dessa forma, o grande escritor seria aquele que, como diz o autor (2008, p. 124, 125), não mistura outra língua à sua, e sim talha na sua língua uma língua estrangeira que não preexiste”.

Sobre essa questão, lembro o trecho do texto de Guimarães Rosa que transcrevi no capítulo III, ao dar início a uma reflexão sobre a dimensão poética da língua. Para Deleuze (idem, p. 124), mesmo no que se refere à ciência pura, não se pode progredir se “não se entra em regiões distantes do equilíbrio”. Em relação à língua, seria necessário, segundo ele, “fazer a língua gritar, gaguejar, balbuciar, murmurar em si mesma”.

O funcionamento do internetês no espaço digital deixa entrever um lugar de deslize da língua, onde o real da língua vem à tona, sob a forma da língua gaguejada de Deleuze, no gesto de teclar. No que se refere a essa questão, observo que as variações do internetês no gesto da tradução permitem entrever a sua relação com a melodia, a sonoridade, a musicalidade das palavras da língua materna.

Sobre a questão do sentido, Orlandi (1995, p. 39) afirma que para significar ele tem que ter uma matéria própria, “uma matéria específica”, seja ela “o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem, etc.” Segundo as palavras da autora (idem, p. 40), a matéria simbólica tem uma consistência significativa. Da relação com as diferentes matérias simbólicas, resulta a instalação de diferentes posições do sujeito, a produção de diferentes sentidos.

Nesse mesmo texto, Orlandi (ibidem, p. 36) também critica as teorias positivistas que definem a linguagem como instrumento de comunicação e informação, que acabam por sobrepor o verbal ao não-verbal. Para a autora (1995), esse é o efeito de sobre-determinação do verbal ao não-verbal.

A partir da noção desse efeito, e retomando a questão do traço e da oralidade como matéria significativa, começo a pensar na relação que se produz entre o traço (o grafo), e a sonoridade, no gesto de teclar o internetês. Desse modo, considero a relação grafo/sonoridade como matéria significativa, como materialidade discursiva.

Observo também a importância de se pensar o funcionamento das línguas na sua relação com aqueles que a falam. Por esse motivo, procurei mostrar nesta tese as línguas em relação, em funcionamento no espaço digital. O que me levou a compreender que, assim como na poesia, a prática lingüística nesse espaço deixa também entrever lugares de deslize da língua, onde a dimensão poética da língua pode ser capturada.

Sobre essa questão, compreendo que as diferentes traduções do poema de Cecília Meirelles para o internetês permitem entrever diferentes gestos de interpretação, que se materializam pela especificidade das condições de sua produção. Observo também que o processo de tradução nesse lugar não busca a completude dos sentidos, e nem tampouco a transgressão da língua padrão. Inconscientemente, no gesto da tradução, o sujeito materializa, na criação das variações do internetês, o seu desejo de brincar com a sonoridade da língua materna. Lembrando Dias (op.cit.), posso dizer que o sujeito, no gesto de teclar as traduções do poema, se marca enfaticamente em sua corpografia.

X – CONCLUSÃO: UM RETORNO AO PERCURSO ANALÍTICO

Como afirmado por mim nesta tese, o ambiente digital se apresenta como um espaço novo de circulação de línguas e linguagens, que tem a linguagem lógica da máquina como constitutiva de seu funcionamento. Na relação com as línguas e linguagens do meio digital, os sujeitos se constituem por uma injunção à especificidade desse lugar.

Diante de um novo ambiente de circulação de línguas e linguagens, como o é o espaço digital, muitas foram as questões iniciais que mobilizaram a minha reflexão. Ao compreender a necessidade de um trabalho de análise da linguagem automatizada, que tenha em conta a sua especificidade na relação com os gestos de interpretação, procurei observar as marcas materiais que organizam o processo de identificação dos usuários com as línguas e linguagens do espaço digital. As formulações sobre as línguas e as linguagens, disponíveis nas comunidades sobre a questão da língua no sítio de relacionamento *orkut*, constituíram o corpus discursivo da análise.

A criação de uma linguagem específica do ambiente digital me levou a pensar sobre a relação que se estabelece entre a língua portuguesa, a língua brasileira e o internetês que circulam nesse espaço. A análise dessa materialidade simbólica me permitiu compreender os processos de identificação com as línguas e linguagens como lugares de desestabilização dos seus sentidos pré-construídos.

As comunidades e seu objeto de interesse, as línguas e linguagens, mostraram-se distintas pelo modo como são enunciadas. Desse modo, considerei a denominação e a descrição das comunidades como lugares de observação para uma análise discursiva da enunciação. Com meu olhar voltado primeiramente para esse lugar, busquei analisar o jogo de sentidos da enunciação, o modo como os sentidos se produzem no dizer sobre as línguas e linguagens, pelos participantes dessas comunidades.

A análise do conjunto de formulações dos participantes das comunidades a respeito da língua portuguesa deixou entrever processos de identificação com a língua portuguesa do Brasil, a memória de língua nacional que funciona para os brasileiros. A observação das denominações das comunidades me permitiu entrever um apelo dos donos das comunidades

aos participantes, no sentido de amar, valorizar e lutar para defender a língua portuguesa, por considerarem-na um patrimônio dos brasileiros, uma expressão de sua nacionalidade.

Sobre essa questão, foi interessante observar que o movimento de considerar a língua portuguesa como um patrimônio dos brasileiros trouxe consigo os sentidos de uma certa compreensão de língua portuguesa do Brasil diferente da língua portuguesa de Portugal, o que me levou a compreender a questão da identificação dos brasileiros com a língua portuguesa, cuja memória discursiva se mostra como diferente da de Portugal.

A análise das designações sobre a língua brasileira deixou entrever que, para além de se colocarem a favor de uma língua específica do Brasil que se distingue da língua de Portugal, as comunidades buscam defender a idéia de uma consolidação da língua brasileira como língua oficial do Brasil. Foi interessante observar que as caracterizações das comunidades sobre a língua brasileira remetem à sua institucionalização, na medida em que as descrevem como comunidades interessadas em questões da ordem da língua institucionalizada.

Foi também interessante entrever na descrição da comunidade *Internet*, *outra linguagem* sentidos para o internetês que concernem a uma identificação com a língua institucionalizada. Esse sentido pode ser entrevisto no gesto de descrever a comunidade pela formulação *comunidade para todos que, assim como eu, escrevem de acordo como rege o bom internetês*, que lembra os sentidos inscritos na memória discursiva da formulação *escrevem de acordo como rege o bom português*.

A observação dos modos de dizer sobre o internetês também deixou entrever sentidos de uma identificação com a norma padrão da língua, nos gestos de inscrever o internetês como modalidade e evolução do português. Essa questão me permitiu pensar que para as comunidades em questão somente o estatuto de *modalidade* da língua padrão é que justificaria a aceitação do internetês por essas comunidades.

Pude observar também na análise de outras formulações sobre o internetês a constituição de sentidos de erro em relação ao português, ao ser caracterizado como um vício de falar. Aí compreendi que ao ser considerado erro, o internetês está fora da normatividade da língua.

A análise de algumas formulações no gesto da escrita do internetês me permitiu compreender a sua identificação com a língua materna, por sua aproximação com a

oralidade da língua. Essa questão me levou a pensar sobre o estatuto do erro na relação do internetês com a língua materna, e compreendi que o erro não tem espaço nesse lugar, uma vez que o processo de identificação se dá pela oralidade como um forte traço da memória de língua materna do brasileiro. Um outro lugar que permitiu entrever a identificação do internetês com a língua materna foi a produção de várias versões na tradução do poema de Cecília Meirelles, nas quais o sujeito materializa o desejo de brincar com a sonoridade da língua materna.

O aspecto pedagógico presente nas formulações sobre o internetês sob a forma de dicionários bilíngües em “aulas” de internetês possibilitou entrever sentidos de um discurso autoritário que tende a controlar a produção de sentidos para o internetês.

A presença do humor em algumas formulações sobre o internetês e na tradução do português para o internetês me levou a pensar sobre a instauração de sentidos de uma brincadeira com a norma da língua.

Como já afirmado anteriormente, o humor é um lugar privilegiado de observação do funcionamento do deslize da língua. No entanto, a análise permitiu compreender que o ambiente digital por seu próprio funcionamento se mostrou como um lugar de circulação das línguas e linguagens que deixou entrever a incompletude e a dimensão poética da língua, nas formulações sobre as línguas e as linguagens, na sua tradução, no gesto de criação do internetês.

XI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A HISTÓRIA da Internet. **Wikipedia**. Disponível em <<http://pt.wikipedia>>. Acesso em 12 jan. 2009.

ALTHUSSER, L. **Resposta a John Lewis**, in Posições-1. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1978.

_____. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. São Paulo. Global Editora. 1979.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1992.

AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques**. Tome 2. Paris. Mardaga. 1995.

_____. A Mecanização da Linguagem. In *A Filosofia da Linguagem*. Campinas. Unicamp. 2001a.

_____. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas. Unicamp. 2001b.

CORACINI, M. J. Língua estrangeira e língua materna. In CORACINI, M. J. (org.) **Identidade e Discurso**. Campinas. Unicamp. Argos Editora Universitária. Chapecó. 2003.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo. Editora 34. 2008.

DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas. IEL/ Unicamp. 2004.

_____. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos. In GUIMARÃES, E. & DE PAULA, M. (orgs.) **Sentido e Memória**. Campinas. Pontes. 2005.

_____. A língua e a sociedade moderna. In **I Encontro de Estudos da Linguagem**.

Linguagens em circulação: instituições e espaços de comunicação. Campinas. Unicamp. 2007.

_____. A língua em sua materialidade digital. Labeurb/ Nudecri. Xerox.

_____. **Da Corpografia – Ensaio sobre a Língua/Escrita na materialidade Digital**. Série Cogitare, v.7. PPGL – Santa Maria. UFSM Editores. 2008.

DIAS, L. F. **Os Sentidos do Idioma Nacional – As Bases Enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil**. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas. IEL/Unicamp. 1995.

- GUIMARÃES, E. Política Científica e Produção de Conhecimento no Brasil (Uma aliança Tecnológica?). In GUIMARÃES, E. (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento – Política, Ciência, Divulgação**. Campinas. Pontes. 2003.
- _____. **História da Semântica – Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**. Campinas. Pontes. 2004.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. **Língua e Cidadania: O Português no Brasil**. Campinas. Pontes. 1996.
- GUIMARÃES, E. & PAULA, M. R. B. **Sentido e Memória**. Campinas. Pontes. 2005.
- HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. São Paulo. Hucitec. 1992.
- LAFONTAINE, C. **L’Empire Cybernétique – Des Machines à Penser à la Pensée Machine**. Paris. Seuil. 2004.
- LAGAZZI, S. **O Desafio de Dizer Não**. Campinas. Pontes. 1988.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e Autoria. In ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES (orgs.) **Discurso e Textualidade**. Campinas. Pontes. 2006.
- MAMBRINI, V. Conectados com a escola. **Isto é**. 26 nov. 2008. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/>>. Acesso em 14 dez. 2008.
- MARCONATO, S. A Revolução do Internetês. **Revista Língua**. 10 mar. 2006. Disponível em <<http://revistalingua.uol.com.br>>. Acesso em 14 dez. 2008.
- MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo. Loyola. 2006.
- MILNER, J. C. **L’amour de la langue**. Paris. Seuil. 1983.
- _____. **O amor da Língua**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1987.
- MORELLO, R. Política científica e linguagens da tecnologia. In MORELLO, R. (org.) **Giros na Cidade – Materialidade do Espaço**. Campinas. Labeurb/ Nudecri/ Unicamp. 2004.
- NEGROPONTE, N. **A Vida Digital**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.
- ORKUT. **Wikipedia**. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/orkut>>. Acesso em 07 jan. 2009.
- ORKUT passa para as mãos do Google Brasil; empresa muda diretoria no país. **Folha Online** 07 ago. 2008. Disponível em <<http://tools.folha.com.br/>>. Acesso em 07 jan. 2009.

ORLANDI, E & SOUZA, T.C.C. A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem. In ORLANDI (org.) **Política Lingüística na América Latina**. Campinas. Pontes. 1988.

ORLANDI, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In **Rua**, nº 1. Campinas. Unicamp/Nudecri. 1995.

_____ **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas. Pontes. 1996.

_____ **As formas do silêncio**. Campinas. Editora da Unicamp. 1997.

_____ Ética e política lingüística. In **Línguas e instrumentos lingüísticos nº 1**. Campinas. Pontes. 1998.

_____ **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. Campinas. Pontes. 1999a.

_____ Do sujeito na história e no simbólico. In **Escritos 4**. Campinas. Labeurb. Unicamp. 1999b.

_____ O Estado, a gramática, a autoria – língua e conhecimento lingüístico. In **Línguas e instrumentos lingüísticos nº 4 e 5**. Campinas. Pontes. 2000.

_____ **Discurso e leitura**. Campinas. Cortez Editora. 2001.

_____ **Língua e Conhecimento Lingüístico**. São Paulo. Cortez Editora. 2002.

_____ **Interpretação**. 4. edição. Campinas. Pontes. 2004,

_____ A NOÇÃO de materialidade. Reunião de trabalho. **Dicit – Discurso, Ciência e Tecnologia** 05 dez. 2007. CEDU. Campinas. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab>> Acesso em 13 nov. 2008.

_____ Os recursos do futuro: um outro discurso. **Multiciência**. Disponível em: <<http://www.multiciencia.unicamp.br/>> 01 out. 2003. Acesso em 07jan. 2009.

PAGOTTO, E. G. Gramatização e Normatização: Entre o Discurso Polêmico e o Científico. In ORLANDI, E. (org.) **História das Idéias Lingüísticas – Construção do Saber metalingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas/ Cáceres. Pontes/ Unemat. 2001.

_____ O Lingüista e o Burocrata: A Universalização dos Direitos e os Processos Normativos. In ORLANDI, E. (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas. Pontes. 2007.

- PALACIOS, M. Mundo Digital. In RUBIM, A. A. (org.) **Cultura e Atualidade**. Salvador. UFBA. 2005.
- PAYER, M. O. Processos de Identificação Sujeito/Língua – Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In ORLANDI, E. (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas. Pontes. 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas. Editora da Unicamp. 1995.
- _____. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas. Editora da Unicamp. 1997^a.
- _____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas. Pontes. 1997b.
- _____. & GADET, F. **A Língua Inatingível**. Campinas. Pontes. 2004.
- RABELO, C. vuXxe sAbE falaH miguXexX?!. **Isto é**. 11 ago. 2008. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes>>. Acesso em 04 dez. 2008.
- ROSA, J.G. **Sagarana**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1984.
- RODRÍGUEZ Z., C. M. **Língua, Nação e Nacionalismo – Um estudo sobre o Guarani no Paraguai**. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas. IEL/Unicamp. 2000.
- _____. Projeto Temático: A produção do consenso nas políticas públicas urbanas – entre o Administrativo e o Jurídico – CAEL. 2008.
- RUBIN, D. Código Virtual. **Época** 16 set. 2005. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em 14 dez. 2008.
- SILVA, M.G.T. Leitura e Novas Tecnologias da Linguagem. In BERTOLDO & MUSSALIM (org.) **Análise do Discurso: Aspectos da Discursividade no Ensino**. Goiânia. Trilhas Urbanas. 2006.